

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA
MESTRADO EM SAÚDE COMUNITÁRIA

AILTON DA SILVA SANTOS

**CORPO EDUCADO? *Percepção do Risco de contrair HIV e Práticas
Educativas entre Travestis Profissionais do Sexo.***

Salvador
2007

AILTON DA SILVA SANTOS

**CORPO EDUCADO? Percepção do Risco de contrair HIV e Práticas
Educativas entre Travestis Profissionais do Sexo.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Saúde Comunitária, tendo como área de concentração Ciências Sociais em Saúde sob a orientação da Profa. Dr^a. Maria Lígia Rangel Santos.

Salvador
2007



**Universidade Federal da Bahia
Instituto de Saúde Coletiva - ISC
Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva**

AILTON DA SILVA SANTOS

**“CORPO EDUCADO: Percepção do Risco de contrair HIV e Práticas
Educativas entre Travestis Profissionais do Sexo”**

A Comissão Examinadora abaixo assinada aprova a Dissertação, apresentada em sessão pública ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia.

Data da defesa:

Banca Examinadora:

Prof^a. Áurea Maria da Rocha Pitta – FIOCRUZ

Prof. Jorge Alberto Bernstein Iriart – ISC/UFBA

Prof^a. Maria Lígia Rangel Santos – ISC/UFBA

**Salvador
2007**

PARA VOCÊ ME EDUCAR...

Vital Didonet

Precisa me conhecer; saber da minha vida, meu modo de viver e sobreviver;

Conhecer a fundo as coisas nas quais acredito e as quais me agarro nos momentos de solidão,
desespero, sofrimento.

Precisa saber e conhecer. Entender verdades, pessoas e fatos aos quais eu atribuo forças
superiores às minhas e aos quais me entrego quando preciso ir além de mim mesmo.

Para você me educar...

Precisa me encontrar lá onde eu existo, quer dizer no coração das coisas. Nos mitos e nas lendas;
nas cores e movimento, nas formas originais e fantásticas, na Terra e nas estrelas; na força dos
astros, do sol, da chuva.

Para você me educar...

Você precisa estar comigo onde estou. Mesmo que você venha de longe e que esteja muito
adiante, só há um adiante para mim: aquele que eu construo e conquisto. Só há uma forma de
construí-lo: a partir de mim mesmo e do meio em que vivo.

Para você me educar...

Precisa respeitar minhas necessidades; conhecer a educação de que necessito. A educação de que
necessito é aquela que me faz mais EU; que desperta do mistério do meu ser, as potencialidades
adormecidas. É uma educação que promove minha identidade pessoal.

AGRADECIMENTOS

Temos sempre muitas pessoas a agradecer no final de uma longa jornada. Aqui destaco algumas daquelas que se fizeram sempre presentes, e por isso, são muito especiais para mim.

Agradeço primeiramente a Deus pela vida que me deu e por ter me permitido chegar até aqui.

À Lígia Rangel, minha orientadora, agradeço o carinho e a atenção cuidadosa, sempre presente a cada encontro. Um simples obrigado não refletiria a satisfação em tê-la guia no meu caminho na pós – graduação.

Ao professor Jorge Iriart pela colaboração com sugestões e, pelos empréstimos de livros que me ajudaram a construir este texto.

Às colegas de mestrado Alice e Juliana pelo acolhimento, carinho e escuta nos momentos difíceis desta caminhada.

Ao Gustavo, amigo – irmão, que esteve comigo desde que nos conhecemos no ISC. Sem dúvida foi um dos melhores presentes do mestrado e hoje é integrante da minha trajetória na vida.

Ao pessoal da biblioteca, Dario, Bia e Creuza, pessoas maravilhosas sem as quais meu caminho seria bem mais difícil.

Às meninas da Secretaria da Pós, Anunciação e Taís pelo atendimento sempre cordial e carinhoso. Vocês agiram como memória, lembrando-me sempre o caminho do acerto, valeu.

Aos colegas do Núcleo de Educação em Saúde da 1ª. DIRES/SESAB, pelo apoio e compreensão durante todo o período do mestrado.

À profa. Vilma Santana por ter me dado a oportunidade de vivenciar a docência (tutoria) em Saúde e Segurança no Trabalho, além do convívio agradável e enriquecedor.

À Mariana Wagner, Marta Valois, Ardigo Martino e Jônatas E. Santo pela ajuda indispensável à finalização dessa dissertação. Muito obrigado pessoal!

À Keila e Cláudia por me ajudarem a aproximar o desejo de conhecer ao contexto onde tudo se tornou realidade. Sem esta ajuda, tudo seria muito solitário e menos compartilhado.

À Ironildes Bahia e Ana Cláudia, minhas amigas da especialização em Saúde do Trabalhador que são Mestres na academia e na escola da amizade.

À professora Mônica Nunes pelo acolhimento caloroso em um dos momentos mais difíceis desta caminhada. Nunca esquecerei sua escuta.

Às travestis entrevistadas que, com suas falas e histórias de vida, ajudaram a construir este texto. Ele é nosso!

Ao Humberto Dias, porque de longe ou de perto, sempre existirá algo para nos fazer lembrar um do outro.

Poema às Flores da Noite

As belas flores de encanto mágico dificilmente acham um lugar decente na luz do sol, condenadas a só desabrocharem e exalar o seu perfume à noite como se a noite fosse um pátio de um cárcere e mesmo assim, muitas são pisoteadas, estraçalhadas, machucadas, mortas, por seres que se julgam humanos, gente que de dia se esconde sob a máscara da respeitabilidade e da moral, mas que camuflam suas frustrações e seus recalques oprimindo-nos e nos obrigando a viver como mariposas ou damas da noite, que vivem depois do por- do – sol e adormecem ao nascer do dia.

Michele Marry (*In memoriam*)

Ex-Presidente da Associação de Travestis

RESUMO

A AIDS, por ser uma doença incurável e passível de contágio por via sexual, vem crescentemente reavivando o tabu sexo-morte e sendo associada a comportamentos sexuais, considerados permissivos e desregrados. Tais comportamentos, assim com a idéia de decadência moral a eles vinculada, são aspectos que marcam e definem fortemente o perfil das travestis profissionais que, em sua maioria, vivem da prestação de serviços sexuais. Por meio de práticas homossexuais desprotegidas e da prostituição, esse grupo social minoritário se expõe constantemente ao risco de infecção pelo HIV/AIDS, dentre outros. Nesse contexto, muitas ONG surgiram para defender os direitos humanos e promover atividades educativas relacionadas à prevenção das DST/AIDS, algumas das quais enfocam a problemática das travestis que se prostituem. O objetivo da presente pesquisa é conhecer quais os sentidos que as travestis profissionais do sexo atribuem às práticas educativas das quais participam em relação ao risco de contrair HIV/AIDS nas suas atividades sexuais. Nossa pesquisa foi desenvolvida numa ONG localizada na cidade de Salvador, na Bahia, entre travestis que se prostituem. Mediante uma abordagem etnográfica, combinando técnicas de observação participante e entrevistas semi-estruturadas, 10 travestis foram entrevistadas, sendo 02 educadoras e 08 participantes das atividades educativas. Elegeram-se categorias teóricas e empíricas por cujo intermédio emergiram, dos discursos dos sujeitos, os sentidos que estes atribuíam às práticas educativas bem como suas percepções de risco. Os sujeitos da pesquisa consideraram as práticas educativas como adequadas aos seus repertórios interpretativos e por isso, culturalmente sensíveis. Os riscos enfrentados na prostituição foram percebidos como múltiplos, sendo a violência policial identificada como o principal deles. O risco de contrair HIV/AIDS aparece como *mais um* destes riscos, porém a sua priorização, na hierarquia pessoal do sujeito, depende das necessidades que lhe são impostas pela sobrevivência e pela sua percepção do risco de morte imediata. Depreende-se da pesquisa e do contato com os sujeitos que a principal contribuição da ONG pesquisada consistiu em prover às travestis um espaço-tempo de reflexão sobre as vicissitudes do seu cotidiano, permitindo-lhes construir formas compartilhadas de enfrentamento da AIDS.

Palavras-chave: travesti, prostituição, práticas educativas, percepção de risco, gênero.

ABSTRACT

AIDS is an incurable illness, and has among its transmission forms the sexual relationship. Because of this, it instigated the revival of the sex/death taboo, and became associated with permissive and supposedly segregated behaviors. These types of behaviors as well as the idea of moral decadence associated to them are strongly linked to the prototype of the sex professional transvestites, majority of who survive through prostitution. Due to unprotected homosexual practices and prostitution, this minority social group is constantly exposed to the risk of HIV/AIDS infection, among others. Many NGO have emerged due to the advent of AIDS aiming to defend human rights, and to promote educational activities related to STD/AIDS prevention. Some of these organizations have as their target population transvestites who work as prostitutes. The objective of this research is to find out what sort of meanings the sex professional transvestites attach to the educational activities they are part of in relation to the risk of HIV/AIDS contamination in their professional practice. This research was developed in a NGO located in the city of Salvador, Bahia, Brazil, with transvestites who are prostitutes. This study used the ethnographic methodology combined with techniques of participatory observation and semi-structured interviews. Ten transvestites were interviewed, two of them educators and eight participants of the educational activities. Theoretical and empirical categories were voted on, and through them emerged, from the participants discourse, the meanings that they provided to the educational activities as well as their risk perception. The research participants considered the educational activities adequate to their interpretative repertory, so they were seen as culturally sensitive. The risks faced due to the prostitution were perceived as multiple, the violence from police was pointed out as the main one. The risk of HIV/AIDS contamination appears as another threat faced by them. Nevertheless, this risk will be prioritized in the personal hierarchy of each individual according to the imposed survival needs, and to the risk perception of immediate death. It is possible to state from the research and from the contact with participants that the main contribution of the examined NGO is to provide to the transvestites time and space to reflect about the vicissitudes of their daily lives, allowing them to build shared mechanisms to fight against AIDS.

Key Words: Transvestites, prostitution, educational activities, risk perception, and gender.

RIASSUNTO

L'aids, come malattia a trasmissione sessuale ed attualmente incurabile, ha causato un ravvivamento del tabù sesso-morte, e nell'immaginario collettivo ha assunto una grande rilevanza la sua associazione con comportamenti sessuali permissivi o definiti sregolati, e con una generalizzata idea di decadenza morale. Nessuna altra minoranza sociale si inquadra tanto in questo profilo quanto i travestiti che si prostituiscono. Larga parte di questa categoria di travestiti, infatti, vive prestando servizi sessuali con pratiche non protette ed esponendosi quindi al rischio di infezione da HIV/AIDS. Dalla comparsa del virus sono nate molte ONG con l'intento di difendere i diritti umani e promuovere attività educative di prevenzione. Tra queste ONG alcune si occupano nello specifico dei travestiti. La nostra ricerca ha cercato di comprendere, in reazione al rischio di contrarre l' HIV/AIDS, quali siano i significati attribuiti dai travestiti che si prostituiscono alle pratiche educative alle quali partecipano. La metodologia di ricerca adottata è stata di tipo etnografico, il lavoro è stato svolto in una Ong del municipio di Salvador-Bahia, combinando la tecnica dell'osservazione partecipata ed interviste semi-strutturate. Sono state somministrate a 10 interviste: 2 a conduttori di attività educativa e 8 a partecipanti alle medesime attività. L'analisi del discorso è stata orientata con categorie teoriche ed empiriche per fare emergere i significati attribuiti alla pratica educativa ed alla percezione del rischio. La nostra ricerca ha evidenziato diversi punti: i travestiti percepiscono la pratica educativa come adeguata al proprio repertorio interpretativo e per questo, culturalmente sensibile; i rischi che si corrono nella prostituzione sono multipli e la violenza della polizia è precepita come il principale tra questi. Il rischio di contrarre l'HIV/AIDS appare perciò come solo uno dei tanti. Per questo la sua prioritizzazione nella gerarchia personale, dipende dalle necessità imposte dalla sopravvivenza e dal rischio di morte immediata. Dalla ricerca si evince inoltre che il principale contributo dell'ONG considerata è quello di offrire ai travestiti uno spazio e dei momenti di riflessione sulle vicissitudini della loro vita quotidiana, consentendo che dall'incorporazione di queste informazioni siano costruite delle forme comunitarie di contrasto all'epidemia di HIV/AIDS.

Parole chiave: travestiti, prostituzione, pratiche educative, percezione del rischio, genere.

SUMÁRIO

Apresentação	13
Capítulo I – Travestis, Prostituição e Aids: Caminhos da Prevenção	17
Capítulo II – A Travesti Profissional do Sexo como Sujeito	25
2.1 – Tentando compreender a Sexualidade Travesti	30
2.2 – Os Sentidos do Risco e da Vulnerabilidade Social	40
2.3 – Prevenção se ensina?	47
Capítulo III – Trajetória Metodológica	53
3.1 – Procedimentos Metodológicos	55
3.2 – Pensando a Investigação e o Campo	56
Capítulo IV – As “monas” da Ong Flores da Noite	70
4.1 – Pra não dizer que não falei das flores	70
4.2 - Vida e cotidiano na prostituição travesti	73
4.2 – Corpo: onde habita o sujeito	84
4.3 - O discurso social das travestis sobre os riscos	89

	11
Capítulo V – Educando corpos e prazeres	97
5.1 – A Cena e as Práticas Educativas	97
5.2 – A gente conversa, a gente se entende: Vamos falar de que?	104
5.3 - Ong Flores da Noite: um espaço para encontros significativos	109
5.4 – Conductoras de Reunião ou Trans Educadoras?	116
Capítulo VI – Considerações finais	128
Referências Bibliográficas	138

APRESENTAÇÃO

O presente texto é resultado de um estudo cujo principal objetivo foi conhecer e analisar os sentidos que as travestis profissionais do sexo dão às práticas educativas que são desenvolvidas pela Ong da qual participam em relação ao risco de contrair Hiv nas suas práticas sexuais.

Trata-se de um estudo com abordagem etnográfica, realizado em uma Ong, que tem sua ação voltada para a defesa dos direitos humanos e cidadania de travestis e transexuais. A pesquisa investigou e analisou os discursos e práticas das condutoras das atividades educativas desenvolvidas pela Ong, e das travestis profissionais do sexo que delas participam e como estas relacionam o que ensinam/aprendem com o seu cotidiano pessoal e profissional.

Esta perspectiva de investigação pretendeu fazer um paralelo entre o discurso institucional, o discurso das condutoras de atividades educativas e travestis participantes e a prática destas, observadas nas reuniões, ruas e domicílios, procurando captar como elas incorporam às suas práticas sexuais as informações que lhe são fornecidas.

As travestis que conduzem as práticas educativas na Ong estudada têm uma estreita relação com as participantes, pois já participaram dos mesmos espaços e práticas de prostituição. O fato de estarem passando por um processo de formação política que as colocou em uma posição de liderança no cenário local e nacional, de certo modo as diferencia das outras travestis já que seus discursos são mesclados de termos e idéias que fazem mediação entre o saber acadêmico e a linguagem do universo trans.

Como recorte ainda pouco explorado em outras investigações, conforme verificado na busca de outras referências na literatura, esta investigação tentou, ainda que em caráter exploratório,

identificar possibilidades e limites nas práticas educativas e preventivas realizadas pela Ong objeto de estudo, contribuindo, com os resultados obtidos, para o aprimoramento de práticas educativas voltadas para a prevenção do HIV entre o segmento pesquisado.

O interesse da investigação teve como fio condutor revelar, ao menos nos limites desta pesquisa e de seu recorte empírico, **quais os sentidos que as travestis profissionais do sexo dão as práticas educativas das quais participam e sua relação com a prevenção do hiv nas suas práticas sexuais**. Esta questão se desdobrou em outras, tais como: Quais são as práticas educativas desenvolvidas pela Ong para a prevenção do Hiv/Aids entre travestis profissionais do sexo? Quais são as travestis que delas participam? Quais as concepções de sujeito estão na base dessas práticas? Como se dá a formação político-pedagógico das condutoras das práticas educativas? Como as travestis analisam as práticas educativas que participam em relação ao risco de contrair hiv nas suas práticas sexuais?

Estas questões serviram como um norte ao pesquisador, impedindo o seu afastamento do foco da pesquisa e, ao mesmo tempo, mediou o olhar do investigador diante da realidade estudada, tanto na apreensão dos fatos observados quanto na análise dos discursos, que resultaram nos dados, reflexões e novas interrogações que integram este texto. A dissertação inicia-se no Capítulo I, com um breve resgate histórico – social do sujeito investigado, neste caso, a travesti.

O capítulo II prossegue com a reflexão sobre duas perspectivas utilizadas na explicação da sexualidade humana – o essencialismo e o construcionismo social – discutindo o lugar da sexualidade travesti nestas perspectivas e apresentando a Teoria Queer como uma tentativa de compreender como se dá a formação da sexualidade e do gênero travesti. Ainda neste capítulo, são discutidos os conceitos de gênero, normas regulatórias, marcas e desconstrução de

binarismos e como estes conceitos se relacionam com a dimensão existencial, cultural e social da travesti profissional do sexo.

Também neste capítulo são traçadas reflexões sobre risco, percepção de risco, vulnerabilidade e os sentidos que as travestis atribuem a estas categorias teóricas.

No Capítulo III, referente à Metodologia, são apresentados os pressupostos teórico-metodológicos que nortearam todo o trajeto da investigação – a estratégia, a seleção e descrição dos sujeitos, o local e o contexto da pesquisa – e o plano de análise dos dados produzidos no campo. O registro etnográfico da ONG pesquisada é realizado no capítulo IV. Nele se apresenta a caracterização do espaço, um breve resgate histórico da Instituição e a dinâmica das reuniões e demais práticas observadas.

O Capítulo IV ainda expõe os discursos dos sujeitos da pesquisa em relação aos construtos prostituição de rua, construção corporal, uso de hormônios e silicone industrial, risco de contrair hiv, violência (familiar, urbana e policial), informação, prevenção das Dst/Aids e uso de preservativo tendo como fio condutor a relação entre o que se ouve; o que se diz e o que se faz.

O texto prossegue no Capítulo V, apresentando através das suas narrativas, as percepções das mesmas a cerca das práticas educativas que realizavam (condutoras de atividades) e participam (demais travestis) visando interpretar quais os sentidos que estas práticas têm para as travestis e como elas as relacionam com os riscos que enfrentam em seu cotidiano.

No capítulo VI, a modo de conclusão, finaliza-se sugerindo alguns desafios e recomendações que podem ser assumidos pelos tomadores de decisões e condutores/as de práticas educativas voltadas para a prevenção das DST/AIDS entre os sujeitos pesquisados.

CAPÍTULO I

TRAVESTIS, PROSTITUIÇÃO E AIDS: Caminhos da Prevenção.

Não haverá desvio, atalho, vereda, furo, trilha, picada, descontrole? Se há questão, dúvida, há caminho (SILVA, J, 2006, p. 29).

Entre o período de 1980 a 2005 foram notificados ao Ministério da Saúde mais de 362 mil casos de AIDS no Brasil. Atualmente, estima-se que 600 mil brasileiros vivam com HIV/AIDS e as estatísticas prevêm um aumento crescente na epidemia considerando a sua dinâmica de transmissão (LOPES, 2005).

A epidemia de AIDS é, portanto, um fenômeno contemporâneo e o intervalo relativamente longo - de até 15 anos – entre a infecção e o desenvolvimento das doenças a ela associadas, sugere que seu maior impacto ainda esteja por vir (PAULILO, 1999). Os primeiros casos notificados formalmente no Brasil, como nos Estados Unidos e Europa Ocidental, foram identificados em homossexuais masculinos, jovens e de classe média alta. Este estereótipo foi amplamente divulgado pelos meios de comunicação de massa e até hoje se encontra arraigado no imaginário social (DANIEL e PARKER, 1991).

Entretanto, outras parcelas da população tais como prostitutas, travestis, usuários de drogas injetáveis - todas elas guardando os mesmos componentes de vulnerabilidade social (AYRES, 2003) e moral reservada aos homossexuais – passaram a preocupar o imaginário coletivo da sociedade civil (FRY e MAC RAE, 1992; PAULILO, 1999; POLLAK, 1990).

A AIDS trouxe em seu bojo o reavivamento de dois grandes tabus da sociedade ocidental: sexo / morte. Como uma doença estreitamente correlacionada à atividade sexual, a associação sexo – AIDS assumiu rapidamente uma importância simbólica muito forte, associada à permissividade, a comportamentos sexuais supostamente desregrados e a uma generalização da decadência moral. Nenhuma outra minoria social se enquadra neste perfil tanto quanto a das¹ travestis profissionais do sexo (PETRI, 1994; MOTT, 1997).

Trazer a análise e a discussão sobre a travesti profissional do sexo para o âmbito da Saúde Coletiva implica primeiramente em reconhecer a sua “prática como trabalho para assim reconhecê-la como sujeito, procurando identificar seus grupos sociais de referência, os riscos aos quais ela está submetida, seus processos de aprendizagem, como, onde e de que forma esses processos se dão” (SANTOS, 2002, p. 06).

As travestis, apesar de constituírem uma população tão diminuta, quando quantificadas em relação ao número da população brasileira, é o segmento que possui maior vulnerabilidade ao HIV, já que, quase todas vivem da prestação de serviços sexuais “expondo-se, por conseguinte, ao risco de infecção pelo HIV através das práticas homossexuais desprotegidas e da prostituição” (MOTT, 1997).

Torna-se importante esclarecer que a prática prostitucional da travesti se diferencia da prostituição feminina uma vez que implica em inversão da representação biológica, explicitação de orientação sexual divergente, além da discriminação que ocorre entre os demais participantes

¹ A utilização do pronome feminino para referir-se às travestis dá-se pelo fato de que elas se auto-referenciam e tratam umas às outras sempre no feminino. Este feminino não é elaborado com base na definição sexual biológica, mas a partir de uma construção cultural e gramatical das travestis (PELÚCIO, 2005; FERREIRA, 2003; BENEDETTI, 2006).

do mercado do sexo (prostitutas, donos de bordéis, garotos de programa) em relação a este grupo.

Outra característica destes sujeitos que torna seu estudo particularmente importante em termos epidemiológicos, deve-se ao fato de que cada travesti atende uma média de quatro clientes por noite e, na maioria das vezes, a metade desses clientes prefere praticar sexo anal sem a utilização de preservativo. Se multiplicarmos quatro relações diárias por 22 dias no mês por oito mil (a quantidade aproximada de travestis brasileiros), teremos um total aproximado de 704.000 relações por ano – montante de atos sexuais nada desprezíveis considerando a dinâmica da cadeia de transmissão sexual do HIV (MOTT, 1997).

Muitas dessas travestis têm-se articulado em ONG, em busca do acesso aos serviços sociais básicos, assim como o reconhecimento por parte do Estado da sua cidadania. Nestas ONG as linhas de ações não se diferem tanto: fortalecimento da cidadania, reconhecimento de direitos e deveres, informação sobre doenças sexualmente transmissíveis / AIDS, tratamento, prevenção e assistência social e jurídica, utilizando para isso, práticas educativas e comunicativas em grupos.

Entretanto, mesmo sendo reconhecida a importância das práticas sociais de educação em saúde, com o objetivo de promover a saúde, em uma breve análise de tais práticas, particularmente aquelas destinadas à prevenção contra a infecção com o vírus HIV, pode-se perceber, segundo alguns autores (FERNANDES, 1994; SCHAL e STRUCHINER, 1995), um distanciamento entre a teoria e a prática, já que nem sempre existe contextualização na produção dos materiais educativos e adequação de linguagem nas práticas comunicativas.

Todavia, nos últimos anos, houve um desenvolvimento surpreendente de metodologias da educação, de estratégias de aproximação a populações específicas e de modalidades de

intervenção. Este desenvolvimento se deu principalmente no âmbito das ONG. Porém, ainda persiste uma atitude autoritária e medicalizadora embutida em menor ou maior grau nas práticas educativas. Estas atitudes, em experiências pontuais, alcançam alguma eficácia na persuasão e adesão das pessoas aos preceitos médicos, mas, em outras podem despertar reações contra-hegemônicas, que acabam por dificultar a elaboração de comportamentos pessoais saudáveis como, por exemplo, a travesti que abandona as oficinas de educação em saúde por não se sentir acolhida, e respeitada nas mesmas, pode dificultar a participação de outras travestis por difundir entre elas a sua experiência negativa em relação a tais oficinas.

Segundo Feliciano e Kovacs (2003), tais práticas escamoteiam as relações sociais, econômicas, culturais e afetivas que configuram os distintos contextos de intersubjetividade, nos quais as pessoas desenvolvem formas diferenciadas de interpretação e valorização das necessidades de saúde e ignoram as percepções, os valores, os sentimentos e as relações de poder que perpassam a prevenção da AIDS e, somente são compreendidas, quando se busca uma maior aproximação aos contextos reais do cotidiano, uma vez que existe sempre a possibilidade de conflitos entre os valores e interesses que orientam as decisões sobre a vida sexual e a saúde, e aqueles que norteiam as recomendações propostas nas práticas de comunicação e educação em saúde, desenvolvidas nos diferentes espaços sociais.

Entretanto, no campo específico da infecção pelo HIV é forçoso reconhecer que, com a epidemia, a medicina alcança um campo de intervenção social que lhe era até então relativamente restrito: a vida sexual das pessoas. Este processo denominado medicalização social pretende normalizar o modo de vida dos sujeitos, tendo como fundamento as bases científicas da

medicina moderna. Sua ação interfere na construção das representações sobre o corpo, a saúde, a doença e demais processos vitais (ADAM e HERZLICH, 2001).

De fato, os problemas ligados à prevenção da AIDS recolocam em discussão a intervenção da medicina no âmbito social, mais exatamente no campo da normalização dos comportamentos sexuais. No campo de estudos e prevenção da AIDS a medicalização social passa a ter uma forte presença. A forma como cada um se conduz sexualmente, com quem tem relações sexuais passa a ser objeto de um debate público intermediado pelos discursos médico, psicanalítico, pedagógico, sociológico e pela própria mídia, entre outros.

No campo das políticas de prevenção e dos programas de saúde não é diferente. Se por um lado interessa aos serviços de saúde, comunidade e Estado o controle da infecção, por outro, é fundamental reconhecer clara e explicitamente a responsabilidade e livre-arbítrio dos cidadãos em definir a conduta que lhes convém em relação aos riscos de contração do HIV.

Torna-se, entretanto, necessário reforçar algo que freqüentemente é negado no desempenho das práticas educativas: a importância do reconhecimento da auto-responsabilidade, mesmo admitindo que este contexto guarde uma série de indefinições e ambigüidades em relação à conduta sexual dos sujeitos (FERNANDES, 1994).

Caberia então a essas ONG, como um espaço para prevenção da infecção pelo vírus HIV e para a democratização do conhecimento científico sobre AIDS, convidar as pessoas para discussões, oferecendo informações para seu julgamento e apreciação, tratando-as como “sujeitos portadores de cultura e historicidade e proprietários de seu destino” (FERNANDES, 1994, p. 172).

É, portanto, dentro deste contexto que as questões mais gerais, da ordem da cultura e das relações sociais existentes, poderão ser identificadas e abordadas, procurando entender *quais os sentidos que as travestis profissionais do sexo atribuem às práticas educativo-comunicativas em relação aos riscos de contrair HIV /AIDS nas suas atividades sexuais*, considerando que no presente momento ainda não existe uma cura para a AIDS.

Assim sendo, as práticas educativas/ comunicativas são consideradas estratégias de prevenção que, se elaboradas contextualizadamente e associadas a mudanças estruturais nas condições objetivas de vida dos segmentos mais vulneráveis a esta doença, podem produzir impactos positivos.

Entretanto os limites das abordagens preventivas centradas na alteração das práticas dos atores sociais têm inspirado esforços na tentativa de desvendar os sentidos que eles atribuem à noção de prevenção e cuidado com a sua saúde.

Torna-se necessário refletir sobre as estratégias educativas/ comunicativas voltadas para a mudança de comportamento, tendo por base o pressuposto de que a lógica das práticas cotidianas, em geral, não resulta simplesmente de decisões racionais individuais, mas decorre das condições materiais e de questões subjetivas.

As tentativas de reter o processo devastador da AIDS têm colocado os diferentes campos do saber em constantes inquietações teórico-metodológicas, no sentido de construir estratégias de contenção desta pandemia. No caso específico da prevenção da AIDS entre as travestis profissionais do sexo, os esforços tornam-se maiores, pois exige uma mudança na forma em que estes campos distintos vêm pensando as identidades sexuais e o gênero.

Na busca de compreender a complexidade, na qual estes conceitos se originam e se confundem é que os contextos específicos associados com o travestismo ou mudança de gênero e com prostituição masculina, bem como uma gama de outras variações, têm-se tornado todos, focos de estudo, demonstrando as complexas formas através das quais as práticas sexuais são organizadas no interior de sistemas sociais (SILVA, 1993; OLIVEIRA, 1994; KULICK, 1998; PAULILO, 1999; BENEDETTI, 2005; PELÚCIO, 2005).

O advento da AIDS trouxe consigo discussões acirradas no campo de estudo da sexualidade e da saúde. Para longe da perspectiva medicalizadora do início da Medicina Social, importa à Saúde Coletiva reconhecer que “na medida em que várias identidades – gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis - emergem publicamente, elas acabam por evidenciar, de forma muito concreta, a instabilidade e a fluidez das identidades sexuais” (LOURO, 1999).

Esta constatação torna-se um desafio de superação da lógica de pensar binária ainda predominante nos já citados campos do saber. Caberá mais diretamente a Saúde Coletiva, como um campo que se preocupa com a saúde dos diversos segmentos da população, acolher na sua agenda de estudos e intervenções, a travesti profissional do sexo, considerando-a também como um sujeito *sui generis* para o qual sua prática de pesquisa e intervenção deverá se voltar, porém conhecendo e respeitando as suas singularidades.

Este estudo tenta romper com os binarismos conceituais nos campos da saúde e sexualidade, em relação às identidades e as práticas sexuais e de saúde que tanto obstaculizam possíveis avanços, pois, nestes campos, ainda se opera dentro de uma lógica binária e se suporta estender o pensamento aos sujeitos e práticas que se relacionam a essa lógica. Outros sujeitos e práticas que

existam e operem fora deste quadro tornam-se obstáculos epistemológicos muito difíceis ou quase impossíveis de ultrapassar (LOURO, 1999).

O desafio para avançar epistemologicamente é reconhecer que há coisas e existem sujeitos que podem ser pensados no interior de uma cultura e outros que são impensáveis, e o são porque, não se enquadram numa lógica ou num quadro admissíveis àquela cultura, naquele momento. Coisas, ou sujeitos, ou práticas aos quais falta um solo, ou um “modelo de compreensão” (SANTOS, 2004). Fundamentalmente, o que deixa de existir é um quadro de referências que permita o pensamento operar – essas práticas e esses sujeitos que transgridem toda a imaginação, são incompreensíveis ou impensáveis e, então, são recusados e ignorados.

Existe, pois, a necessidade de construção de um conhecimento sólido e aprofundado sobre como as travestis profissionais do sexo vivem, seus riscos e suas estratégias de proteção e sobrevivência. Isto porque é imprescindível ao campo da Saúde Coletiva conferir o modo como as práticas educativas e comunicativas, que são desenvolvidas pelo serviço de saúde ou pela comunidade, neste caso, uma ONG, interagem na percepção de risco das travestis em relação ao HIV, isto é, se estas práticas preventivas estão fazendo com que as travestis profissionais do sexo reflitam sobre o risco de contrair ou transmitir HIV através das suas práticas sexuais, desenvolvam uma atitude protetora - protegida e adotem a negociação de práticas mais seguras em relação ao ato sexual.

CAPÍTULO II

A TRAVESTI PROFISSIONAL DO SEXO COMO SUJEITO

Interessa, sim, dar conta dos processos históricos, dos valores e práticas sociais que permitam recuperar o percurso da travesti nas últimas décadas, interpretar os papéis que lhe estão sendo atribuídos e localizar os lugares que lhe estão sendo reservados (SILVA, H, 1996, p. 21).

As travestis existem desde os tempos bíblicos e, no Brasil, o fato é conhecido e registrado desde o século XVI. “O primeiro homem a se travestir de quem temos notícia foi o escravo Francisco Manicongo, natural do Reino de Angola, morador da Bahia que em 1591 foi denunciado à Inquisição por recusar-se vestir roupa de homem” (MOTT, 1995).

O mais famoso travesti francês foi Charles Eon - embaixador da América do Norte - que se vestia de mulher e ninguém desconfiava que fosse homem. Por sua causa passaram a chamar o travestismo de “eonismo”. As origens do travestismo brasileiro devem ser buscadas nos três povos formadores da nossa nacionalidade. Nos documentos da Inquisição há registros de que diversos rapazes portugueses teriam sido presos em Lisboa por se vestirem de mulher (TREVISAN, 2004).

Quando os conquistadores chegaram ao Brasil, os índios homossexuais, que se pintavam e se ornavam como mulheres eram chamados de Tibiras e muitos africanos, por sua vez, também já se travestiam na África, tanto que a Inquisição prendeu um nativo do Benin, em 1571, que se

vestia como mulher e fazia ‘pista’² no porto de Lisboa e que jogava pedra em quem não o chamasse de Vitória (MOTT, 1995).

Travesti é um termo que ficou consagrado no Brasil para designar os homens que nascem machos, são educados como meninos, mas têm uma identidade de gênero diversa da maioria. São pessoas que ao lado de identidade de gênero masculina, desenvolvida através do reconhecimento de seu corpo biológico e da educação, sentem-se também femininos (COSTA, 1994).

As travestis sempre existiram, assim como todas as outras formas de viver a sexualidade. No Brasil e também em outros países, elas passaram a se tornarem visíveis como fenômeno social apenas recentemente, devido ao advento da AIDS na década de 80. As travestis muitas vezes foram meninos com características femininas desde crianças e, outras vezes não. Entretanto, na adolescência, com a explosão dos hormônios, quando suas características masculinas ficam totalmente definidas, é que a maioria das travestis sente a necessidade de acrescentar um comportamento diferente daquele que ele vinha tendo até então. Conforme Picázio (1998), travestis masculinos e femininos se comportam de maneira diferente do papel atribuído ao seu sexo natal porque sentem que esta é a forma que melhor combina com a imagem que fazem de si mesmos.

O travestismo é um fenômeno presente nas cidades brasileiras. Ao contrário de décadas atrás, onde só eram visíveis nas grandes capitais, hoje, travestis encontram-se presentes também nos pequenos centros urbanos. Nas três últimas décadas os processos de mudança social e transformação cultural contribuíram para a visibilidade da travesti. “Esses personagens, antes

² A expressão “fazer pista” refere-se à prática da prostituição de rua.

restritos às arenas e públicos específicos como os cinemas pornô, bares confinados em lugares escabrosos ou as ruelas noturnas nos fins de madrugada; agora publicizam-se, demarcando outros espaços sociais” (SANTOS, 2002, p.11).

Para Silva e Florentino (1996), o que há de novo não é a travesti, nem o transformista ou a transexual. O que há de novo é a circulação desses personagens em intensa relação com a sociedade abrangente, flagrado no significativo tráfego de automóveis em torno de pontos de travestis.

Alguma coisa essa expansão da travesti está a dizer sobre a sua sociedade, pois essa expansão não se daria sem o consórcio de setores significativos dessa mesma sociedade. Ao que parece, existe uma cadeia complexa de assentimentos, uma aliança simbólica e social que diz mais sobre a sociedade do que sobre a travesti.

As travestis relacionam-se com a alteração dos caracteres culturais, físicos e sexuais, ou seja, é o indivíduo que inverte o uso de roupas, o tipo de gestos, o timbre de voz, os valores atribuídos socialmente ao seu papel sexual em favor dos atributos do sexo oposto (OLIVEIRA, 1994). A travesti demonstra a possibilidade do trânsito, a possibilidade de ir, vir ou mediar, demonstra que “não sou mulher”, mas sim, “estou mulher”, bem como poderia estar outra coisa. A condição de “estar mulher” implica na produção de um corpo, de uma identidade que se torna visível através da eleição de traços que vêm determinar a identidade pessoal e grupal. As vestes são apenas um dos signos da série significativa que constitui a mulher.

Na visão de Silva e Florentino (1996), gesticulação, andar, sentar, deitar, pegar (técnicas corporais), riso, choro, orgasmo (expressão de sentimentos), aparência do corpo quanto a pêlos, arredondamento das formas, cabelos (produção simbólica do corpo), preferências, gostos,

tendências (conformação de uma sensibilidade compatível com seu papel de gênero), fazem parte da produção do feminino travestido.

A representação feminina da travesti, considerada pela sociedade contemporânea como uma inversão sexual, contraria as normas comportamentais masculinas. Essa remodelação do corpo começa desde a tenra idade, sendo a adolescência o momento em que as transformações começam a se tornarem mais visíveis. É também neste momento que a maioria das jovens travestis, pressionadas pela coerção social imprimida por colegas de classe, direção das escolas e todo o sistema social *transfóbico*³, sente-se obrigadas a interromper seus estudos o que, associado à sua aparência andrógena ainda em mudança, impossibilita a sua inserção no mercado de trabalho formal.

Algumas conseguem trabalhar em ambiente onde a frequência é, na sua maioria, de mulheres (salões de beleza, cozinhas) e, outras mais talentosas se transformam em excelentes artistas, a exemplo de Telma Lip, Valéria e Rogéria. Grande parte delas, devido à sua aparência perde o apóio e proteção familiar. Muitas famílias expulsam e abandonam o membro travesti, excluindo-a do núcleo familiar. Sem referência familiar, escolarização incompleta e portadora de uma aparência física que não é aceita pelos empregadores do mercado de trabalho formal, as travestis sentem-se oprimidas a buscarem uma forma alternativa de sobrevivência.

Neste momento, a prostituição apresenta-se como um meio rentável, ainda que perigoso, de oferecer condições mínimas de conforto. A prostituição é concebida como atividade transgressora em relação à conduta sexual dita moral, elaborada e produzida pelo imaginário

³ Termo cunhado por Mott (1995, 1997) para referir-se ao processo de discriminação, preconceito e violência imprimida pela sociedade contemporânea às travestis através das suas instituições sociais. Para este autor, esta atitude denuncia o ódio que a “sociedade” demonstra ter daqueles que não se enquadram nas normas sociais.

social (OLIVEIRA, 1994). Assim, quando as travestis ao se inserirem neste *mercado de trabalho informal* atraem sobre si, além das ações coercitivas voltadas à sua aparência desviante, outras atitudes discriminatórias da prática da prostituição.

A prostituição não é proibida pela constituição brasileira, entretanto a sociedade possui seus mecanismos de opressão que a mantém nos guetos e margens do processo produtivo, sob o mito de que a prática da prostituição contribui para a desarticulação da instituição familiar.

A prostituição, apesar de ser uma alternativa de sobrevivência, longe de ser a tão proclamada *vida fácil*, traz em seu bojo um arsenal de riscos. A violência, por exemplo, é uma constante. No caso das travestis, muitos *pontos* são tomados à força de navalha. A repressão policial sobre elas é ainda mais feroz e as brigas com os clientes ocorrem com maior frequência (PAULILO, 1999).

Para enfrentar o cotidiano do universo da prostituição, as travestis aprendem diariamente como lidar com os problemas que surgem como consequência direta do seu estilo de viver e das especificidades do seu trabalho.

A aprendizagem na vida das travestis é um processo permanente. A busca de anular qualquer referência masculina externa e a modelagem da aparência e do ser feminino exige um aprendizado constante. Aprender a vestir-se, gesticular, andar, maquiar-se e falar como o sexo oposto ocupa toda a existência da travesti, disputando espaço apenas com as estratégias da sobrevivência imediata.

Também a vivência nos diferentes grupos e espaços sociais implica no aprendizado de novos códigos de ética e linguagem para o fortalecimento dos laços sociais entre os participantes destes grupos/espaços. Ao fazer parte destes diferentes grupos/espaços, a travesti agrega novos

conhecimentos à sua experiência de vida, utilizando-os para lidar com as vicissitudes do seu cotidiano.

Essa aprendizagem social serve como suporte à vivência em uma subcultura de risco, tal como o universo da prostituição de rua. Segundo Benedetti (2004), é na convivência nos territórios de prostituição que as travestis incorporam os valores e formas do feminino, tomam conhecimento dos *truques* e técnicas do cotidiano da prostituição. O espaço da prostituição é assim um espaço de experiências prazerosas e enriquecedoras do gênero. É nesses espaços que se aprendem, através de um fluxo de aprovações e reprovações, das outras travestis, dos clientes e transeuntes, as formas de ser feminina e ser desejada femininamente pelos homens que ali circulam.

Para Silva & Florentino (1996) a prostituição, além do fator da sobrevivência, se constitui enquanto território onde se exercitam desejos e papéis, onde se verifica a conformação de grupos que possuem regras, linguagem própria, elementos que os identificam e que demarcam suas posições enquanto sujeitos sociais. É, portanto, espaço de possibilidades sexuais, as quais relacionalmente fazem parte das construções dos gêneros que circundam estes ambientes.

2.1 Tentando compreender a sexualidade travesti

A experiência transgênero é um dos temas que têm possibilitado uma renovação das reflexões dos conceitos e da própria teoria dentro do campo de estudos feministas e de gênero. Os aspectos que mais sobressaem na reflexão sobre a experiência transgênero estão ligados ao caráter

artificial e fabricado do gênero e das diferenças de gênero, ou seja, de sua fabricação cultural, social e política (MALUF, 2002).

Transgênero se refere aos indivíduos que atravessam a fronteira do gênero, mas não a do sexo. Assim, o termo transgênero se enquadra na categoria de gênero, não se trata de uma descrição de identidade sexual.

No interior do universo homossexual, o termo transgênero passou a exercer uma função de guarda-chuva, abrigando exatamente as categorias excluídas: travestis, transexuais, transformistas e drag queens.

A discussão sobre o gênero das travestis desafia a perspectiva essencialista para a qual há algo inerente à natureza humana, inscrito nos corpos na forma de um instinto ou energia sexual, que conduz as ações. A sexualidade ora restringe-se a um mecanismo fisiológico, a serviço da reprodução da espécie, ora à manifestação de uma pulsão, de ordem psíquica, que busca se extravasar (HEILBORN, 1999). A explicação essencialista sobre a sexualidade preconiza o caminho “coerente” entre sexo – gênero – prática sexual – desejo.

Uma possibilidade inicial de entender a performance de gênero do sujeito travesti é o construcionismo social, uma vez que esta perspectiva defende a existência de formas culturalmente específicas, envolvendo contatos entre pessoas do mesmo sexo ou de sexos diferentes, entendendo que estes contatos podem ter significados radicalmente distintos entre as culturas ou mesmo entre segmentos de uma determinada cultura (HEILBORN, 1999).

Dentro desta mesma perspectiva teórica, a antropóloga Carole Vance reconhece que o gênero é um produto mediado socialmente: a feminilidade/masculinidade e os atrativos sexuais são

alcançados por uma persistente socialização com respeito aos padrões de beleza, falas e linguagem corporal (VANCE, 1995), pois os corpos não se conformam com as normas biomédicas impostas (BUTLER, 1999), necessitando sempre que tais normas sejam reiteradas em relação às formas de representação corporal e experiência sexual.

É a partir do consenso nas ciências sociais sobre o fato de que a sexualidade não é fixa (LOYOLA, 1999) que o gênero da travesti pode ser refletido. A perspectiva construcionista parte do princípio de que as “culturas geram categorias, esquemas e rótulos muito diferentes para estruturar as experiências sexuais e afetivas” (VANCE, 1995, p.17). Assim, atos sexuais fisicamente idênticos podem ter importância social e significados subjetivos variáveis, dependendo de como são definidos e compreendidos em diferentes culturas e períodos históricos (VANCE, 1995).

O construcionismo social não se preocupa com a questão do que causa a heterossexualidade ou a homossexualidade nos indivíduos, mas, ao invés disso, com o porquê e como nossa cultura privilegia uma e marginaliza – quando não discrimina – a outra (WEEKS, 1999).

Partindo do pressuposto de que a sexualidade é identificada – na perspectiva essencialista – com genitalidade e heterossexualidade (LOYOLA, 1999), a travesti é vista dentro dessa racionalidade como sendo um sujeito desviante, portador de uma patologia social da qual deva ser tratado ou, se não colaborar tentando se ajustar às normas sociais, ser excluído da vivência social e colocado às margens da sociedade.

A teoria Queer, utilizada neste estudo para tentar compreender a sexualidade travesti, apóia-se em conhecimentos provenientes da psicanálise (Freud e Lacan), do pós-estruturalismo de Foucault e da Teoria das Desconstruções de Derrida. A partir das teorizações de Freud sobre o

universo simbólico, reconhece a existência de desejos e idéias ignorados e não controlados pelo próprio indivíduo.

Lacan contribui para a teoria Queer ao afirmar que o sujeito nasce e cresce sob o olhar do outro, que ele só pode saber de si através do outro, ou melhor, que ele sempre se percebe e se constitui nos termos do outro (LOURO, 2001).

Ao lado das teorizações que problematizaram de forma radical a racionalidade moderna, destacam-se os *insights* de Michel Foucault sobre a sexualidade - diretamente relevantes para a formulação da teoria Queer. Foucault empenha-se em descrever o dito e o não dito nos discursos sobre a sexualidade, analisando não apenas como, através deles, se produziram e se multiplicaram as classificações sobre as “espécies” ou “tipos” de sexualidade, mas também como se ampliaram os modos de controlá-la.

Foucault, entretanto, ultrapassa amplamente o esquema binário de oposição entre dois tipos de discursos, acentuando que vivemos uma proliferação e uma dispersão de sexualidade (FOUCAULT, 1993). A operação de desconstrução proposta por Derrida é assumida pela teoria Queer como o procedimento metodológico mais produtivo.

Para Derrida (2004 *apud* NASCIMENTO, 2005), a lógica ocidental opera, tradicionalmente, através de binarismo. Segundo o autor, este é um pensamento que elege e fixa como fundante ou como central uma idéia, uma entidade ou um sujeito, determinando, a partir desse lugar, a posição do “outro”, o seu oposto subordinado.

Assim, o termo inicial é compreendido sempre como superior, enquanto que o outro é o seu derivado, inferior. Desconstruir é então, manifestar a interdependência e a fragmentação de cada

um dos pólos, trabalhado para mostrar que cada pólo contém o outro, de forma desviada ou negada. A desconstrução indica que cada pólo carrega vestígios do outro e depende desse outro para adquirir sentido (DERRIDA *apud* LOURO, 2001).

A teoria Queer parte de cinco idéias centrais:

Em primeiro lugar, as identidades são sempre múltiplas, compostas por um número infinito de “componentes de identidade” – classe, orientação sexual, gênero, idade, nacionalidade, etnia – que podem ser articulados de inúmeras formas.

Em segundo lugar, qualquer identidade construída – como, de resto, todas são – é arbitrária, instável e excludente, uma vez que implica o silenciamento de outras experiências de vida. Dessa forma, assumir uma identidade implica em obedecer a imperativos estruturais de disciplina e regulação que visam confinar comportamentos individuais, marginalizando outras formas de apresentar o “eu”, o corpo, as ações e as relações entre as pessoas.

Em terceiro lugar, ao invés de defender o abandono total da identidade enquanto categoria política, a teoria Queer propõe que reconheçamos o seu significado permanentemente aberto, fluido e passível de contestação; abordagem que visa encorajar o surgimento de diferenças e a construção de uma cultura onde a diversidade é acolhida.

Em quarto lugar, a teoria Queer visa desafiar a estrutura do regime sexual enquanto sistema de conhecimentos que coloca as categorias heterossexual e homossexual como pedras angulares das identidades sexuais.

Por fim, a teoria Queer apresenta-se enquanto proposta de teorização geral sobre a sexualização de corpos, desejos, ações, identidades, relações sociais, conhecimentos, cultura e instituições sociais (SILVA, 2005).

Para os teóricos/as queer, a oposição hetero/homosexualidade – onipresente na cultura ocidental moderna – poderia ser efetivamente criticada e abalada por meio de procedimentos desconstrutivos. Estes/as teóricos/as fazem uso próprio do transgressivo das proposições das quais se utilizam para desarranjar e subverter noções e expectativas (LOURO, 2001).

É o caso de Judith Butler (1999), uma das mais destacadas teóricas Queer. Ao mesmo tempo em que reafirma o caráter discursivo da sexualidade, ela produz novas concepções a respeito de sexo, sexualidade e gênero. Butler afirma que as sociedades constroem normas que regulam e materializam o sexo dos sujeitos e que estas “normas regulatórias” precisam ser constantemente repetidas e reiteradas para que tal materialização se concretize. Mas “os corpos não se conformam nunca, completamente às normas pelas quais sua materialização é imposta” (BUTLER, 1999, p. 154). Daí que essas normas precisam ser constantemente citadas, reconhecidas em sua autoridade, para que possam exercer seus efeitos.

Butler (1999) declara então que as normas regulatórias do sexo têm um *caráter performativo*, isto é, têm um poder continuado e repetido de produzir aquilo que nomeiam e, sendo assim, elas repetem e reiteram, constantemente, as normas dos gêneros na ótica heterossexual. A autora utiliza o conceito de performatividade para afirmar que a linguagem que se refere aos corpos ou ao sexo não faz apenas uma constatação ou uma descrição desses corpos, mas, no instante mesmo da nomeação, constrói, “faz” aquilo que nomeia, isto é, produz os corpos e os sujeitos.

Entretanto, mesmo que as normas regulatórias reiterem sempre, de forma compulsória, a heterossexualidade, paradoxalmente, elas abrem espaço para a produção dos corpos que a elas não se ajustam. Estes serão constituídos como sujeitos abjetos – aqueles que escapam à norma, mas que são socialmente indispensáveis por fornecer o “outro” para os corpos que “materializam a norma”, os corpos que efetivamente importam (BUTLER, 1999).

Para além da perspectiva essencialista que estabelece um caminho coerente entre sexo-gênero-prática sexual-orientação sexual e do construcionismo social, cujo argumento é de que a sexualidade é construída de forma diferente através das culturas e do tempo, a teoria Queer permite pensar a ambigüidade, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero, mas, além disso, também sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação.

Para Silva (2005), o Queer se torna assim, uma atitude epistemológica que não se restringe à identidade e ao conhecimento sexuais, mas que se estende para o conhecimento e a identidade de modo geral. Pensar queer significa questionar, problematizar, contestar, todas as formas bem-comportadas de conhecimento e de identidade. A epistemologia Queer é, neste sentido, perversa, subversiva, impertinente, irreverente, profana e desrespeitosa.

Essa identidade Queer teorizada é uma identidade sexual que se teatraliza no corpo e cujos exemplos são as travestis, as transexuais, as drag queens, as transformistas e outras identidades que desestabilizam os binarismos tão caros ao pensamento ocidental sobre sexo e sexualidade.

Butler (1999) afirma que a constituição do sujeito depende da destruição do corpo, pois a única e primeira essência do sujeito é o desejo de existir, o qual só é possível no ser humano a partir do desejo e do olhar do outro. Daí a necessidade que a travesti profissional do sexo tem em ser

olhada e desejada nos territórios de prostituição como forma de aprovação/reprovação da sua feminilidade, sendo esses territórios denominados por Benedetti (2004), como espaços gerados de prostituição, por contribuir através da sua dinâmica interna, com a construção da performance de gênero das travestis que neles transitam.

Em relação às normas regulatórias que tentam “fixar” o gênero e a identidade sexual, o corpo travesti explicita um desvio e uma afirmação da norma, pois pode ser visto como resistência ao assujeitamento cultural – o qual lhe designaria a constituição de um gênero masculino vinculado ao seu corpo-macho – quanto ao assujeitamento à identidade de gênero feminino.

A travesti entra no jogo do poder, ao dar visibilidade a sua sexualidade “desregrada”, mas não entra no jogo do poder para propor uma ruptura com a norma. Ao contrário, é um desejo de norma que a impulsiona. A travesti, nesse sentido, evidencia o assujeitamento à norma, pois busca um corpo de mulher como dita a cultura.

Este corpo travesti é construído na cultura através de um processo lento e contraditório – mesmo sabendo dos riscos e da violência corporal impostos pelo processo de transformação de gênero – onde são utilizadas as tecnologias de gênero, ou seja, todo o gestual, a linguagem, o vestir, o andar, por fim, o *ethos* feminino é incorporado a um corpo que foi marcado com silicone, hormônios, próteses, eletrólises e cabelos (próprios ou implantes), sempre em uma direção corporal e cultural, cada vez mais próxima à performance do gênero feminino.

Essa marcação tem efeitos. Uma multiplicidade de sinais, códigos e atitudes produzem referências que “fazem sentido” no interior da cultura e definem (pelo menos momentaneamente) quem é o sujeito. São marcas distintivas, expressivas, sutis ou violentas - no caso das travestis,

uso de silicone industrial, hormônios femininos, eletrólise -, que podem ser infligidas pelo próprio sujeito (travesti) ou pelo grupo social a que pertence (Bombadeiras e outras travestis).

A marcação tem efeitos simbólicos, expressão social e material permitindo que o sujeito seja reconhecido como pertencendo a uma determinada comunidade. No caso da travesti, o universo *trans*.

Todo o processo de discriminação e violência que perpassa a história de vida das travestis profissionais do sexo confirma que aqueles e aquelas que transgridem as fronteiras de gênero ou da sexualidade, que as atravessam ou que, de algum modo, embaralham e confundem os sinais considerados “próprios” de cada um desses territórios é marcado como sujeitos diferentes e desviantes (LOURO, 2004).

A Teoria Queer propõe então, um deslocamento das pedagogias corretivas que promovem coercitivamente a coerência heteronormativa entre sexo-gênero-prática sexual e desejo para pedagogias indentitárias que compreendem o sexo e o gênero como construções fluidas, permeadas pela cultura e o corpo travesti como resignificado e transformado.

O ser travesti implica na destruição do corpo biológico como condição de emergência do sujeito tal como se pensa – o corpo idealizado. Essa transformação é mais de ordem existencial do que erótica.

Ao desejar/realizar a transformação em seu território corporal, a travesti passa ser designada e tratada como sujeito abjeto – aquilo que foi expelido dos corpos no discurso de Butler (1999).

Mas é precisamente através dessa expulsão que o estranho se estabelece. A construção do “não

eu” como abjeto estabelece as fronteiras do corpo, que são também os primeiros contornos do novo sujeito que emerge.

A maleabilidade dos corpos, as intervenções que o próprio sujeito impõe a seu corpo dá ao mesmo a responsabilidade e a autoria pela definição ou redefinição de sua aparência. Os corpos são nomeados e discriminados conforme se ajustem, ou não, aos ditames e às normas de sua cultura.

Os corpos são feitos, inventados, também por tudo que – de fora – se diz ao sujeito, sobre o sujeito, para o sujeito (SILVA, 2005).

Considerando o trabalho incessante das pedagogias regulatórias através de normas, regras e marcas impostas na direção de tentar “fixar” na “coerência” essencialista a sexualidade, os/as teóricos/as Queer têm investido no sentido de construir estratégias para disseminação de uma pedagogia identitária. Essa pedagogia do estranho (Queer) estimularia a discussão sobre a sexualidade como uma questão legítima de conhecimento e de identidade. Em relação à homossexualidade, ela questiona os processos institucionais e discursivos, as estruturas de significação que definem, antes de qualquer coisa, o que é moral e o que é imoral, o que é normal e o que é anormal. “A ênfase da pedagogia Queer não está na informação, mas numa metodologia de análise e compreensão do conhecimento e da identidade sexuais” (SILVA, 2005, p.108).

A teoria e a pedagogia Queer têm como componente marcante o caráter político das suas ações, indicando ferramentas para a elaboração e implementação de uma política Queer. Neste sentido, as ONG que atuam na defesa dos direitos humanos básicos das transexuais são *locus* privilegiado para a aplicação, deste pensar e fazer Queer, contribuindo em seus espaços -

momentos de encontro e reflexões – ao analisar e denunciar as “estratégias – públicas e privadas, dramáticas e discretas – para vencer o medo e a atração das identidades desviantes e para recuperar uma suposta estabilidade no interior da identidade – padrão” (LOURO, 2001, p.47).

Uma pedagogia Queer “fala” a todos e não se dirige apenas àqueles ou àquelas que se reconhecem nessa posição-de-sujeito, isto é, como sujeitos Queer. Práticas educativas - preventivas baseadas nesta pedagogia sugerem o questionamento, a desnaturalização e a incerteza como estratégias férteis e criativas para pensar qualquer dimensão da existência.

Neste sentido, a dúvida deixa de ser desconfortável e nociva para se tornar estimulante e produtiva e, as questões aparentemente insolúveis não cessam as discussões, mas, em vez disso, sugerem a busca de outras perspectivas, incitam a formulação de outras perguntas, enfim, provocam o posicionamento a partir de outro lugar.

2.2 Os Sentidos do Risco e da Vulnerabilidade Social

O termo risco é polissêmico e assim sendo pode levar a diferentes interpretações. No campo específico dos estudos, pesquisas e prevenção do HIV/AIDS as discussões sobre risco se estendem para além das abordagens quantitativistas epidemiológicas (CASTIEL, 1996). Entretanto é inegável que as definições técnico-científicas elaboradas pela epidemiologia procuram definir precisamente o que é risco. Mas isto sempre a partir de uma perspectiva mensurativa. Ayres (2002), ao refletir sobre o uso do conceito de risco no campo da prevenção de doenças, a exemplo da AIDS, declara: o risco é um conceito útil, mas limitado.

O autor explica que as análises de risco realizadas pela epidemiologia são baseadas em processos de abstração deste conceito com representação matemática e adverte que essa precisão formal não considera aspectos da realidade fundamentais para quem pensa a prevenção: a subjetividade, a significação, a interação e a dinamicidade. Nas ciências sociais, Douglas (1996) desenvolve uma linha antropológica de pensamento que sugere que nenhum risco pode ser considerado isoladamente. É no cotidiano que decisões particulares sobre riscos possíveis são tomadas a partir de comparações feitas com outros riscos possíveis e seus resultados, positivos ou negativos.

Segundo esta autora, os indivíduos têm um sentido forte a cerca dos riscos que os rodeia, mas se sentem portadores de uma imunidade subjetiva. Em atividades muito familiares existe uma tendência a minimizar a probabilidade de maus resultados. Ou seja, aqueles riscos que se consideram controlados são subestimados. Também a classe social da qual o indivíduo faz parte interfere na sua percepção de risco, pois as noções de risco não estão baseadas em razões práticas ou em juízos, mas são construídas culturalmente enfatizando alguns aspectos do perigo e ignorando outros.

Rangel (1993) em seu estudo sobre acidentes de trabalho no Pólo Petroquímico de Camaçari-BA, também identificou entre os trabalhadores a relação entre a familiaridade com o cotidiano e o processo de trabalho e as diferentes formas como estes sujeitos percebiam ou lidavam com os riscos existentes nos seus ambientes de trabalho.

Existe neste sentido, uma cultura de risco (DOUGLAS, 1983; GIDDENS, 1991; RANGEL, 1993; MOTT, 1997; CASTEL, 2005) que varia segundo a posição social dos atores. Para Douglas (1996) a linguagem é um elemento importante para o discurso sobre a percepção do

risco. Assim, as ciências sociais não podem realizar suas análises sobre o risco a partir de um sujeito livre de sua condição social e cultural. Precisam considerar que as categorias de percepção são fabricadas na interação social, ou seja, na linguagem coletiva, pois a linguagem individualista escamoteia a dimensão social da percepção de risco.

Spink (2001) e Orlandi (2005) utilizam a noção de repertório interpretativo quando se referem a linguagem usada pelos sujeitos para se referirem ao que acontece em seu contexto sócio-cultural. Então repertório interpretativo seria “o conjunto de termos, conceitos, lugares-comuns e figuras de linguagem utilizada para falar de um fenômeno específico” (SPINK, 2005, p. 1278).

Segundo Iñiguez (2004), a utilidade dos repertórios baseia-se no fato de que permitem ver como os/as falantes confrontam as conversações e como definem planos através da colocação estratégica de temas.

Estes autores concordam que os repertórios interpretativos mantêm uma estreita relação com a cultura na qual, os sujeitos que os utilizam, se encontram inseridos. Nesta mesma direção, Douglas (1996), em suas teorizações sobre o risco, introduz uma perspectiva cultural, afirmando a possibilidade que esta perspectiva tem em situar a análise do risco a partir do mundo real em que o sujeito estudado vive. O risco se converte em uma categoria social que traz mudanças na sociedade contemporânea, pois, se um grupo de indivíduos ignora alguns riscos manifestos é porque seu entorno social lhes estimula a agir assim. Supõe-se então que sua interação social codifica grande parte dos riscos hierarquizando-os entre aqueles que necessitam mais ou menos cuidados. Também Rangel (1993) constatou a influência do contexto cultural nas formas de representação e hierarquização dos riscos entre trabalhadores de uma indústria petroquímica.

Neste aspecto, a cultura se apresenta como princípio codificador através do qual estes sujeitos reconhecem os perigos. Dessa forma, quando estes indivíduos são questionados sobre qual risco lhes afronta, eles recorrem a alguma norma culturalmente estabelecida de cautela a ser utilizada como forma de priorizar riscos aceitáveis ou não.

Paulilo (1999) ressalta um ponto crítico na análise de Douglas (1996) sobre a relação dos indivíduos com o risco. Para Paulilo, a análise de Douglas não leva em consideração a interação das pessoas umas com as outras, os conselhos dados, a persuasão, seus valores e crenças que podem modificar a atitude das mesmas em relação a riscos iguais ou diferentes.

No campo da prevenção do HIV/AIDS presencia-se uma situação divergente e, às vezes, danosa na utilização do conceito de risco. A partir de uma perspectiva técnico-científica proveniente da ciência epidemiológica, os fatores de risco transmutaram-se no conceito operativo de grupo de risco. Ayres (2003) relata que a noção de *grupo de risco* difundiu-se amplamente, especialmente através da grande mídia, não mais como categoria abstrata, mas como uma identidade concreta. Este conceito operatório produziu em grande escala estigma e preconceito aos indivíduos identificados como pertencentes aos denominados grupos de risco (homossexuais, prostitutas, usuários de drogas injetáveis e travestis).

Mas conforme o autor, o conceito de grupo de risco entra em franco processo de crítica pelos severos ataques que recebeu dos grupos atingidos pela estigmatização e exclusão que tal conceito incitava. O conceito de grupo de risco, então, deslocou-se para o de *comportamento de risco*.

Ainda segundo Ayres (idem) este conceito tende a retirar o peso do estigma dos grupos nos quais a epidemia foi inicialmente detectada, universaliza a preocupação com o problema e estimula um ativo envolvimento individual com a prevenção. Mas o conceito de comportamento de risco

também mostrou limites como norteador de estratégias de conhecimento e intervenção na AIDS. “A tendência a culpabilização individual é a sua outra face: quando o comportamento do indivíduo é trazido para o centro da cena, a consequência inevitável é que se atribua à displicência pessoal, para dizer o mínimo, a eventual falha na prevenção”. (AYRES, 2003, p. 121).

É nesse contexto que o conceito de *vulnerabilidade* se desenvolve.

Monteiro (2002) define vulnerabilidade frente à AIDS como aquela fração dos fatores de risco para a infecção do HIV e para a progressão da doença que é quase imodificável por parte do sujeito, ao derivar da condição de vulnerabilidade social de uma pessoa integrante de um grupo vulnerável. É a fração estrutural de risco, aquela cuja redução apenas pode ser alcançada pelo sistema.

Vulnerabilidade aponta para a articulação de características pessoais (cognitivas, afetivas, psicológicas) com estruturas sociais de desigualdade (incluindo gênero, classe e etnia), e ainda para os sistemas de produção de significados que se geram a partir da elaboração e do rebatimento, na cultura e sobre os indivíduos, do seu lugar específico na dinâmica de produção de desigualdades, na determinação dos comportamentos individuais facilitadores ou dificultadores da aquisição do vírus (VILELLA, 2004).

O uso da idéia de vulnerabilidade tem permitido uma compreensão mais abrangente dos diferentes fatores envolvidos na prevenção do HIV entre os diferentes grupos sociais. Ayres (2003) aponta para três eixos que devem ser avaliados nas análises de vulnerabilidade no campo da prevenção do HIV:

- Componente individual: diz respeito ao grau e à qualidade da informação de que os indivíduos dispõem sobre o problema; a capacidade de elaborar essa informação e incorporá-la aos seus repertórios cotidianos de preocupações e, finalmente, ao interesse e às possibilidades efetivas de transformar essas preocupações em práticas protegidas - protetoras.
- Componente social: diz respeito à obtenção de informações, às possibilidades de metabolizá-las e ao poder de incorporá-las à mudanças práticas, o que não depende só dos indivíduos, mas de aspectos, como acesso a meios de comunicação, escolarização, disponibilidade de recursos materiais, poder de influenciar decisões políticas, possibilidade de enfrentar barreiras culturais, estar livre de coerções violentas, ou poder defender-se delas etc. Segundo o autor, todos esses aspectos devem ser incorporados às análises de vulnerabilidade.
- Componente programático: para que os recursos sociais que os indivíduos necessitam para não se expor ao HIV e se proteger de seus danos sejam disponibilizados de modo efetivo e democrático, é fundamental a existência de esforços programáticos voltados nessa direção. Assim, quanto maior for o grau e a qualidade do compromisso, recursos, gerência e monitoramento de programas nacionais, regionais e locais de prevenção e cuidado relativo ao HIV/AIDS, maiores serão as chances de canalizar os recursos sociais existentes, otimizar seu uso e identificar a necessidade de outros recursos, fortalecendo os indivíduos diante da epidemia.

No que diz respeito à vulnerabilidade pessoal, alguns autores (MANN, TARANTOLA e NETTER, 1996; AYRES, 2003; VILELA, 2004), destacam que este tipo de vulnerabilidade é

constituído de duas dimensões: uma comportamental e uma cognitiva. A dimensão cognitiva diz respeito à necessidade de informação sobre HIV/AIDS, sexualidade e serviços de saúde. A dimensão comportamental se desenvolve em características pessoais: desenvolvimento emocional, percepção de risco, atitudes de risco, atitudes pessoais para com o sexo e a sexualidade, história pessoal em relação ao sexo ou ao abuso de substâncias psicoativas e habilidades pessoais em negociar práticas sexuais, incluindo sexo seguro e a necessidade do uso de preservativos.

Os autores sugerem algumas alternativas para a redução da vulnerabilidade pessoal tais como: a informação e a educação, aconselhamento, suporte de par, treinamento de habilidade para negociação e uso de preservativos, tratamento para abuso de substâncias psicoativas, pesquisa sobre conhecimento, atitudes e crenças e práticas relacionadas ao comportamento sexual e ingestão de drogas.

Gorovitz (1994 *apud* AYRES, 2003) aponta três qualidades indissociáveis da vulnerabilidade como conceito a ser operacionalizado na prevenção do HIV/AIDS:

- A vulnerabilidade não é binária – ela é multidimensional, ou seja, em uma mesma situação estamos vulneráveis a alguns agravos e não a outros; o que pode nos deixar vulnerável sob um aspecto pode nos proteger sob outro.
- A vulnerabilidade não é unitária – ela não responde ao modelo ‘sim ou não’; há sempre gradações, estamos sempre vulneráveis em diferentes graus.
- A vulnerabilidade não é estável – as dimensões e os graus de nossas vulnerabilidades mudam constantemente ao longo do tempo.

Por fim, o que para análises de risco consistentes, deve ser cuidadosamente “deixado de fora” é o que constitui a quinta-essência dos estudos de vulnerabilidade: a co-presença, a mutualidade, a interferência, a relatividade, a inconstância, o não unívoco, o não constante, o não permanente, o próprio a certas totalidades circunscritas no tempo e no espaço. O conhecimento sobre universalidade não na reprodutibilidade ampliada de sua fenomenologia e inferências, mas no interesse e possibilidade “trans-regionais” da sua pragmática (AYRES 2003).

2.3 Prevenção se ensina?

Desde o advento da AIDS na década de 80 que as políticas de prevenção são orientadas pela ênfase na transmissão de informações, na responsabilidade individual e no enfoque epidemiológico do risco. Para Monteiro (2002) essa abordagem apóia-se nos pressupostos dos modelos cognitivos de mudança de comportamento para explicar as ações individuais de risco.

Nestes modelos tende-se a priorizar o processo cognitivo, a decisão individual e o controle das ações pelos sujeitos, estabelecendo uma relação direta entre o conhecimento e a prática nas situações percebidas como ameaçadoras, escamoteando aspectos sociais, econômicos, políticos e simbólicos. Estas abordagens “não reconhecem a diversidade de representações e práticas dos grupos sociais e do enfoque no contexto socioeconômico” (MONTEIRO, 2002, p.15).

Ainda em relação a estes limites, Castiel (1996) afirma que os programas de educação em saúde voltados para a prevenção do HIV/AIDS, deixam de lado aspectos ligados a dimensão interativa do risco, ou seja, o fato das relações com os “outros” e seus aspectos sociais e simbólicos

deverem, também, ser levados em consideração. Para este autor, um dos formatos assumidos pelas campanhas de educação em saúde em diferentes contextos foi o de enfatizar a letalidade da doença em uma atitude claramente ameaçadora. Entretanto “após uma década de experiência, percebe-se que os resultados esperados a partir da educação em saúde por si situaram-se aquém da efetividade almejada” (CASTIEL, 1996, p.82).

Monteiro (2002) reitera as afirmações de Castiel (1996) em relação à estratégia ameaçadora destas campanhas na primeira década da doença no Brasil, relatando que neste período o discurso preventivo enfatizou a veiculação de informações básicas das formas de transmissão do HIV dentro de uma visão fatalista, normativa e discriminatória. A autora entende que a mudança de comportamento tendo como premissa práticas protegidas/ protetoras em relação à transmissão/ contração do HIV/ AIDS não resulta simplesmente do acesso à informação, mas decorre das condições materiais e simbólicas de existência.

O sujeito então é visto, nesta perspectiva, como consumidor de tecnologia biomédica. Tecnologia essa que “buscava evitar, mediante a cooperação entre a ciência ou moral, passando por cima da vontade individual, familiar, ou de quem quer que seja; qualquer tipo de desordem social e moral” (SMEKE e OLIVEIRA, 2001, p.119).

Em relação à interface pobreza e AIDS, Parker e Camargo Jr (2000) enfatizam a poderosa interação entre a pobreza e outras formas de desigualdade, instabilidade e discriminação social na produção da disseminação do HIV. Para estes autores, o Brasil pode ser visto como uma complexa síntese, em que estão virtualmente presentes todos os diferentes fatores socioeconômicos identificados como estruturantes da vulnerabilidade relacionada à AIDS.

Segundo Ayres (2002), mesmo com estes limites, a prevenção tem sido, desde o início da epidemia, uma questão crucial para os programas de controle da AIDS. Para Ayres, os enormes progressos do conhecimento e da técnica não esvaziaram os desafios da prevenção, uma vez que tais avanços não chegaram a alterar substancialmente os determinantes da vulnerabilidade ao HIV e à AIDS de significativos contingentes populacionais.

Este autor destaca como principais aspectos da vulnerabilidade a pobreza; a exclusão de base racial; a rigidez de papéis e condutas nas relações de gênero; a intolerância à diversidade, especialmente de orientação sexual; o limitado diálogo com as novas gerações e o descaso com o bem estar das gerações mais idosas.

Depreende-se de todo este contexto que a eficiência das atividades de educação e comunicação preventiva dependerá do nível de abrangência e contextualização com que estas práticas forem planejadas e desenvolvidas (FERNANDES, 1994).

Schall e Struchiner (1995) constatam que existe um hiato entre a aquisição do saber e a nem sempre conseqüente mudança de comportamento ou aquisição de novos padrões de ação, pois, é no desconhecido mundo dos motivos que levam as pessoas a se comportarem de uma maneira específica que se move a saúde e a doença, a felicidade e a infelicidade, o sucesso e o fracasso, dentre outros fenômenos.

Estas autoras afirmam que as práticas educativas têm falhado sistematicamente ao não contemplar os aspectos afetivos no processo de construção do conhecimento, centrando quase exclusivamente nos aspectos cognitivos, dando prioridade ao acúmulo de saber, à memorização, sem a necessária contextualização e sem o envolvimento pessoal do indivíduo.

Atualmente novas abordagens teórico-metodológicas para o trabalho educativo comunitário têm sido experimentadas na esperança de se obter resultados positivos no que diz respeito à prevenção do HIV/AIDS entre os “grupos de difícil acesso”. Tais perspectivas buscam instrumentalizar estes indivíduos ou grupos para que se organizem e pressionem o Estado a respeitar seus direitos, além de aproximar saber técnico e saber popular em direção a uma integralidade de práticas de fortalecimento social. Entre elas destacam-se aquelas que utilizam à perspectiva do empowerment.

Segundo Becker et al (2004), empowerment relaciona-se com as oportunidades reais que as pessoas têm a seu favor, com a pobreza estreitamente ligada à falta de acesso a oportunidades para a participação e crescimento individual e pode ser definido como o meio pelo qual as pessoas adquirem maior controle sobre as decisões que afetam suas vidas; ou como mudanças em direção a uma maior igualdade nas relações sociais de poder.

Para Vasconcelos (2003) empowerment significa aumento de poder e autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão, dominação e discriminação social. Segundo este autor, o conceito de empowerment,

sempre foi associado com as formas mais comuns de cuidado de si, ajuda e suporte mútuos, projetos comunitários, formas cooperativas, direitos humanos, formas de democracia participativa e direta, auto-gestão e movimentos sociais autônomos pelos seres humanos, como parte de nossos desejos utópicos ancestrais, como alternativa para as realidades sociais opressivas, extremamente competitivas ou individualistas. (VASCONCELOS, 2003, p. 60).

Em relação às práticas comunicativas no campo da prevenção do HIV/ AIDS, Pitta (1995) destaca a associação destas com as relações interpessoais vivenciadas por profissionais de saúde

nos serviços locais, que, através dos seus discursos veiculam mensagens que traduzem o desejo desses profissionais no sentido de que os indivíduos modifiquem seu comportamento pessoal e adotem hábitos e práticas mais protegidas/ protetoras em relação ao processo saúde – doença.

Entretanto, conforme a autora, também as práticas comunicativas têm seus limites, afirmando que “é o gap entre a pretensão da norma (...) e a concretude dos processos de adoecimento, de construção de sentidos e de engendramento das práticas sociais, o espaço por onde caminha a chamada ‘ineficácia’ das estratégias de comunicação” (PITTA, 1995, p. 244).

Lefevre (2004) quando se refere às práticas comunicativas desenvolvidas pelos profissionais de saúde em relação à comunidade afirma que tais práticas não são fortalecedoras, mas prescritivas de modelos comportamentais. Mas, conforme o autor, há um sem número de circunstâncias que fazem com que estas prescrições não sejam cumpridas, ou sejam parcialmente cumpridas, segundo à lógica dos indivíduos.

Uma razão desta “resistência” ao cumprimento das prescrições comportamentais, diz o autor, se refere a um conflito estrutural de perspectivas ou pontos de vista entre prescritor e prescrito: para o primeiro, doenças são entidades abstratas, objetos de investimento notadamente cognitivo, fonte de rendimento e poder profissional (status); para o segundo; doenças são

Entidades subjetivas, que acontecem e ganham sentido nos seus corpos privados, na temporalidade do seu cotidiano, no seu entorno mais próximo, em decorrência de hábitos solidamente arraigados que eles relutam muito em alterar e de circunstâncias que escapam do seu controle (LEFEVRE, 2004, p. 62).

Este autor reflete sobre o conflito que emerge dos diferentes espaços de fala a respeito da prevenção de doenças, pois, sendo a saúde e a doença entendidas, de acordo com a representação social dominante na época atual, como assunto técnico – científico, a fala profissional é uma fala

legal, socialmente autorizada porque vem de um espaço técnico – científico, enquanto a fala do indivíduo comum é leiga, desautorizada, prosaica, ilegal, deseducada, porque proveniente de um espaço vivencial da cotidianidade (LEFEVRE, 2004).

Também Rangel (2005) concorda com Lefevre (2004) ao afirmar que as práticas comunicativas em saúde não devem se centrar na produção – transmissão – difusão de mensagens, mas na negociação de entendimentos e sentidos nas interações cotidianas.

Nas intervenções comunitárias de prevenção ao HIV/AIDS, os meios de trabalho da comunicação em saúde são utilizados como suportes para as práticas educativas. Tais meios referem-se a “saberes e discursos que se apresentam como mensagens, seja na comunicação verbal da relação interpessoal, seja mediante o recurso a pequenos meios de comunicação, tais como folhetos, cartazes e cartilhas, seja ainda através de estratégias mais ou menos institucionalizadas, como o uso de tecnologias específicas de comunicação ou de meios massivos como rádio, televisão e jornais” (RANGEL, 2005, p.10).

Lefevre (2004) discorda da relação de cooperação entre a comunicação e a educação em saúde propondo um deslocamento da educação para a informação. Na opinião do autor, não se trata de “educar”, mas informar e dialogar com vistas à tomada ou não de uma decisão por aqueles que deveriam ser, em última instância, os tomadores de decisão, isto é, a sociedade, os grupos e os indivíduos. Este autor vê a educação em saúde como um processo condutivista e normativo que “deve ser abandonado em favor da proposta informativa porque as pessoas não devem ser educadas, isto é, conduzidas, mas, ao contrário, com a ajuda e dialogando com a informação técnica devidamente decodificada, conduzir sua vida” (LEFEVRE, 2004, p.60).

Entretanto, no campo da saúde coletiva, as práticas comunicativas têm sido mais comumente utilizadas, como suporte às atividades de educação em saúde.

CAPÍTULO III

TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Ela [a metodologia] surge porque, em uma tarefa tão incerta, não sabemos exatamente por onde começar e, quando começamos, em que direção continuar (GEERTZ, 1997, p.13).

A investigação qualitativa sobre quaisquer aspectos da vida social prescinde de um marco referencial que assegure a possibilidade de interpretar posteriormente ou mesmo sucessivamente os resultados encontrados. A adoção de uma teoria explicará o porquê, como e quando ocorre o fenômeno/processo estudado, facilitando o ordenamento e a sistematização dos resultados do estudo (GEERTZ, 1989).

Da coesão entre teoria, estratégia de pesquisa de campo e análise de dados resultará a produção de um conhecimento mais aprofundado sobre o fenômeno/processo pesquisado. Assim sendo, para a modelação do presente marco referencial - considerando as especificidades dos sujeitos e da situação a serem estudados - as construções teórico-metodológicas de Geertz (1989) se apresentam como uma ferramenta ideal para a teorização e análise nesta pesquisa, que tem como premissa *conhecer as vicissitudes da vida do sujeito estudado a partir do seu ponto de vista*. Tal empresa demanda, portanto, uma abordagem teórico-metodológica que valorize a complexidade e a subjetividade da inserção social deste sujeito assim como das relações que o mesmo mantém com o seu universo.

Para isso o conhecimento da cultura na qual vivem esses sujeitos, onde os riscos são gestados e como eles são percebidos e enfrentados, onde as práticas educativas são concebidas e realizadas torna-se fundamental para o desvelamento de tais percepções – do risco de contrair hiv e das práticas educativas (DESLANDES et al. 2002; GAZZINELLI et al, 2005).

A perspectiva traçada por Geertz entende a **cultura** como sendo uma “teia de significados” que é construída pelo homem e a ciência interpretativa – sua perspectiva teórica – como uma ciência à procura dos significados que os indivíduos atribuem às relações que travam e aos elementos que constituem seu universo simbólico (GEERTZ, 1989). Destaca ainda os conceitos de **experiência próxima** e **experiência distante**, para referir-se respectivamente à forma como os sujeitos de uma cultura compartilhada definem

aquilo que seus semelhantes vêem, sentem, pensam, imaginam e que ele próprio entenderia facilmente, se outros utilizassem a mesma maneira e, à forma como os especialistas de qualquer tipo: analista, um pesquisador, um etnógrafo utilizam para levar a cabo seus objetivos científicos, filosóficos ou práticos (GEERTZ, 1997 p. 87).

O método utilizado por esta ciência interpretativa é a etnografia, que, segundo Geertz (1997), “não se resume apenas em observar, registrar e analisar”. Daí a necessidade que o pesquisador tem em imergir no universo do grupo ou cultura pesquisada e a importância que tem para o pesquisador instrumentalizar-se através da pesquisa bibliográfica acerca da problemática em estudo. A etnografia interpretativa possui, assim, três características na sua descrição: “ela é interpretativa, o que ela interpreta é o fluxo do discurso social e a interpretação envolvida consiste em tentar salvar o ‘dito’ (GEERTZ, 1989, p. 15)”.

Neste caso, o discurso que se pretende interpretar se dá através do entrelaçamento de construtos como: *cultura, travesti, percepção de risco, práticas educativas - comunicativas, doença,*

prostituição e outros que se fizerem presente no contexto cultural objeto deste estudo. Entender a cultura em seu sentido semiótico poderá “auxiliar-nos a ganhar acesso ao mundo conceptual no qual vivem os nossos sujeitos, de forma a podermos, num sentido mais amplo, conversar com eles” (GEERTZ, 1989, p. 17) e assim ter acesso às suas concepções e percepções acerca do mundo que os cercam com os seus códigos, signos e significados.

Cada construto tem um significado histórico, social e culturalmente construído, sendo compartilhado diferencialmente pelo grupo estudado que, num processo de construção de uma cultura própria elabora linguagens específicas (êmicas) e dão novos significados aos conceitos citados. Diante do emaranhado que é o universo trans – habitado por tantos sujeitos singulares – e o mercado sexual, a interpretação antropológica necessitará dar conta das categorias êmicas utilizadas pelos sujeitos estudados para construir uma linguagem própria da sua cultura e do processo de elaboração de categorias éticas com vistas à possibilidade de aproximar diferentes contextos, percepções e práticas culturais.

3. 1 Procedimentos Metodológicos

Partindo da premissa de que o trabalho de campo significa observar pessoas *in situ*, isto é: descobrir onde estão e permanecer com elas em seu cotidiano. Ele permite tanto a observação íntima de certos aspectos do seu comportamento, como descrevê-los de forma útil para a ciência social, sem prejuízo para as pessoas observadas (MACEDO, 2000). O campo implica, pois, numa confrontação pessoal com o desconhecido, o confuso, o obscuro, o contraditório, o

assincronismo. Ademais, além das surpresas com o inusitado sempre em devir, o campo tem uma resistência natural que demanda uma dose de paciência considerável face, por exemplo, às rupturas com ritmos próprios do pesquisador ou determinados prazos acadêmicos. O trabalho de campo de inspiração qualitativa, portanto, é uma aventura pensada sempre em projeto, e com demandas constantes retomadas. Não lida com objetos lapidados nem com a procura de regularidade (CARDOSO, 1986).

Também o trabalho de análise da inter-relação existente entre as categorias empíricas, teóricas e analíticas é mais rico, quando a pesquisa qualitativa é compreendida como um processo social que se constrói por fases que não são rígidas nem totalmente pré-determinadas, pois a dinâmica da vida dos sujeitos oferece sempre espaço para situações imprevisíveis.

3.2 Pensando a Investigação e o Campo

A partir da minha experiência como trabalhador da área da saúde com toda a prática profissional voltada às ações de educação e comunicação para a prevenção de doenças e agravos à saúde, decidi investigar como se dava o processo de prevenção das DST/AIDS entre travestis que se prostituíam tendo como base as práticas de educação e comunicação em saúde. Naquele momento, meados de 2005, existiam duas ONG e um projeto que se relacionava diretamente com a situação e os sujeitos a serem investigados. Entretanto, no decorrer da elaboração do projeto de pesquisa, o cenário se modificou radicalmente. O projeto que tinha como sede, uma Ong reconhecida nacionalmente e com escritório em Salvador, encerrou suas atividades e, a

outra ONG pré - selecionada, no início do trabalho de campo, concentrou suas atividades na prestação de assistência jurídica e fortalecimento da cidadania do mesmo segmento, mantendo da prática preventiva, apenas a distribuição de preservativos.

A idéia inicial do projeto era comparar os resultados das práticas educativo-preventivas de duas ONG a partir do olhar das travestis profissionais do sexo que delas participavam. Entretanto, as mudanças ocorridas, associadas às orientações da banca de qualificação me direcionaram a desenvolver um estudo comparativo entre as percepções, experiências e olhares das travestis que participavam das práticas educativas promovidas pela ONG selecionada e o olhar daquelas que não participavam destas atividades.

Para o presente estudo, foi escolhida uma instituição, dentre as duas existentes em Salvador que atuam junto às travestis e transexuais, em virtude da mesma ter reconhecimento social e visibilidade de suas ações na área de promoção da saúde e direitos sociais voltados às travestis e transexuais profissionais do sexo. Durante aproximadamente dez meses, o trabalho de campo foi desenvolvido no intuito de: 1) acompanhar e avaliar as atividades educativas realizadas pela Ong Jardim das Flores; 2) realizar entrevistas nas casas das informantes ou na sede da instituição para compreender a visão delas acerca destas práticas e do risco de contrair HIV/AIDS; e 3) visitar os locais de trabalho das mesmas para compreender a dinâmica de vida destas pessoas.

A Ong Flores da Noite foi fundada em 1995 por membros de uma outra Ong - que atua na luta pelos direitos sociais e cidadania dos homossexuais na Bahia desde a década de 80 - e registrada em 1999, como Sociedade Civil Autônoma, tendo como missão, defender os direitos humanos, a cidadania e a saúde das travestis. Faz parte da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e

Travestis /ABGLT e da Associação Nacional de Transgêneros / ANTRA e localiza-se na Rua Frei Vicente, n° 24, no bairro do Pelourinho.

O Pelourinho, mais conhecido pelos seus moradores como Pelô é um conjunto arquitetônico que data do século XVII, repleto de casarões antigos de estilo colonial, traz à memória, os diversos castigos a que eram submetidos negros escravos no Brasil colônia. Pelourinho é o centro, o lugar certo para a dor e o castigo. A existência de uma Ong que atua na defesa dos direitos dos homossexuais e das travestis neste local parece despercebidamente tentar desconstruí-lo como espaço de dor, deslocando sua representação para local de respeito à diversidade sexual, um dos pecados merecedor de castigo naquela época.

Ao longo de sua existência esta ONG tem realizado projetos que visam à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, de profissionalização e inserção no mercado de trabalho formal (*Curso de Cabeleireiro e Costura de roupas íntimas*), além de manter, em parceria com a Ong fundadora, uma assessoria jurídica voltada à defesa e resgate do direito das travestis e transexuais profissionais do sexo. A Ong Flores da Noite desenvolve suas atividades a partir de reuniões semanais que acontecem sempre às quintas-feiras, das 16:00 as 18:00h, quando são discutidos temas relacionados ao cotidiano e experiências das travestis que se prostituem, além da visita e distribuição de preservativos e gel lubrificante nas casas de cafetinas que alugam quartos para estas travestis morarem e, em alguns casos, receberem seus clientes.

No momento da realização do trabalho de campo esta instituição estava com dificuldades para dar continuidade aos trabalhos, visto que não estava com nenhum projeto educativo e preventivo em execução por falta de financiamento. Além disso, a própria assistência jurídica oferecida pela Ong fundadora já havia encerrado seus atendimentos, já que também se tratava de um projeto e

que não obteve novo financiamento para dar continuidade as suas atividades, ficando, então, suas ações restritas às reuniões semanais para troca de experiências e distribuição dos preservativos. Este espaço fez - durante dez meses - parte do meu cotidiano. Nele conheci as travestis que, através dos seus depoimentos, me fizeram conhecer um pouco das suas vidas, sonhos, riscos e luta para ser feliz.

O campo é a escola. É lá onde estão os sujeitos, a vida e o cotidiano que os pesquisadores tentam desvelar. No campo o pesquisador aprende a fazer a sua magia, ou seja, tenta dar vez e voz a sujeitos que, muitas vezes, são vetados do poder de vocalização. Nos textos minuciosamente elaborados, eles, os sujeitos da pesquisa, falam. Mas o campo sempre traz uma sensação de estranhamento e proximidade e foi exatamente o que senti quando retornei a este campo. Exatamente por retornar, após ter realizado uma investigação na qual algumas travestis que fazem parte da Ong Flores da Noite, atuaram como informantes-chaves; pensei: “Vai ser fácil, é só recomeçar de onde parei”. Esqueci que já fazia quase quatro anos e que, o campo é um espaço de múltiplas transformações. Assim, apesar de já conhecer algumas das “meninas”, foi com certa ansiedade e expectativa que comecei a trilhar meu caminho de retorno aos espaços trans - a Ong, a casa e a rua – e a reconhecer a lógica que opera nestes espaços. Neles, o pesquisador é um estranho, é aquele que vem de fora, o outro. A sua inserção é fruto de um trabalho lento, ambíguo e bilateral que depende dos esforços afetivos e sociais empreendidos pelos sujeitos em interação.

A caminho da Ong constato que meu trajeto é tranquilo, afinal, tenho a aparência física que atende aos padrões culturais vigentes a respeito do que se espera de um homem adulto. Neste trajeto, que tantas vezes fiz para chegar ao campo, observei de perto as atitudes hostis com que,

muitas vezes, eram tratadas as travestis. Muitos passantes, na maioria homens, gritavam piadas e palavras constrangedoras e alguns chegavam mesmo a agredir algumas delas, mas não todas. A agressão física era uma forma de tratamento voltado para as travestis que caminhavam pelas ruas despidoradamente em trajes mínimos, expondo seus atributos “femininos” como ostentação da sua quase vitória em se passar por mulher. Aquelas que se vestiam de forma mais decorosa, ainda que femininamente, se poupavam destes desconfortos, afinal “*aquela Baixa dos Sapateiros já tá cansada de vê travesti*” – diz Violeta.

Na minha primeira observação somente reconheci três travestis que já haviam participado da pesquisa que realizei anteriormente. Muitas travestis novas estavam na reunião e a presidente da Ong me recebeu risonha como sempre e me apresentou “às meninas”. Lembro bem as suas palavras: “*Este é Ailton, pesquisador da universidade. Vai fazer um trabalho com a gente*”. Uma pena ela não estar viva para ver o texto que hoje aprisiona as falas, os temas e, um pouco da vida das travestis que participam da Ong que ela presidia (Ela nos deixou no dia 31-07-2006, quando eu ainda estava no campo). Penso que ela se sentiria satisfeita com o resultado final da investigação.

Foi com olhares de surpresa, desconfiança e afeto que fui acolhido. De imediato algumas se mostraram receptivas, questionando mais sobre a pesquisa que eu iria realizar e sobre como seria a participação delas. Lembro-me de ter explicado os objetivos da investigação várias vezes em diferentes oportunidades. Outras trans, mais reservadas ou resistentes - como uma delas que se queixou da “*falta de ética daquele homem. Disse que era pesquisador e eu dei uma entrevista. Então ele, que era na verdade jornalista publicou um monte de coisas que eu não falei. Por isso, não acredito mais nessa história de pesquisa. Sempre quem paga são as travestis*” sic. – foram

se aproximando com o passar do tempo, afinal, me viam sempre nas reuniões e, ao que parece se acostumaram comigo. Pronto, finalmente eu estava imerso no campo.

Descobri que, dependendo da sua dinâmica e dos questionamentos do pesquisador, sempre ávido por informações sobre a problemática e os sujeitos que investiga, o campo se expande. Inicialmente o campo é estreito, curto e bem delimitado tal qual a sala de reunião da Ong objeto de estudo. E foi assim durante os primeiros meses do trabalho de campo. Eu procurava chegar sempre antes de começar as reuniões e, nas poucas vezes em que atrasei, elas notaram: *“pensei que não vinha mais?”* me questionava Gardênia quando eu afobado procurava um lugar para sentar. *“Calma, as meninas ainda estão chegando. Aliás, elas chegam até o final da reunião”*, dizia tranquilamente Gardênia sempre cordial e afetuosa comigo. Tenho certeza que, sem a presença da presidente da Ong que havia falecido e sem Gardênia, meu caminho seria muito mais difícil.

As reuniões tinham uma forma muito particular de iniciar. As condutoras das atividades chegavam sempre antes das outras travestis e preparavam o lugar da cena educativa. Cadeiras em círculo, *“assim é melhor. Assim todas podem se ver”* – dizia Orquídea enquanto arrumava as cadeiras. Havia sempre uma mesinha no centro da sala, onde estavam disponíveis para todas, água e copos descartáveis. Às vezes, serviam lanches que eram comprados em rodízio pelas condutoras das reuniões e outras travestis que quisessem participar do rodízio, ou da *“vaquinha do lanche”* como era referido por algumas delas. As travestis iam chegando aos poucos, cada uma no seu horário e, até o final da reunião, algumas continuavam a chegar. Estas últimas, nas palavras de Gardênia, *“vinham somente para pegar preservativo e gel lubrificante”*.

O trabalho na prostituição de rua ou trottoir como é conhecido, além da característica da territorialidade já referida anteriormente, apresenta outra: a sazonalidade. Quando uma travesti descobre algum outro local onde a prostituição está sendo rentável, avisa as amigas sobre este lugar “*odara*” (êmico para lugar, pessoa ou situação muito boa) e as outras tentam imediatamente deslocar-se para este local. Esta sazonalidade afetava não somente as reuniões da Ong porque causava um esvaziamento muito grande em algumas ocasiões do ano como também afetava a minha pesquisa. Muitas das travestis que já haviam se comprometido em participar da pesquisa viajavam e demoravam muito a regressar, algumas não retornaram até o fim do trabalho de campo, outras somente no final deste. Gardênia dizia “*mesmo que venham somente duas trans nós vamos nos reunir. Eu não abro mão das reuniões*” e eu me preocupava com os prazos acadêmicos que parecia operar em uma dimensão temporal diferente daquela do campo, muito mais elástica e cheia de surpresas.

Por conta desta sazonalidade e das aproximações e distanciamentos de algumas travestis em relação a minha pesquisa, a aplicação das entrevistas foi postergada para mais tarde. O proposto no projeto de pesquisa era que seriam selecionadas doze travestis divididas em dois grupos, a saber: no primeiro grupo, aquelas que participavam das atividades da Ong Flores da Noite e, no segundo grupo, aquelas que não participavam destas atividades, mas também sobrevivessem do mercado sexual e freqüentassem os mesmos territórios de prostituição e demais espaços de sociabilidade tipicamente freqüentados pelas travestis (bares, boates, praias, etc). No entanto, a minha vivência cotidiana no universo trans me ensinou que a vida e vontade dos sujeitos não andam no mesmo movimento das determinações acadêmicas. As travestis que participavam da Ong investigada mostraram-se, cada uma em seu ritmo, sensíveis à minha pesquisa e algumas

assumiram dar seus depoimentos e revelar um pouco de sua história de vida, principalmente aqueles assuntos dos quais muitas delas não sentiam muito conforto em falar em seu cotidiano.

As travestis que não participavam das reuniões da Ong, não se disponibilizaram a participar da pesquisa de campo. Para estas, o tempo e a revelação de certos aspectos da sua vida pessoal e profissional demandariam um pagamento justo, pois deixariam de atender clientes que poderiam, neste tempo gasto gratuitamente, buscar os seus serviços sexuais. Apesar de compreender a lógica de sobrevivência das travestis profissionais do sexo, optei, respeitando aos princípios éticos da pesquisa acadêmica, em desistir delas e inserir somente aquelas que, sendo profissional do sexo e participando das atividades da Ong Flores da Noite, quisessem voluntariamente participar desta investigação. Constituíram-se como sujeitos deste estudo, dez trans, sendo duas condutoras de atividades educativas, uma aprendiz de condutora e sete participantes que, eram aquelas mais assíduas nas atividades promovidas pela Ong.

Em uma tentativa de aprofundar questões que foram surgindo no decorrer da investigação, parti em busca de informações complementares através de conversas informais com representantes das Coordenações de DST/AIDS do Estado da Bahia e do município de Salvador além de uma representante de uma Ong parceira da Articulação Nacional de Transgêneros em um projeto de formação de lideranças trans locais.

O presente estudo apropriou-se de um olhar etnográfico, por entender ser esta abordagem a mais adequada para dar conta desta situação-problema. Assim, o comportamento das pessoas em estudo foi compreendido e explicado a partir e dentro do contexto social onde elas atuam, cabendo a mim, imergir neste contexto e examinar minuciosamente os diversos aspectos que conformam a situação em estudo (GEERTZ, 1989).

Esta abordagem me possibilitou compreender as práticas culturais e sociais dos indivíduos em estudo em relação a um fenômeno específico e uma determinada visão de mundo, tendo como foco central o estudo das práticas educativas/ comunicativas e a percepção do risco de contrair HIV entre travestis profissionais do sexo.

Foi com este objetivo que comecei a procurar as ferramentas que me permitissem apreender os discursos, as falas, os sentidos e significados que as travestis construía em seu cotidiano a respeito da prostituição, das práticas educativas das quais eram alvo e do risco de contrair Hiv/Aids. Tal qual caçador, fui atrás de ferramentas que servissem como olhos para ver, ouvidos para escutar, memória e registro. Em Minayo (2006), encontrei o que buscava: Olhos para ver. A observação, considerada pela autora como uma relação face a face entre o pesquisador e seus observados, que ao participar da vida deles no seu cenário cultural, produz os dados da pesquisa foi uma das primeiras ferramentas selecionadas. Ela aconteceu inicialmente somente focalizando as reuniões da Ong, depois, o próprio campo me mostrou que eu precisaria ver além e então eu já não observava somente as reuniões, precisava ver onde estas pessoas moravam; como eram seus ambientes de trabalho, enfim, como viviam as minhas informantes.

Depois, ouvidos para escutar. A entrevista, pelo seu poder de captar formalmente a fala dos entrevistados sobre determinado tema, também serviria aos meus propósitos e, por isso, também foi selecionada. Esta ferramenta me permitiu não somente aprofundar as questões que investigava, mas ter acesso a um aspecto que não estava previsto no meu script: identificar como elas equilibravam a vida amorosa e o trabalho na prostituição. Esta situação ambígua emergiu no momento da realização das entrevistas. Por conta de possíveis situações-problemas com os companheiros e demais familiares muitas travestis preferiram ser entrevistadas na sede da Ong.

Outras me permitiram conhecer suas casas e um pouco dos seus sonhos estampados na figuras afixadas nos móveis e paredes. Uma delas optou em realizar a entrevista em um bar próximo a sua casa - um pequeníssimo quarto em um dos prédios condenados próximo ao Pelourinho – pois, apesar de não falar, mostrou-se constrangida em revelar as suas condições precárias de habitação.

Por fim, memória e registro. Sim, era necessário um diário de campo. Durante todo o período do trabalho de campo este caderninho registrou todas as minhas impressões pessoais, resultados de conversas informais, observações de comportamentos contraditórios com as falas e manifestações dos meus interlocutores quanto aos vários pontos investigados. Era essa a utilidade dada por Minayo (2006) ao caderninho. Era dele que eu precisava; por isso também o selecionei.

Uma vez que o movimento e a mobilidade são características marcantes do estilo de vida das travestis, a observação, as entrevistas e os registros aconteceram em diversos momentos em diferentes locais, obedecendo sempre o conforto e as oportunidades oferecidas pelas investigadas.

Depois de alguns meses, mais precisamente dez, eu tinha em mãos, muitos dados. O caderninho (diário de campo) estava nas suas últimas páginas. Não percebi que havia escrito tanto. Também havia muitas fitas cassetes para transcrever. Falas aprisionadas que precisavam ecoar e se transformar em texto para deixar registrado aqui, tudo o que eu presenciei, ouvi e registrei. Então comecei a refletir sobre que disse Geertz (1989) a respeito do esforço da etnografia em salvar “o dito” pelos sujeitos da pesquisa e decidi traçar alguns passos necessários na tentativa de marcar o caminho que utilizei para interpretar-explicar as falas das “meninas”.

A análise de conteúdo do discurso foi a estratégia escolhida, principalmente porque ela tem como objetivo básico realizar uma reflexão geral sobre as condições de produção e apreensão da significação de textos produzidos nos mais diferentes campos, visando compreender o modo de funcionamento, os princípios de organização e as formas de produção social do sentido. Também nessa escolha contei com a ajuda de Minayo (2004). Esta estratégia de análise tem como pressupostos básicos dois princípios: o sentido de uma palavra, de uma expressão ou de uma proposição não existe em si mesmo, mas ganha significado quando consideramos o contexto e a cultura, no qual as palavras e as expressões são produzidas. Essa afirmação reforçou a minha escolha da perspectiva metodológica de Geertz (1989, 1997) e sua ênfase dada a cultura na produção de sentidos e significados.

Com Orlandi (2005) entendi que, o analista tem como objeto de observação o texto e como objetivo da análise a sua compreensão enquanto discurso, pois falamos a mesma língua, mas falamos diferente; esta diferença encobre significados diversos a serem desvelados se pretendemos compreender o que o sujeito quer realmente dizer. É o que Silva (2000) chama de heteroglossia, onde os diversos elementos se mesclam com a cultura “dominante” para uma “adequação” ao seu contexto local. Por conta destas reflexões, esta análise, então, considerou o contexto no qual os discursos são forjados, levando sempre em conta que eles não ocorrem em um vácuo social, mas em um caldeirão de signos e significados em constante processo de mutação.

Concordando com a afirmação de Orlandi (2005) de que como atores sociais, nós estamos continuamente nos orientando pelo contexto interpretativo em que nos encontramos e, construímos nossos discursos para nos ajustar a esse contexto, foi necessário conhecer a

linguagem êmica e os repertórios interpretativos do grupo pesquisado, pois ambos constituem-se de elementos essenciais que as travestis utilizam para construir e compartilhar significados, experiências, processos cognitivos e outros fenômenos que se relacionam com as suas vidas (BENEDETTI, 2005).

Por fim, seguindo a orientação de Voese (2004, p.105) de que “o trabalho do analista do discurso só se torna produtivo quando suas escolhas teóricas resultarem em operações sistematizadas em termos de uma metodologia”, a presente análise seguiu os passos abaixo descritos:

1. Foram selecionados textos – entrevistas e observações transcritas, além de materiais escritos consultados – que inscritos em um contexto interdiscursivo específico e revelador de condições históricas, sociais, culturais, envolveram crenças e convicções compartilhadas entre os sujeitos investigados, já que “nem todos os textos podem ser considerados discursos” (IÑIGUEZ, 2004);
2. Leituras sucessivas e recorrentes das entrevistas e das anotações do caderno de campo em busca de temas e categorias emergidas do campo;
3. Elaboração de uma primeira matriz de análise a partir das categorias locais encontradas articulando-as aos enunciados e eixos temáticos selecionados;
4. Seleção dos principais discursos das informantes-chaves de acordo com os eixos temáticos;
5. Articulação dos discursos das informantes, anotações e teorizações pessoais com a bibliografia existente possibilitando o caminho do entendimento do problema de pesquisa (MINAYO, 2002).

Portanto, o percurso metodológico adotado para a estruturação deste *corpus* bruto até a análise propriamente dita possibilitou apreender o universo do pesquisado, tomando como pressuposto que a cultura permeia o fazer, dizer e agir das pessoas, e que as atitudes e discursos sobre as

práticas educativas estão emaranhadas em teias de significados que fazem parte de uma dessas múltiplas identidades que compõem o sujeito desta pesquisa e que sempre o adotar de uma identidade implica no silenciamento de outras - tal como afirmado pela teoria queer -, para que a dimensão concreta de entendimento acerca do viver das travestis emerja de forma que se consiga, através desse caminho, entender se as práticas são culturalmente sensíveis a este universo microsocial em questão.

Tangenciando a análise dos discursos das informantes sobre o tema investigado está a idéia de que estes sujeitos são mais vulneráveis que outros devido a sua forma de inserção social e profissional. Esta vulnerabilidade é analisada discursivamente no decorrer do texto em suas três dimensões: individual, social e programática, buscando com isso situar de forma mais acurada a situação vivida pelos sujeitos da pesquisa em vistas de pistas que forneçam bases para uma prática educativa mais sensível e, portanto, eficaz na prevenção de DST/AIDS entre travestis que se prostituem.

Deste modo, somente conhecendo as maneiras de atuar face aos riscos iminentes que afetam a saúde é que se possibilita uma crítica eficaz ao processo de implementação dessas práticas. No entanto, tenho consciência de que esta dissertação não conseguiu abarcar toda a dimensão que implica o universo social destas pessoas dado a complexidade das relações sociais por elas travadas e que extrapolam as possibilidades das pesquisas científicas. Assim, apoiando-se nos achados de Deslandes et al (2002) sobre esta constatação, considera-se que

Os limites da análise referem-se também ao próprio desenho da metodologia qualitativa e à prática científica das Ciências Sociais. Por exemplo: a) elege um determinado escopo teórico como marco orientador, o que conduz à análises que valorizam determinados aspectos em detrimento de outros (limites teóricos); b) impossibilita uma generalização direta ao universo macro, sendo necessárias mediações e comparações; c) atribui uma demarcada relevância aos processos interpretativos na relação pesquisador/sujeitos

pesquisados, o que exige uma contínua vigilância epistemológica; d) torna inadequada a predição do comportamento futuro da realidade estudada com base na simples análise de variáveis, uma vez que diz respeito à ação histórica dos sujeitos, permitindo apenas a avaliação de prováveis cenários de permanência e/ou transformação/mudança dessas relações (DESLANDES et al., 2002, p. 143-1).

Certamente que os espaços deixados entreabertos por este estudo servirão de novos questionamentos, novas inquietações que estimularão outros investigadores a dar seguimento ao que lhes parecer ainda não esclarecido ou aprofundado. É exatamente esta a essência dialética do processo de construção do conhecimento: a certeza de que não temos todas as respostas e que sempre resta algo para se descobrir a partir do que é desvelado e compartilhado com os outros (grupos ou comunidades investigados e pesquisadores).

Eis aqui pistas a seguir, caminho a trilhar, caminhos do conhecimento.

CAPÍTULO IV

AS MONAS⁴ DA ONG FLORES DA NOITE

Narrador – este é o verdadeiro papel do pesquisador – Narra o pouco que sabe. Tenta narrar o que não sabe por meio das vozes dos atores envolvidos na trama em construção (SILVA, J, 2006, p.83).

Este e os demais capítulos referem-se à pesquisa de campo. Constituem no resultado da elaboração e análise dos dados produzidos a partir dos instrumentos de pesquisa já apresentados no capítulo anterior.

Inevitavelmente a sua estrutura textual demonstra a ambigüidade e a contradição que acompanha o entendimento e a fala das travestis sobre as práticas educativas e a percepção do risco de contrair HIV.

Procura-se retratar com nitidez a experiência e a narrativa das travestis a respeito do cotidiano da prostituição, seus riscos, regras, relações e violências e apresentar o repertório interpretativo delas mostrando que no cotidiano pessoal e profissional das mesmas os sentidos relacionados ao risco emergem sempre associados ao contexto e a cultura dos sujeitos (SPINK, 2001).

4.1 “Pra não dizer que não falei das flores”.

Apesar da tendência apontada na literatura consultada (SILVA; FERREIRA; PELÚCIO; BENEDETTI), de que a maioria das travestis que se prostituem é proveniente de cidades do interior dos Estados onde vivem, nesta investigação a proporção entre as provenientes do interior

⁴ Termo utilizado pelas travestis para se referirem a si mesmas e às outras travestis. Palavra proveniente da língua Ioruba que significa boneca. Entre as travestis é sempre usada em contraposição ao termo Mapô que se refere à mulher biológica.

e da capital se dividiu em partes iguais. Três delas são oriundas de pequenas cidades do interior da Bahia e duas de outros estados da região nordeste. As outras cinco são provenientes de bairros da periferia da cidade do Salvador, lócus da presente pesquisa.

Do conjunto das entrevistadas, somente três delas possuem o ensino médio completo; as demais abandonaram os estudos ainda no ensino fundamental menor (três) ou maior (sete). No que diz respeito à *transparentalidade* – relação da travesti com a rede familiar –, somente duas delas ainda residia com os familiares; as outras tinham contato com a família que, apesar de morar distante, mantinha um laço afetivo (visitas, presentes, cartas).

Em relação á vida pessoal e social, entre aquelas que não moravam com a família, estão três que vivem sozinhas, duas que moram juntas e três que moravam com os seus “maridos”. Estes “maridos”, como já constatado por outros pesquisadores desse universo (DENIZART, 1997; SILVA, 1993; BENEDETTI, 2005), estão geralmente desempregados, vivendo às expensas daquilo que é ganho pela travesti na prostituição. Vale ressaltar que um deles também atua no mercado do sexo como garoto de programa.

A distribuição por cor da pele foi feita por uma classificação auto referida, assim, sete delas se referenciaram como negras e três como “morenas”. A faixa-etária deste grupo de informantes variou de 17 anos (a travesti mais nova) até 43 anos. Nem todas as entrevistadas viviam exclusivamente da prostituição como já dito anteriormente; quatro delas desenvolviam atividades com ganho financeiro durante o dia (vendedora de barzinho, cozinheira, auxiliar de serviços gerais e voluntária de Ong), as demais – com exceção das trans educadoras – viviam somente de ganhos provenientes da prostituição de rua.

A vida social destas travestis é muito restrita. Sair durante o dia torna-se algo muito complicado quando não se é como as normas sociais preconizam, assim, aquelas que vivem exclusivamente da prostituição, dificilmente saem às ruas. Somente em caso de necessidade extrema e que não possa ser transferível é que elas se arriscam a sair. Entre as entrevistadas, poucas relataram tamanha ousadia, mas, aquelas que saem afirmam: “*É babado. Os bofes não deixa a gente em paz. É viado pra lá, bicha pra cá. É pedra, grito, carreia pra todos os lados*”(Dália).

Ao acompanhá-las no seu cotidiano a situação mais comum foi encontrá-las dormindo durante a manhã e acordadas à tarde quando se dividiam em atividades que aqui foram classificadas como *cuidando da casa* (faxina, preparo de alimento, lavagem de roupas), *cuidando de si* (depilação corporal, pinturas das unhas, tratamento dos cabelos) e *preparando-se para o trabalho* (escolha do vestuário, calçados, maquiagem e materiais básicos da bolsa: preservativos, gel lubrificante, batom).

À noite, geralmente por volta das vinte horas, elas se dirigem aos seus “pontos de batalha” onde permanecem até mais ou menos cinco horas da manhã, quando retornam exaustas para as suas moradas. A vida social das “meninas” fica restrita à praia, barzinhos, boates gays, casas de outras travestis e, no caso das entrevistadas, as reuniões da Ong Flores da Noite. Aquelas que participam das atividades da Ong têm acesso a passeios, caravanas para outras cidades em eventos GLBTT, palestras, festas de confraternização e outras formas de lazer.

4.2 Vida e cotidiano na prostituição travesti

As travestis que fizeram parte desta investigação trabalham na prostituição de rua, com exceção de apenas uma delas que se dedica à prostituição em cinemas de *pegação* existentes na capital. Os ambientes dos cinemas que exibem filmes pornográficos em Salvador são muito parecidos.

Trata-se de construções antigas, com pouca ou quase nenhuma higiene e manutenção de suas instalações físicas, elétricas e hidráulicas. São locais freqüentados, em sua grande maioria, por homens que buscam contatos sexuais rápidos e anônimos. Nestes locais, conforme afirmou uma das informantes, o sexo oral é a prática sexual mais requisitada por seu preço mais barato e facilidade – dependendo do grau de excitação do cliente – de ser executada, não demandando de um local privativo, uma vez que, neste ambiente, muitos usuários praticam sexo oral na presença dos outros. Para as práticas sexuais penetrativas, são utilizados os banheiros, que, quase sempre, estão sujos, com vasos sanitários entupidos e repletos de pessoas querendo transar (notas das observações de campo, 08-09-2006).

O tipo de atos sexuais que se pratica dentro do cinema tem a marca da fugacidade e da parcialidade. Estas práticas sexuais e, os cinemas nas quais elas acontecem são descritos por Perlonguer (1987, p.169) na sua investigação sobre os garotos de programa do estado de São Paulo como “contatos na penumbra, entre homens que às vezes sequer se vêem as caras, roçares ‘casuais’ de membros na massa que se amontoam nas últimas fileiras da sala, penetrações apressadas nas toaletes diminutas e fedorentas”

As travestis investigadas têm mais de um *ponto de batalha*⁵ e, os territórios de prostituição ocupam bairros como o centro da cidade, a orla e, mais recentemente a cidade baixa e alguns bairros periféricos – movimento aqui denominado de expansão e periferização da prostituição travesti.

⁵ Diferentes locais onde as travestis que se prostituem procuram e são procuradas por seus clientes. Estes locais se modificam de acordo com a presença de maior ou menor quantidade de clientes, fato característico da prostituição de rua.

A prostituição na vida das travestis estudadas é vista como uma questão de sobrevivência. Portadoras de um corpo que, se por um lado equilibra identidade de gênero e corporalidade, por outro inviabiliza a entrada no mercado de trabalho formal ou informal tradicional, restando-lhes o trabalho prostitucional.

Muitas delas começam muito cedo a prostituírem-se, a exemplo de Dália: *“eu tenho 17 anos e já trabalho na prostituição há uns três anos”* e Acácia: *“eu tenho dezoito e me prostituo desde os dezesseis anos”*. Estas jovens travestis precisam aprender a “dar o truque”, ou seja, parecerem mais velhas, driblar as situações de violência que podem vir tanto dos clientes como da polícia e não raro de pessoas do seu grupo de convivência. Neste caso, aprender os códigos da rua e da noite significa sobrevivência e isto não é fácil.

Estes códigos nem sempre são consensuados, mas sempre se referem às formas de comportamento das travestis na prostituição. Na Ong Flores da Noite, o código de ética das profissionais do sexo seguro orienta as travestis para:

Não trabalhar colocada (bêbada ou drogada); ter sempre camisinhas e gel lubrificante na bolsa; não sair com menores de 18 anos; não andar com drogas e com armas (gilete, estilete, revólver); não ficar pelada, com a bunda ou os peitos de fora na rua ou em local público; não fazer programas na rua ou no carro do cliente; negociar o preço, o tempo e o que vai fazer antes do programa; não ficar calada diante de uma violência, discriminação ou preconceito; não falar mal, maltratar ou roubar clientes das irmãs e, nunca dar a elza (termo êmico para roubar). Seja honesta sempre (PRINCESA, 2002, p. 10).

Quando elas têm oportunidade, se inserem em postos de trabalho tipicamente ocupados por mulheres das classes populares (cozinheiras, costureiras, cabeleireiras) ou de baixa escolaridade (faxineiras, domésticas). Essas oportunidades estão condicionadas à tolerância ou respeito à diversidade sexual por parte das poucas pessoas que as empregam. Este é o caso de Rosa que

afirma: “*trabalho como auxiliar de serviços gerais num hospital com carteira assinada e tudo*”, mas complementa o salário com eventuais programas na rua. Também Orquídea relata trabalhar como “cozinheira” em um restaurante e Hortência que, durante alguns anos – não se lembra quantos – “*trabalhava em casa de família*”.

Dessas constatações, dois tipos de inserção na prostituição emergem. Existem travestis que sobrevivem unicamente desta atividade e outras que, mesmo trabalhando em outra atividade durante o dia, complementa seus ganhos com a realização de programas sexuais.

Como afirmado antes o tipo de prostituição predominante entre as travestis investigadas é a prostituição de rua ou trottoir. A mobilidade e a territorialidade são características marcantes deste tipo de prostituição. As travestis profissionais do sexo têm muitos “pontos de batalha” e, seja dentro de um cinema que exhibe filmes pornográficos ou na rua, estes pontos são disputados “com ferro e fogo”. Fato relatado por uma trans que havia chegado recentemente de outro estado e, as travestis prostitutas não queriam deixá-la “batalhar” agredindo-a fisicamente por três vezes seguidas, sendo necessária a intervenção de Margarida - que parece exercer algum tipo de autoridade sobre as outras – para que a trans “novata” pudesse trabalhar sem apanhar das outras ou “*levar multa*” (expressão êmica referente ao ato de pagar pelo ponto de trabalho).

No universo prostitucional, muitos atores estão nas ruas ou cinemas e querem “fiscar seu peixe”, e, quem não obedece às regras dos territórios, pode se surpreender, pois existe muita violência. “*Se uma estiver muito bonita, aí as outras mais velhas mandam um doce pra ela*” – diz Orquídea.

O “doce” pode ser algum tipo de retaliação por parte das travestis insatisfeitas com as recém chegadas. Refere-se a agressões físicas causadas por uma travesti ou sob o seu mando, neste

caso, a agressão é realizada por outras travestis, garotos de programa ou marginais com os quais algumas travestis mantêm relações de trocas.

Pelúcio (2005) e Benedetti (2005) também constataram essa prática vingativa por parte das travestis em São Carlos e Porto Alegre, respectivamente. Para estes autores, mandar “um doce” para alguém é armar uma cilada, provocar uma situação desagradável e/ou violenta tal como as referidas pelas travestis entrevistadas nesta pesquisa.

A disputa não se dá somente entre as travestis, mas também existem conflitos em relação às mulheres, como afirma uma das informantes: “*Mulher trabalha separado. Tem travestis que gostam de ficar no grupo das mulheres. Tem outras que detestam. Eu sou uma delas. Mulher lá, eu cá*” (Hortência). Mas nem todas as travestis pensam assim:

É muito relativo. Com as mulheres eu sou normal, de ótima. Nunca briguei com nenhuma delas por causa de cliente. Quando eu estou em Patamares eu fico mais com as travestis e fico com mulher também. Eu não tenho essa de mulher lá e eu cá. (Camélia)

Os espaços onde se localizam os “pontos de batalha” das travestis são, na maioria das vezes, compartilhados com bandidos, malandros e moradores de rua. Aqui também a interação é difícil e violenta.

Os marginais são perigosos. De longe parece que eles tão com a gente. Quem vê de longe, parece armadilha. Tem carro que não pára porque eles tão ali. Então é obrigado a gente sair dali, mandar parar mais adiante ou o cliente até cismar e ir atrás de outra, com medo (Margarida).

Alguns autores (OLIVEIRA, 1994; SILVA, 1993, 1996; FERREIRA, 2003) se referem à relação entre as travestis e a violência existente nos territórios de prostituição, entretanto, afirmam que essa violência faz parte da conduta de muitos outros personagens do mundo da noite, não sendo a

travesti o principal destes personagens, mas que ainda assim contribui para o incremento desse tipo de violência devido às trocas que estabelece com os demais sujeitos da noite e ao código de sobrevivência existente no universo da prostituição que deve ser respeitado sob pena de ser alvo de normas coercitivas e sanções já estabelecidas no mesmo. Receber um “doce” é apenas uma das sanções previstas (PELÚCIO, 2005).

A relação entre as travestis e a polícia é relatada por todas as informantes como violenta, desonesta e falsa. A desonestidade é denunciada na fala de uma delas quando afirma que,

tem policial que pegam a gente, tomam o dinheiro e, se a gente disser que não vai dar, eles fazem chantagem; dizem que vai implantar drogas, que vai levar prá detenção. Eu já passei por isso e não foi uma vez só (Hortência).

A chantagem feita por policiais às travestis nos “pontos de batalha” também é referida por Ferreira (2003) na sua investigação com as travestis de Belém. Este autor confirma que,

Até mesmo os policiais civis e militares – que deveriam efetivamente zelar pela segurança dos cidadãos – procedem de forma arbitrária quando fazem rondas preventivas nos territórios prostitucionais das trançêneros. Muitas vezes, elas são chantageadas e, a chantagem por si só configura-se como uma ação ilegal, sendo que, em alguns casos, o valor apropriado corresponde a toda a renda de uma noite de trabalho (FERREIRA, 2003, p.10).

A violência policial é emblemática nos relatos e nas discussões acaloradas travadas nas reuniões observadas. “*Os alibans* (termo êmico proveniente da língua iorubá para referir-se aos policiais) *estão arrepiando os pontos de batalha lá em Patamares*”, denuncia Hortência e é logo interrompida por outra travesti: “*os policiais espancam e maltratam as travestis*” (sic). Para Violeta a violência policial depende também do comportamento das travestis quando são abordadas, mas reconhece que, na maioria das vezes, eles são muito agressivos com elas:

Não é só o policial que é agressivo. Existe muitas que também já partem com uma forma de agressividade com o policial. Até a forma de falar e de se comportar é agressiva. Eu tenho problemas com os policiais pelo que elas fazem não por mim mesma, eu não cometo atos ilícitos (...) os que agredem são pessoas homofóbicas que viram travestis cometendo atos ilícitos e então quando eles vêm procurar qualquer coisa com a gente já vêm agredindo, já vêm batendo, mas não vêm com palavras, procurando saber o que está acontecendo (Violeta).

Os “atos ilícitos” referidos por Violeta acontecem quando as travestis “*azuelam*” (termo êmico que quer dizer roubar) os clientes. Este fato foi denunciado freqüentemente nas reuniões observadas e, a reação das travestis que não agem dessa forma tem sido partir para *batalhar* nos bairros periféricos ou cidade baixa – fenômeno já denominado anteriormente de *periferização* e *expansão* da prostituição travesti, ou, como relata Margarida, “*nós ficamos mocosadas (termo êmico relativo a esconder) quando um policial quer agredir a gente quando a gente tá batalhando*”.

Dália e Acácia são travestis jovens que atualmente alternam-se entre a prostituição e o trabalho informal socialmente aceito. Começaram muito cedo na prostituição com onze e treze anos respectivamente. Acácia afirma que na vida de prostituição nada é fácil como pensam as pessoas; “*as pessoas dizem que a gente ganha dinheiro fácil, mas não é. Aquilo que a gente ganha ali, a gente sofre cada coisa prá poder ter aquele dinheiro*”.

Quando se refere à violência da “noite”, relata:

Às vezes a gente tá em pé na frente de um poste na calçada e jogam casco de garrafas, pegam taco de basebol para bater na gente, pedras, entendeu? Eu já presenciei amigas minhas apanhando e eu ter que sair ‘feito doida’ prá não apanhar também.

A violência apresenta-se então como um fenômeno e uma linguagem estruturada na prostituição e que também a estrutura. Os territórios de prostituição são perpassados pela violência e esta é

vista e entendida pelas profissionais do sexo como elemento integrante da sua cultura, tal como também constataram Ferreira (2003), Benedetti (2005) e Pelúcio (2005) em suas investigações.

Quando questionadas sobre as práticas sexuais mais procuradas pelos clientes, as travestis entrevistadas afirmam em uníssono que *“o que os clientes pedem é que nós penetremos neles”*, contrariando a idéia presente no imaginário popular, a maioria dos clientes casados e solteiros quer “ser penetrado”, mas não todos: *“tem clientes que quer que eu penetre nele. Tem cliente que gosta de possuir a travesti como se fosse mulher”* (Hortênsia).

Esta afirmação serve como base para mais uma acusação da “sociedade” para com elas. As travestis seriam culpadas “de um duplo engano: por um lado, se faz passar por mulher, sendo anatomicamente homem; não contente com isso, ainda mentindo sua genitalidade, ela não executa o papel de mulher passiva que propala, mas o papel de penetrador ativo que sua aparência desmente” (PERLONGHER, 1987, p.98).

Outra trans é mais precisa ao diagnosticar a maleabilidade sexual dos seus clientes. *“Eles querem uma fantasia de estarem com uma mulher, mas sendo penetrados por um órgão masculino. É como se ele quisesse uma mulher de pênis. Eles são seres ambíguos, bissexuais”*, atesta Violeta.

Além da penetração, outra prática sexual que atrai muito os clientes é o sexo oral. Segundo Dália, *“os clientes gostam muito do ‘boquete’⁶. Dizem que eu sou a ‘nega da garganta profunda. Eles gostam muito, também adoram serem penetrados, mas eu acho um absurdo transar na rua”*.

⁶ Termo utilizado pelas travestis para referir-se a prática do sexo oral.

Ativas ou passivas nas práticas sexuais, elas enfrentam uma grande dificuldade com os clientes: o uso do preservativo. “*Às vezes, ele [o cliente] queria pagar até mais pra não usar o preservativo, mas eu sempre tive muito medo*” (Orquídea). Depoimento que é reforçado na fala de Margarida, “*eles não querem usar preservativo. Quer pagar mais e não quer usar preservativo. Eu até desisto do programa*”.

O medo da AIDS se relaciona diretamente com o medo da morte já que se trata de uma doença para a qual ainda não se tem cura. Kovacs (1992) afirma: o medo de morrer é universal e atinge a todos os seres humanos, independente de idade, sexo, classe social e credo religioso. Isto porque a AIDS nos faz pensar a morte como possibilidade também nossa. No cotidiano, nós vivemos sempre a morte como a morte do outro. “Os outros morrem e eu ainda não. A minha morte eu penso amanhã; repetimos tentando fugir do medo da morte” (KOVACS, 1992, p. 144). Mas o medo também nos protege. O medo é ambíguo. Inerente à nossa natureza é uma defesa essencial, uma garantia contra os perigos (DELUMEU, 1989). Mas não basta uma doença ser letal para que cause medo e terror, é preciso que seja também desumanizadora e, neste sentido, a AIDS é somente o pior nome da morte.

Violeta negocia o uso do preservativo e tenta ter o controle da situação pensando em preservar a sua saúde. “*Quem manda na hora, independente de ele pagar ou não, somos nós. Já que nós vamos ser objeto receptor, quem vai mandar somos nós*”. Se o cliente insiste em não usar o preservativo, Violeta é categórica ao afirmar; “*eu tento inverter a história, tento mostrar a ele os métodos que aprendi*”. Também deixa um conselho para as colegas de trabalho:

A gente não tem que baixar totalmente a cabeça só porque a gente tá sendo paga. Você também tem que ter autocontrole sobre si, do que gosta e do que não gosta. (Violeta)

Este controle da situação de risco afirmado por Violeta foi também constatado por Pollak (1990) na sua pesquisa entre homossexuais e travestis francesas no início da década de 80 quando a AIDS começou a mostrar sua face mais destruidora nos países da Europa. Pollak, afirma que,

só são capazes de atitudes racionais diante do risco aqueles que, em suas relações sexuais, dominam o 'ato', domínio entendido como capacidade de orientar e de controlar o desenrolar do jogo sexual até sua conclusão no orgasmo, sem se deixar 'levar' por seus desejos e pelas representações imaginárias e simbólicas que se associam com a habilidade sexual (POLLAK, 1990, p.69).

No caso das travestis que se prostituem, nem sempre é possível ter o controle da situação. Muitas delas são violentadas por grupos de clientes e bandidos em represália por negar-se a transar gratuitamente ou por policiais que além de espancá-las, também as obrigam a ter relações sexuais com eles. Na maioria das vezes, estas situações ocorrem sem o uso do preservativo. Nas reuniões observadas, vários relatos se referiam a estas situações e o desapontamento das travestis violentadas ao ir a delegacia para prestar queixa e serem alvo de gracejos e chacotas por parte dos agentes de polícia, além da certeza de que sua queixa não seria apurada. (notas do campo, 08-06-2006)

Acácia concorda com Violeta e afirma: *“Eu não transo sem preservativo. Meu prazer é ver o plástico entrar”*. Com Dália, a situação não é diferente: *“se não ‘botar’ a camisinha eu não transo”*.

A referência ao preservativo enquanto “plástico” não se direciona unicamente ao elemento físico do mesmo, mas traz para o discurso a idéia de “invólucro”, de algo que está plastificado e, portanto, protegido. Esta idéia de estar totalmente seguro porque o pênis do parceiro está “plastificado” mostra a confusão que ainda existe nas informações que são veiculadas nas

práticas educativas, pois, sexo com preservativo é sexo protegido; sexo seguro (safe sex) é aquele em que não há troca de fluidos.

Mas a prevenção nem sempre acontece. Algumas vezes o acordo é quebrado e o aprendizado da prevenção se dá somente depois de alguns deslizes.

Já corri alguns riscos, mas graças a Deus, escapei. (Orquídea)

Eu sempre transei com camisinha. Lógico, eu já dei uma fugidinha, mas hoje em dia, não faço mais isso porque eu sei o risco. Tô saudável e não quero ficar doente. (Violeta)

Esta “quebra de acordo”, ou seja, deixar de utilizar o preservativo em alguma relação sexual é vista por Castiel (1996) como recaída (*relapse*) que, em seu entendimento significa o retorno ainda que em uma única vez às práticas sexuais desprotegidas. Neste caso, o sujeito de tais práticas “de risco” seria visto como irresponsável, não somente pela sua segurança como pela segurança do parceiro sexual. Entretanto, o conceito de *relapse* é difícil de ser operacionalizado nas pesquisas, pois se trata de uma expressão dificilmente relatada por participantes de estudos. Castiel (1996) adverte para que essas “recaídas” não sejam vistas como um mau comportamento, uma prática viciada que deva ser enfrentada com preceitos de autodisciplina, força de vontade, o que reforçaria as idéias normativas já contidas nas práticas tradicionais de educação em saúde.

A relação entre clientes e travestis também é muito ambígua. Muitos daqueles que, durante o dia perseguem-nas e delas zombam, são aqueles que à noite vão procurar satisfazer suas fantasias com elas. As travestis são conscientes dessa situação, mas precisam trabalhar para sobreviver e “dormem com o inimigo”, porém “com um olho fechado e outro bem aberto” – sic.

Isto porque, no geral, são estes tipos de clientes que trazem maior risco às travestis no que se relaciona à violência física que acontece sempre que “o cliente não cumpre sua parte no contrato

sexual” (SILVA, 1993; OLIVEIRA, 1994; FERREIRA, 2003). Essa violação contratual pode ocorrer de duas formas: não pagando o valor combinado, ou pagando um valor inferior àquele acertado entre as partes. Tanto num caso quando no outro, a força física é sempre utilizada para intimidar as travestis.

Mas as travestis dão o “troco”. Elas se apropriam “pacificamente” do dinheiro de seu contratante sempre que esse comete algum descuido (FERREIRA, 2003). Algumas travestis relatam nas reuniões observadas que precisam aumentar a renda da prostituição que é pouca para pagar seus débitos. Esta constatação aponta o roubo como uma prática institucionalizada no universo trans, sendo sua finalidade a de complementar a renda obtida no *programa* (SILVA, 1993; OLIVEIRA, 1994; KULICK, 1997). Esta técnica é referida por algumas observadas e entrevistadas como “*suadouro*” que consiste em não intimidar a vítima, mas furtá-la durante o contato corporal da travesti com o cliente (OLIVEIRA, 1994), sem que este perceba.

4.3 Corpo: onde habita o sujeito

As travestis para existirem enquanto sujeitos, alteram seus corpos biológicos, inscrevendo neles marcas do corpo que desejam ter por entenderam que este corpo inicial não é adequado à sua identidade sexual e de gênero. As travestis denunciam a maleabilidade dos corpos e das sexualidades ao desconstruirmos o caminho corpo – sexo – gênero - desejo, considerado coerente pelo olhar essencialista, confirmando que a sexualidade não é fixa nem o corpo com o qual se nasce é o único destino do sujeito.

A partir destas constatações dá-se início a um processo de transformação de gênero e corpo que nunca tem fim. Muito tempo da vida cotidiana das travestis está voltado ao cuidado com o corpo; não somente na higienização e embelezamento do mesmo, mas também na sua construção

propriamente dita (re-aplicações de silicone, hormônios, sessão de depilação, implante ou alisamento de cabelos), pois, como observado também por Benedetti (1996), entre as travestis, a percepção do corpo e a sua fabricação constituem a sua identidade social e seu processo de formação como pessoa.

Essa necessidade de transformar o corpo em busca de exteriorizar o corpo pensado e possuído interiormente começa ainda na adolescência, momento em que as mudanças corporais se realizam rapidamente e a identidade de gênero e sexual está mais consolidada. Woodward (2000, p. 15) reforça esta constatação ao afirmar que “o corpo é um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem somos, servindo de fundamento para a identidade, a exemplo da identidade sexual”. Também as formas de representação desta identidade e, entre elas, o corpo e os discursos constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar. O relato de Violeta sobre sua adolescência e a descoberta da sua identidade travesti ilustra como se dá esse processo de construção identitária.

Eu já me sentia diferente o bastante prá entender que eu não era aquilo que eu parecia ser, ou seja, que eu nasci rapaz, mas que eu não era um rapaz. Algo me incomodava. Aí, comecei a freqüentar boates e comecei a andar no centro da cidade e comecei a ver travestis na rua e achei bonito. Eu já tinha o meu jeitinho feminino. Aí eu parei e eu fiz: não, eu vou ser igual a elas, eu vou fazer tal coisa.

A ambigüidade do gênero das travestis dá impulso à construção de um corpo também ambíguo por abrigar traços masculinos e femininos: um corpo travesti. Se na sociedade contemporânea, o sujeito somente existe a partir de um corpo sexuado, então é preciso que esse corpo externalize a forma como o sujeito que o habita pensa seu sexo e seu gênero.

Existe por trás deste processo, uma educação corporal que sofre influência do mimetismo – fazer-se passar por outro. Mas este processo não é homogêneo, pois as técnicas corporais e os estilos de sua produção não são os mesmos de um grupo para o outro e cada aquisição aparece como o produto de um aprendizado específico ligado a diferentes informações, tais como: classe social, idade, etnia, escolaridade (LE BRETON, 2006).

No caso das travestis, a máxima de Simone de Beauvoir (1967) é perfeita: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Para tornar-se “mulher”, ou mais precisamente, “mona” – como elas se chamam –, é preciso fazer uso de substâncias que, entre as travestis, são “essências” de beleza: silicone e hormônio.

É através do uso contínuo de hormônio que o corpo adquire formas mais suaves e arredondadas, principalmente no rosto, nos seios, diminuindo os pêlos e modelando a cintura. Com o silicone o efeito é mais rápido, pontual e definitivo. Com algumas aplicações se “faz um corpo”.

É este o ofício das *Bombadeiras* – pessoas que aplicam silicone e hormônios no corpo das travestis -: fazer corpos belos, de acordo com o gosto das clientes que, na verdade, se espelham nos padrões estéticos difundidos na cultura corporal brasileira sobre a aparência de homens e mulheres. Isto porque “o corpo metaforiza o social e o social metaforiza o corpo. No interior do corpo são as possibilidades sociais e culturais que se desenvolvem” (LE BRETON, 2006, p. 70).

Destas regras as travestis não querem fugir. Ter um corpo feminino é o desejo de todas elas e, para isso, todo sacrifício, toda dor é pouca. A aplicação de silicone é um processo imensamente doloroso. Para se construir seios fartos, nádegas volumosas e uma expressão facial feminina, muitas perfurações são feitas e, na grande maioria das vezes, sem nenhum tipo de anestesia.

Como se trata de uma atividade contraventora, a *bombagem* é feita clandestinamente por pessoas que não tiveram nenhum tipo de formação para essa prática. Estas pessoas vão aprendendo o ofício, presenciando o trabalho de outras bombadeiras mais experientes.

Através de experimentações baseadas em tentativas e erros, vão começando a sua carreira como bombadeira. Por conta disso, muitas travestis tiveram seus corpos “estragados” pelos “erros médicos” das bombadeiras iniciantes e mesmo, das mais experientes, pois, “cada corpo é um corpo” - falas capturadas em uma das reuniões observadas quando se discutia sobre os efeitos do uso contínuo de silicone e hormônio.

Dentre os principais acidentes ou seqüelas decorrentes da aplicação de silicone são citadas pelas travestis nas reuniões observadas, três situações que são mais comuns: o corpo rejeita o silicone e tenta expulsá-lo causando hematomas; o silicone desliza dentro do corpo provocando deformidades e obstrução de órgão interno causando vários tipos de cânceres e o silicone pode estar contaminado provocando infecções e inflamações generalizadas no corpo da travesti.

Nestes casos, “não é o homem que escapa, mas é o corpo que se torna disforme, levando para longe o sonho de ser feminina” (JAYME, 1999, p. 10). No universo trans, “as mutiladas e as cortadas” não podem ser nem Drag Queens – com toda a maquiagem que usam – somente “Dragões”.

Na construção corporal das travestis, todas as partes do corpo são cuidadosamente pensadas e esculpidas. Mas a maior atenção centra-se no rosto, nos seios e nos quadris. Em relação à modificação do rosto, Le Breton (2006 p. 72-73 afirma que,

O rosto é de todas as partes do corpo humano, aquela onde se condensam os valores mais elevados. Nele cristalizam os sentimentos de identidade, estabelece-se o reconhecimento do outro, fixam-se qualidades da sedução, identifica-se o

sexo. A alteração do rosto, que expõe a marca de uma lesão, é vivida como um drama aos olhos dos outros, não raro como um sinal de privação de identidade.

Também a falta de repouso durante o “pós-operatório” pode causar ou agravar algum tipo de patologia presente no corpo. Não são raras tais situações acontecerem, conforme relatam as informantes nas reuniões da instituição. Elas afirmam que as condições físicas e higiênicas dos locais onde são feitas as bombagens, na maioria das vezes, são as piores possíveis. Grande do material usado não é corretamente esterilizado e, às vezes, estes materiais são reutilizados, apesar das orientações contidas na cartilha informativa que a Ong construiu e distribuiu entre as travestis e bombadeiras. Em linhas gerais, estas são algumas das orientações dessa cartilha para as travestis que desejam injetar silicone, ou como dizem elas, “se bombar”:

Saiba que aplicar silicone é uma contravenção grave contra três artigos do Código Penal: exercício ilegal de medicina, artigo 312; exercício do curandeirismo, artigo 313 e lesão corporal grave, artigo 129. Se aplicar silicone em menor de 18 (dezoito) anos, aumenta a gravidade do crime, pois, além da infração do Código Penal, poderá ser enquadrada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Atenção com a qualidade do silicone! Tenha certeza que o produto é de boa qualidade, que é silicone mesmo (e não Nujol ou outro produto industrial) e, evite misturar com óleo de cozinha para diluir se o silicone estiver muito grosso. Na hora de aplicar o silicone, atenção máxima para retirar todo o ar de dentro da seringa, pois, além de prejudicar a qualidade da aplicação, estas bolhas podem até levar a pessoa á morte. Cuidado quando for bombar os peitos, pois as veias e artérias do coração estão bem perto! (PRINCESA, 2002).

Mesmo com estas orientações e apesar de todos os riscos à saúde já pontuados, as travestis investigadas não se referem a estas situações como portadoras de riscos. A dor da beleza parece ser indispensável para a emergência do sujeito e, nesse caso, “não há riscos”, o que existe são alguns desacertos ou falta de sorte de algumas trans.

Uma das explicações mais comuns entre as travestis estudadas para esta situação é a de que “cada corpo reage de uma forma diferente”. Mas uma delas avisa; “*o silicone é uma coisa viciosa. A travesti quer colocar cada vez mais, na bunda, no peito, não pára, nunca tá bom*” (Orquídea). Entretanto todas concordam que “*o silicone é mais rápido. É um tratamento localizado. Com algumas aplicações, você faz um corpo*” – diz Violeta que, além de ser profissional do sexo, também trabalha como bombadeira.

Ainda assim, as travestis mantêm com o corpo, visto como seu maior trunfo e triunfo, uma relação de proteção, extremamente materna, da qual retira um benefício ao mesmo tempo narcíseo, social e sexual, pois sabem que “em certos meios, é a partir dele que são estabelecidos os julgamentos dos outros” (LE BRETON, 2006, p.78). A dinâmica dos territórios de prostituição reforça esta lógica, pois é através da influencia das demandas dos clientes é que as travestis modelam o tipo de corpo que atende não somente as suas aspirações, mas que também seja alvo dos desejos dos clientes e amantes.

4.4 O discurso social das travestis sobre os riscos

As travestis que se prostituem parecem compartilhar de um contexto cultural no qual o risco e a insegurança se fazem constante. Para esta situação de instabilidade e constantes ameaças à integridade física e social, autores como, Giddens (1991), Pollak (1990) e Spink (2005), utilizam a noção de cultura de risco, denominada por Castel (2005) como insegurança social e sociedade de risco para Beck (1992).

Nos discursos das travestis, a noção de risco é quase sempre confundida com a idéia de perigo. Giddens (1991) explica que perigo e risco, estão intimamente relacionados, mas não são a mesma coisa.

A diferença não reside em se um indivíduo pesa ou não conscientemente as alternativas ao contemplar ou assumir uma linha de ação específica. O que o risco pressupõe é precisamente o perigo (não necessariamente a consciência do perigo). Uma pessoa que arrisca algo corteja o perigo, onde o perigo é compreendido como uma ameaça aos resultados desejados (GIDDENS, 1991, p.42).

De acordo com os relatos das travestis entrevistadas e as conversas às vezes, bastante acaloradas, nas reuniões observadas; os maiores riscos existentes na prostituição de rua se relacionam à violência urbana, mas especificamente, a violência que vem de policiais, clientes e marginais que vivem na rua. *“Além da violência policial, tem clientes que assalta a gente. Os marginais que circulam são os mais perigosos”* – afirma Margarida.

Também Ferreira (2003) refere-se aos territórios prostitucionais como espaços violentos, especialmente aqueles apropriados por prostitutas mulheres e travestis. Sob uma perspectiva, eles são espaços perigosos *para* elas; por outra, são territórios que se tornam perigosos *por* elas.

Em relação aos clientes perigosos, Orquídea conta a experiência que teve com um programa “furado”, pois, ao entrar no carro do cliente *“percebi uma faca enorme perto dele e pensei: pronto, esse homem é um assassino, vai me matar. É um psicopata”*. Para escapar da possível morte, saiu correndo com a desculpa, *“preciso fazer um xixizinho básico”* – relata.

Mas o risco de adoecer não é esquecido e é referido na fala de algumas delas. *“A gente tem o risco de contrair doenças”* segreda Rosa. *“Tenho medo que estoure a camisinha e aconteça o pior”* reforça Margarida. A fala de Margarida denuncia a associação do sentimento de medo à noção de perigo. Entretanto, em uma situação pressentida como arriscada, o medo é vivido como a preocupação com o risco e a incerteza sobre a possibilidade de êxito em determinadas situações. O sexo desprotegido e o rompimento do preservativo são situações nas quais, o medo

e a ansiedade são acompanhados por tentativas de evitar ou escapar da situação que os produz. Vale ressaltar que uma pessoa sente medo quando se aproxima de situações que identifica como perigosas ou se imagina nelas.

O “pior” a que Margarida se refere, pode vir não somente das relações sexuais mantidas tanto com os clientes quanto com os “vícios” (ênico referente ao homem fisicamente bonito e viril; que faz o tipo ideal para a maioria das travestis e, por conta disso, quer transar sem pagar) e “maridos”, mas estas situações não são relatadas. Todos os relatos concentram-se nos clientes; e muitos deles são vistos como “*maus intencionados que, ao longo do tempo, descobriram que tem hiv e que quer prejudicar a travesti*” (Hortênsia).

Ao identificar o cliente como alguém que deseja infectar as travestis, Hortênsia projeta nele a posse da AIDS e se distancia dessa possibilidade. A sua fala traz subjacente a idéia da AIDS como uma doença do outro, já apresentada e explicada por vários autores (POLLAK, 1990; SPINK, 2001; DESLANDES *et al*, 2002).

Dália também reforça o relato de Violeta; “*a coisa mais perigosa na rua é a AIDS. As outras coisas a gente consegue driblar; a AIDS não tem cura*”. Ao identificar a AIDS como uma doença fatal, a fala de Dália revela que ser este um dos aspectos da história social da AIDS mais presente no imaginário popular. Diante desta constatação, concordamos com Paulilo (1999, p. 15) para quem a definição da AIDS como doença letal “foi interiorizada de maneira profunda e contribuiu para exacerbar temores relacionados à morte já latentes no imaginário ocidental”. O depoimento de Violeta reitera o relato de Hortênsia e Rosa de forma enfática: “*Pra mim, o primeiro risco que existe é com a nossa saúde, é a doença*”. Estes relatos, além de confirmar que, na esfera cotidiana o risco se apresenta como experiência pessoal e socialmente

compartilhada (DESLANDES *et al*, 2002), demonstra que as travestis percebem os riscos enfrentados no seu cotidiano pessoal e profissional de formas muito peculiares à sua cultura.

Esta percepção de risco parece dar origem a uma hierarquização própria que é utilizada como base para a tomada de decisão em relação às formas de lidar com os riscos percebidos ou identificados. Obedecendo a este processo de hierarquização, os riscos percebidos podem ser negados, relativizados, incorporados ou enfatizados (RANGEL, 1993; PAULILO, 1999; SANTOS, 2002). Além dessas formas de lidar com os riscos, muitas travestis os associam à noção de *hazard* (SPINK, 2001) quando se referem às situações de risco como “desacertos ou falta de sorte”. A noção de *hazard* se refere aos jogos de aventura nos quais acertos e desacertos têm quase a mesma possibilidade de acontecer.

Ao lado da noção de *hazard*, Giddens (2002) ao refletir sobre os riscos da modernidade introduz a noção de *sina*. Segundo o autor, a *sina* é sempre referida pelos sujeitos como relacionada ao seu “estilo de vida”. Para estes sujeitos que têm uma *sina*, o mundo não é visto como uma sucessão de eventos sem direção, em que os únicos agentes ordenadores são as leis naturais e os homens, mas como algo que tem uma forma intrínseca que relaciona a vida individual a acontecimentos cósmicos. Assim sendo, o destino de uma pessoa – a direção que sua vida deve seguir – é especificada pela *sina* dessa pessoa, o que o futuro lhe reserva.

Ao apontar como se proteger do risco de “pegar doenças”, quase todos os relatos centram-se no tema “usar camisinha nas relações sexuais”, revelando o domínio de alguns conteúdos das campanhas e práticas de educativas voltadas à prevenção das DST/AIDS as quais as travestis são alvo nos diferentes espaços e meios sócio-educativos que freqüentam ou fazem uso. Ainda assim, durante as diversas reuniões observadas, poucas foram as vezes em que as estratégias de

prevenção das DST/AIDS, foram abordadas de forma sistematizada. Nestes poucos momentos, algumas travestis explicitaram atitudes de mascaramento, silêncio, esquivamento do assunto e evitação do tema, mesmo quando motivadas por notícias trazidas por alguma delas sobre a soropositividade ou morte de alguma travesti. Esta constatação me fez refletir sobre a importância do conhecimento e manejo das técnicas comunicativas como forma de viabilizar o agir comunicativo que funciona como base à educação preventiva, relação já bem elaborada por Boufleuer (2001) em seu estudo sobre a teoria do agir comunicativo de Habermas e as práticas pedagógicas.

Na linguagem utilizada pelas travestis para falar de risco, algumas formas êmicas (“A menina”; “A tia”) parecem denunciar uma representação diferenciada da AIDS. De uma forma muito própria e, provavelmente sem consciência disso, elas diferenciam o *estar soropositivo* do *estar doente de AIDS*. Quando se referem a alguém que está soropositivo utilizam a expressão êmica “a menina”, para dizer que está pessoa não apresenta ainda marcas dos efeitos deletérios da doença. Quando elas utilizam a expressão êmica “estar com a tia”, fazem referência ao estado de uma pessoa que já está desenvolvendo os sintomas da AIDS em fase avançada: tonturas, cansaço constante, pele opaca, cabelos fracos e sem brilho, machas pelo corpo. Também a forma êmica “o doce”, já esclarecida anteriormente, pode ser usada para se referir a alguém com AIDS, uma vez que sempre é utilizada para representar pessoas ou situações negativas.

As travestis buscam criativamente elaborar técnicas preventivas que se estruturam em diferentes estratégias, tais como: usar o preservativo em todas as relações sexuais; tentar negociar o uso do preservativo mostrando a sua importância para a saúde e, por fim, desistir do programa sexual se o cliente não se convence a usá-lo. Entretanto, vale a pena esclarecer, que o uso de tais

estratégias não se dá isoladamente. Elas afirmam que fazem uso de todas as estratégias possíveis para não perder o “programa”, uma vez que depende dele para sobreviver. Entra em ação então, aquilo que Pollak (1990) conceitua de *riscos limitados*, ou seja, alternar situações informadas como de baixo ou mínimo risco e usar o preservativo naquelas práticas notoriamente conceituadas como de alto risco. A fala de Violeta – que atua nos cinemas de “pegação” – pode exemplificar melhor esta estratégia:

Os homens lá no cinema gostam muito do sexo oral e, muitas vezes, não querem usar a camisinha. Eu preciso ganhar o meu aquê (êmico para dinheiro) e então eu chupo um pouco sem camisinha e, antes de sair aquele líquido que vem antes do gozo eu páro e boto a camisinha na neca (êmico para pênis) do cliente e continuo a chupar até ele gozar.

Depreende-se dessa atitude, que as travestis em seu cotidiano, lidam com os riscos não somente hierarquizando-os como também elaborando diferentes estratégias para enfrentá-los. A graduação dos riscos (mais/menos/não arriscado) é uma das suas percepções sobre este fenômeno.

A linguagem das travestis, como já afirmado anteriormente, constitui-se de expressões utilizadas na cultura homossexual mais abrangente, porém com a particularidade de recorrer ao uso de termos provenientes da língua Ioruba para compor seu repertório lingüístico. Tentando captar alguns desses termos e os significados a eles atribuídos, o quadro abaixo agrupa os mais utilizados pelas travestis durante as reuniões observadas e nas entrevistas efetuadas. Neste quadro, os termos estão separados entre aqueles usados em relação ao que é bom e ao que é mau, dentro da lógica normativa das investigadas. Estes termos e expressões êmicos não somente integram os repertórios interpretativos (SPINK, 2001; IÑIGUEZ, 2004), mas constituem um

reservatório de sentidos possíveis de serem reativados nos processos de explicação e compreensão da vida, das relações e do universo trans.

Termos e expressões êmicas utilizados pelas travestis investigadas:

Para o que é bom	Para o que é mau
<i>Aqué</i> (dinheiro)	<i>Dar close</i> (passar-se por melhor)
<i>Ajeum</i> (comida)	<i>Dar a elza</i> (roubar)
<i>Babado</i> (situação, pessoa boa)	<i>Babado</i> (situação, pessoa má).
<i>Ocó</i> (homem)	<i>Ocó</i>
<i>Fechar</i> (fazer gestos femininos)	<i>Fechar</i>
<i>Edí</i> (ânus)	<i>Alibã</i> (policia)
<i>Mala</i> (pênis)	<i>O doce</i> (algo ruim)
<i>Odara</i> (algo bom)	<i>A tia</i> (AIDS)
<i>Mona</i> (boneca)	<i>Mapô</i> (mulher)
<i>Aquendar</i> (segurar, esconder)	<i>Desaquendar</i> (separar, mostrar)
<i>Bater portinha</i> (muitos programas)	<i>A menina</i> (AIDS)
<i>Travesti</i>	<i>Traveca, Trava.</i>
<i>Neca</i> (pênis)	

Como observado no quadro apresentado, alguns termos e expressões êmicas utilizadas pelas travestis investigadas possuem mais de um sentido. Estes termos e expressões dependem do contexto sócio – cultural no qual são pronunciados. Assim sendo, *babado*, pode ser algo bom, como uma festa, um acontecimento ou notícia, mas também, algo muito ruim, como por exemplo, uma briga, um ato violento, uma notícia má. *Ocó*, que significa homem, qualifica-o como bom ou mau, dependendo da índole do homem de quem se fala. *Fechar* ou, fazer gestos femininos, pode ser algo positivo se for dentro dos locais de sociabilidade da comunidade

homoerótica. Em espaços de presença marcadamente heterossexual, o ato de *fechar* poderá incitar atos de violência. Os demais elementos do repertório lingüístico das travestis possuem significados mais delimitados e são opositivos.

Estas expressões/termos êmicos são repetidamente utilizadas entre as travestis. Com esta ação, elas fazem uso da citacionalidade⁷. Entretanto esta citacionalidade é utilizada em uma lógica inversa daquela posta em ação pelas instituições sociais fundadas no pensamento binário, ainda vigente na sociedade ocidental. Se o objetivo das instituições sociais, vistas por elas como castradoras e normativas (Estado, Igreja, Escola, Família, Mídia), é usar a citacionalidade para enquadrá-las em um dos pólos nos quais está organizado o pensamento binário (homem/mulher, negro/branco, rico/pobre, hetero/homo); elas citam, repetem para si mesmas e para as outras, em um processo constante de reconstrução do que são ou do que pretendem ser e, mostram em seus corpos e em seus discursos que podem se situar fora dos binômios do pensamento ocidental, pois o *meio* também é local de chegada e permanência.

O repertório interpretativo delas funciona como um arcabouço de palavras-sentido que, não somente lembra-as quem são ou, pelo menos, quem pretende ser, como também dá vida aos seus desejos e vontades. Butler (1991) conceitua esta possibilidade das palavras em liberar os significados e torná-los ação como performatividade. Para a autora, a linguagem que se refere aos corpos não apenas os descreve, mas, no mesmo instante em que os nomeia, produz os corpos e os sujeitos, não somente definindo-os, mas estabelecendo os papéis considerados únicos a serem interpretados por estes corpos e sujeitos por ela criados.

⁷ Processo através do qual, as normas sexuais precisam ser constantemente citadas, reconhecidas em sua autoridade para que possam exercer seus efeitos, (BUTLER, 1999).

CAPÍTULO V

EDUCANDO OS CORPOS E OS PRAZERES

Trata-se sempre de atingir a consciência, para libertá-la, reeducá-la ou dominá-la (SILVA, H, 2006, p.55).

5.1 A Cena e as Práticas Educativas

O espaço onde se dá a cena educativo-preventiva voltada para as travestis é visto pelos outros segmentos sociais (heteronormativos), como um local de encontro de sujeitos considerados promíscuos, desregrados e transgressores da ordem social vigente. Entretanto, a dinâmica interna da Ong, apesar de acolher as singularidades destes sujeitos e, de certa forma, ver-se envolvida e co-participante dos erros e acertos deles, procura manter-se em um plano de respeito e luta pelos direitos humanos e sociais dos mesmos. Na observação da relação desta instituição com a vizinhança local, pode constatar uma convivência harmônica e tranqüila.

Os moradores locais parecem estar acostumados com o fluxo constante das travestis que entram e saem da instituição á todo momento e não se sentem incomodados com isso, pelo contrário, muitos mantêm uma relação de amizade, incluindo trocas de favores e compartilhamento de atividades e espaços de lazer. Não são, portanto, estes sujeitos que preocupam ou maltratam as travestis e sim aqueles denominados pelas trans como *transfóbicos*, isto é, pessoas que odeiam travestis, transexuais e trangêneros.

Até a sigla do nome real da Ong Flores da Noite suscita, muitas vezes, risos de escárnio entre estes sujeitos. Esta sigla conforma uma palavra que, na linguagem sexual brasileira (ARARIPE,

2002) se relaciona à prática do sexo anal e, por isso, falantes apressados e – na linguagem das travestis investigadas – “desavisados”, afirmam ser esta palavra perfeita para nomear uma instituição voltada para os interesses desse segmento da sociedade.

Mas não é por esta causa que as travestis estudadas vieram fazer parte desta associação. Muitas são as suas razões, nenhuma, entretanto se relaciona com isso como esclarece Orquídea “*Eu tava em um momento de desespero na minha vida, eu tava me prostituindo*”. Foi a angústia, o desespero que a trouxe para a instituição; foi o desejo de falar de si, de conhecer outras travestis, de ajudar que a motivou a continuar, confirma “*E aí eu dei prá freqüentar todas as reuniões*” (Orquídea).

Outras travestis já eram participantes das atividades promovidas pela Ong fundadora (Z) antes da criação da Ong Flores da Noite(X) e passaram a freqüentar as reuniões desta, por se sentirem mais acolhidas neste espaço e si identificarem com as condutoras das atividades da instituição. “*Eu já era freqüentadora do Z. Depois veio a X, aí eu decidi que a minha reunião era a da X que eu continuei freqüentando*” (Hortênsia).

Também Violeta relata uma trajetória semelhante: “*eu conheci a X através do Z, porque ainda não existia a associação de travestis; depois foi fundado o grupo e dado o nome de X*”.

Através da divulgação feita pelas travestis que freqüentam as reuniões e com a ajuda de uma delas que funciona como articuladora entre a Ong Flores da Noite e as travestis prostitutas, novas travestis visitam a instituição e passam a freqüentar suas reuniões, fazendo deste espaço um local ideal para que se dê a cena educativa, uma vez que o processo educativo não se prende a locais específicos como a escola formal, mas extrapola para todos os espaços sociais onde há interação humana.

Este local abre-se para trocas de experiências, lições, aprendizagens, enfim para as interações sócio-culturais próprias do aprender sobre si, sobre seus direitos/deveres e sobre saúde e prevenção. *“Aprendi prevenção, comportamento, como lidar com os policiais quando a gente é autuada, aprendi cuidados com o ato de usar silicone”*, afirma Hortênsia.

A contradição no discurso de Hortênsia que, afirma neste relato ter “aprendido prevenção” e, em anteriormente ter revelado “já ter corrido alguns riscos”, confirma que as atitudes das pessoas frente à AIDS são coerentes, embora não exclusivamente, com o conhecimento e a percepção que elas possuem do problema. É importante destacar que essa percepção influencia fortemente não só a própria quantidade e qualidade de informação que é efetivamente assimilada, como se reflete nas atitudes assumidas frente à questão, neste caso, de manejar com o risco de contrair HIV/AIDS (FERNANDES, 1994).

Dália associa aprendizagem à proteção: *“Eu fui lá buscar informações sobre como usar a camisinha, sobre quando pegar um homem e fazer ‘um teste’, assim ‘no disfarce’. Pegar na ‘mala’ prá ver se tem alguma coisa”* (mala é um termo êmico para a palavra pênis). O “teste” consiste em segurar o pênis do cliente com uma das mãos e exercer pressão durante todo o seu alongamento, verificando se o cliente sente dores. A expressão de dores à menor pressão, indica a existência de alguma doença sexualmente transmitida.

Esta é uma das razões pela qual reunião é referida como uma atividade que possibilita a troca de informações, um momento de tirar dúvidas e reforçar o compromisso com a proteção do corpo e da saúde de cada uma. Hortênsia afirma: *“Eu abri muito minha cabeça sobre doenças sexualmente transmissíveis e sempre busquei as reuniões prá tirar dúvidas sobre sexo oral”*.

Margarida confirma: *“Aprendi muita coisa em relação às doenças sexualmente transmissíveis.*

Coisas que eu não sabia”. Rosa em seu depoimento reitera o compromisso daquelas que fazem parte da instituição: “*Desde que eu estou na instituição (X), eu já tô ciente que eu não posso fazer sexo sem preservativo*”.

Estas aprendizagens são viabilizadas através de um processo nem sempre consciente, mas ainda assim pedagógico que se apóia no uso de pequenos meios de comunicação, ou seja, folhetos, cartazes, textos de revistas e jornais, que são vistos pelas travestis de diferentes formas. Algumas aprovam totalmente os materiais utilizados:

Eu acho que os materiais são bons porque são predestinados prá travestis (Orquídea). Eu já li, eu achei assim magnífico, é um material interessante (Margarida).

Os materiais estão ali prá gente saber como é a vida na rua e aprender que a rua é arriscada e precisamos ter cuidado (Dália).

Entretanto outras apontam restrições em relação à forma da linguagem utilizada no material ou ao recurso como um todo:

São bons aqueles que falam do nosso jeito. Os outros, eu não entendo (Rosa).

Eu acho que não é bastante. Tem que usar todos os meios de comunicação. Quando se fala de informação prá pessoa ficar bem informada, não é o bastante. É o que eu acho. (Hortênsia).

Tem coisas que a gente não entende, porque não tem a linguagem da gente, mas é só perguntar como é (Acácia).

Violeta também confirma a limitação do material educativo em relação àquelas travestis que não sabem ler: “*Eu leio muito as cartilhas, coisas de prevenção. Eu acho muito bom, mas nem todas lêem, ou sabem ler. Precisa pensar nelas também*”.

Fazendo uma leitura reflexiva de alguns materiais educativos produzidos pela instituição, constatei a utilização de vocábulos que são correntes nas conversas das travestis, além de serem usadas ilustrações fazendo relação direta àquilo que estava escrito, comprovando assim, uma preocupação relacionada aos diferentes graus de escolaridades das travestis que freqüentam as reuniões da instituição.

A linguagem utilizada nas reuniões, ou como dizem as travestis “o jeito de falar” das condutoras e das demais participantes é visto por quase todas como “fácil de entender”, justificando essa “facilidade de entendimento” ao fato de que a AIDS já existe há muito tempo e, muitas campanhas de comunicação de massa foram feitas com o objetivo de disseminar informações sobre essa doença, tal como afirma Rosa; *“a aids já tem tempo, então a gente já cientizou do problema da doença”*.

Algumas entrevistadas reforçam a declaração de Rosa enfatizando a importância dos materiais e práticas comunicativas se apropriar do repertório interpretativo dos sujeitos aos quais estes materiais e práticas se destinam. É preciso que os materiais e práticas educativas possuam uma linguagem que permita o diálogo e o entendimento das mensagens que se pretende compartilhar, ou seja, estas práticas e materiais educativos precisam ser culturalmente e linguisticamente sensíveis. Os relatos das travestis abaixo indicam que não somente a “facilidade” de entender a linguagem é necessária como característica da aprendizagem individual, mas, esta “facilidade” deve estar inserida no repertório lingüístico utilizado.

Eu sempre tive essa facilidade de ‘pegar’ as coisas, de aprender o que está estudando, de aproveitar. Não que eu seja formada, nada disso (Hortênsia).

Na reunião é a gente que fala do nosso jeito. Não tem aquela coisa de falar bonito. A gente se entende na nossa fala (Margarida).

Outras travestis relatam que nem sempre a linguagem é entendida por causa dos diferentes graus de escolaridade e de um aspecto da cultura trans que, às vezes, interpretam pessoas mais requintadas no comportamento ou na linguagem, como alguém que quer “dar close” (termo êmico referente à ação de se mostrar, parecer melhor que o outro) nelas. A fala de Orquídea ilustra bem esta situação.

Se a gente for falar ‘advocacy’ pras travestis, elas vão dizer que eu quero ser melhor do que elas, que eu tô dando close. Eu vou ter que usar uma linguagem bem simples. A linguagem delas.

Para Violeta alguns materiais e linguagens utilizadas nas reuniões dependem de conhecimento prévio. Ela identifica esta situação como um obstáculo ao entendimento das mensagens educativas, já que as participantes têm diferentes de níveis de conhecimento das práticas preventivas.

Eu entendo porque já tenho conhecimento através das leituras que faço sobre prevenção. Nem todas entendem porque cada qual tem seu método de aprendizado. Cada pessoa recebeu educação de um jeito. Muitas não têm nem o primeiro, nem o segundo grau completo. Às vezes, se torna um pouco difícil [a linguagem] (Violeta).

Como podemos observar através dos relatos expostos, perpassa na realização das práticas educativas diferentes entendimentos, necessidades informacionais, motivações, poder de vocalização, dinâmicas comunicacionais e linguagens. Estes diferentes elementos são componentes indispensáveis a serem considerados quando pensamos na elaboração e realização das práticas de educação em saúde.

Neste estudo, as práticas educativas não são entendidas como algo oposto à teoria, mas como um curso de ações pautadas culturalmente, um modo estabelecido de realizar certas tarefas. A realização das práticas, então, envolve uma multiplicidade de ações e acontecimentos produzidos por seus protagonistas, neste caso, travestis educadoras e as participantes dos encontros educativos. Uma prática educativa envolve ações e acontecimentos protagonizados por atores em uma narração com sentido compartilhado. Essa coerência e esse fio condutor – cultura – que os passos de uma prática apresentam também lhes conferem uma enorme força educativa na medida em que os protagonistas estão mergulhados em uma cena educativa.

As práticas são educativas na medida em que foram pensadas para educar. Uma prática ensina na medida em que mergulha seus participantes em um curso previsto de ações que são lentamente incorporadas no cotidiano. Assim consideramos que, somente quando novas práticas são agregadas ao saber-fazer, saber-dizer e saber-pensar cotidiano é que elas ganham sentido e utilidade para os sujeitos. É no cotidiano que as contradições, os paradoxos, as ambigüidades, as insuficiências, os inacabamentos, as necessidades, as rotinas e os conflitos apresentam-se como faces inerentes à especificidade humana. E esta deve ser considerada se pretendemos desenvolver práticas educativas mais significativas.

Para Puig (2004), uma prática educativa não existe até que a ação humana lhe dê vida real ao criá-la ou reproduzi-la. O autor alerta, entretanto, que as práticas não podem existir sem o molde cultural prefigurado que encaminha o fluxo da ação. Daí a importância de se considerar a cultura em que os sujeitos para qual esta prática se volta estão inseridos. O conceito semiótico de cultura proposto por Geertz (1989) pode contribuir neste sentido. Ao considerar a cultura como teia de sentidos, o autor nos conduz à reflexão de que os sujeitos atribuem sentidos e significados à

todos os elementos que configuram o seu mundo. A prática educativa é um desses elementos e, portanto, também é perpassada pela cultura.

As práticas assim vistas, não ocorrem no vazio, mas em contextos específicos. Macedo (2000) afirma que os contextos não são equivalentes aos meios físicos e que eles são construídos por pessoas. Ele ressalta que pessoas em interação servem de ambiente uns para os outros, assim, o contexto é uma construção onde a intersubjetividade é condição incontornável.

A prática educativa precisa ser vista como lugar de encontro entre a ação do sujeito e a cultura de uma comunidade, considerando que é o sujeito que dá vida ao meio cultural e o transforma por meio das práticas e é por elas transformado em uma relação dialógica e dialética.

Subjacente às práticas educativas sempre existem objetivos previstos que devem ou, pelo menos, tentam ser alcançados ao final de tais práticas. Esses objetivos nem sempre estão inteiramente explícitos para todos os atores envolvidos na cena educativa e nem são totalmente por eles assumidos.

5.2 A gente conversa, a gente se entende: Vamos falar de que?

Ao longo de dez meses de observação, as reuniões seguiam sempre a mesma dinâmica. As condutoras das atividades educativas chegavam mais cedo para organizarem o espaço já que o mesmo é dividido com a Ong sede, pois a Flores da Noite ainda não possui espaço próprio. Se por um lado, as travestis podem contar com a infra-estrutura existente sem a necessidade de arcar com as despesas, por outro, não há uma personalização do espaço nem respeito às atividades preventivas desenvolvidas. Muitas vezes, membros da equipe de coordenação da Ong sede, entravam espalhafatosamente durante as discussões dos temas e desconcentrava toda a audiência.

Às vezes, não somente as travestis estavam presentes. Homens com aspecto excessivamente viril também apareciam nas reuniões. Constatei posteriormente que se tratava de “maridos” ou “vícios” de algumas travestis, mas também de homens da rua procurando sexo.

Em muitas reuniões, condutoras e participantes confundiam as normas comportamentais do espaço institucional com aquelas vigentes nos espaços íntimos ou familiares. Um caso em especial chamou-me atenção. Em uma das reuniões, poucas travestis haviam chegado e não havia começado a discussão do tema selecionado para aquele dia, mas, uma delas estava com o projetor multimídia exibindo fotos do seu aniversário. Inicialmente vi esse procedimento como fortalecedor de laços de amizade tão importantes para o universo trans. Entretanto com o decorrer da exibição, as fotos tornaram-se picantes e já beiravam a uma seqüência de fotos pornográficas quando esta ação foi interrompida por uma das condutoras afirmando não ser este o local para aquela atividade. A trans que exibia as fotos reconheceu que estava errada e encerrou a mostra. Depois deste fato, refleti o quanto este espaço é familiar e significativo para estas travestis. Elas verdadeiramente se sentem acolhidas nele.

Mais uma vez antes de começar a reunião, os avisos foram dados, e todas foram questionadas sobre como foi a semana. Perguntas como: Como está a violência em seu ponto de batalha? Alguma foi agredida ou presenciou alguma agressão esta semana? Soube de alguma travesti doente? Tem gente nova nas ruas? Este procedimento me pareceu como uma forma de conectar o tema selecionado para discussão com o cotidiano imediato delas. Depois dos relatos, alguns calmos, outros bastante agitados; iniciava-se a exposição do tema com a participação sempre assimétrica de todas. Assimétrica porque todas estavam presentes, mas, nem sempre queriam falar. Os atos de fala (IÑIGUEZ, 2004) colocam em prática a idéia, o pensamento do falante

sobre alguma situação ou fenômeno. Entretanto, o locutor precisa estar emocionalmente envolvido com esta situação/fenômeno. Esta constatação de Iñiguez nos dá uma pista sobre as diferentes participações discursivas nas reuniões.

É o envolvimento/ identificação com o tema que dá o tom da fala e que impulsiona ou não a oralidade nas discussões. Acácia relatou-me que não é de *muita fala*, mas, às vezes, dá a sua opinião nos assuntos que gosta. *Quando eu quero falar, peço licença e falo mesmo. Se eu não falar, como poderemos nos ajudar?*

As travestis sentem-se identificadas com os temas discutidos porque eles se referem diretamente aos problemas e dificuldades que elas enfrentam no seu cotidiano pessoal e profissional. Questões como: uso de silicone, uso de hormônio, formas de depilação, cuidados no uso do preservativo, estratégias para fugir da violência policial, formas de verificar se o cliente está com alguma DST, são tratadas semanalmente nestas reuniões e outros temas que sejam sugeridos pelas travestis.

Entre os temas mais recorrentes estão o uso do silicone e hormônio e a violência policial. Esta repetição (citationalidade) parece indicar que estes temas são constitutivos do universo das travestis. O silicone e o hormônio são as matérias com as quais as travestis se constroem, tornam-se o que são ou querem ser. A violência policial aparece nas discussões não somente como violência em si (agressão física, morte, roubo), mas, principalmente como uma forma de destruir o sonho delas, pois, ao colocá-las em risco de morte imediata, impede o sonho de continuar a transformação do corpo para “estar mulher”.

Os temas são do dia a dia e eu acho que vale a pena. Eu tô sempre indicando temas que venham do nosso dia a dia (Violeta).

Depende do tema. Muitos são interessantes. O tema dessa semana é família. Eu já passei muitas dificuldades com a minha; coisas boas, coisas ruim. São temas interessantes que tem a ver com a nossa vida (Camélia).

Segundo uma das entrevistadas, as reuniões não eram temáticas; *“eu tô achando interessante porque antigamente não tinha essa coisa”*, o que indica que em determinado momento, algo levou as condutoras das reuniões a adotarem a discussão de temas nas reuniões. As afirmações das outras entrevistadas sobre a “liberdade de expressão” que existe nas reuniões pode ser uma pista para a sugestão e adoção de temas. Todas as travestis expressam dialogalmente a sua liberdade em falar nas reuniões, entretanto, percebem essa oportunidade de falar livremente de diferentes formas:

Pode falar sim. Tem debate pra gente falar (Rosa).

Eu sou uma pessoa muito comunicativa e sempre tive liberdade pra falar. Também já sou um personagem ali dentro daquela X (Hortênsia).

Eu não tenho restrição nenhuma. Quando eu quero participar eu digo o que penso, o que eu aprendi e basta (Violeta).

Toda vez que eu freqüentei e quis falar, eu sempre falei. Nunca tive nenhum problema (Camélia).

Eu falo o que eu quero e me sinto como se fosse a minha casa (Dália)

Estes entendimentos indicam três posições:

1. A reunião é percebida como espaço para debater questões da vida das travestis onde todas têm direito de falar (Rosa, Dália).
2. O poder ou a oportunidade de falar está relacionado à capacidade comunicativa da participante e a sua antiguidade na instituição (Hortênsia).

3. É o caráter democrático da abordagem das condutoras das atividades educativas da instituição, que favorece a participação espontânea e igualitária das travestis nas reuniões. (Camélia).

Estes diferentes entendimentos podem estar indicando a existência de algum “ruído” nas práticas comunicativas utilizadas nas reuniões, principalmente no que diz respeito à distribuição das oportunidades de fala. O processo de comunicação que perpassou as reuniões observadas era muito confuso. Algumas travestis eram vetadas de falar enquanto outras monopolizavam a fala durante muito tempo impedindo que outras colocassem seu ponto de vista. As travestis impedidas de falar ou solicitadas a falarem pouco eram taxadas de “bicha maluca” (anotações do campo 06 e 20/09/2006). Posturas como a de Hortênsia, eram constantes. As travestis “tomavam” a palavra bruscamente não permitindo a falante anterior terminar seu relato/opinião. Outras como, Camélia e Rosa pareciam gozar de uma simpatia maior das condutoras das atividades e das demais participantes, assim, suas falas eram bem-vindas e, as mesmas não eram interrompidas ou rechaçadas. Em um modelo de comunicação mais democrático a distribuição de poder de vocalização seria mais igualitária proporcionando as falantes a oportunidade de não somente apresentarem as suas opiniões/relatos como também ouvirem e refletirem sobre as opiniões/relatos das outras falantes em um processo incessante de aprendizagem compartilhada. Merchán-Hamann (1999) entende que para que haja democratização no processo comunicativo é necessário à reestruturação da relação educador - educando. Essa mudança implica na construção de uma comunicação que não seja a mera extensão de conteúdos, mas um ato interativo e dialógico com a participação ativa do educando dentro de uma relação simétrica entre o poder de vocalização do educador e do educando, mas reconhecendo a assimetria entre os seus saberes que se complementam nas suas diferenças.

5.3 Ong Flores da Noite: um espaço para encontros significativos

As entrevistadas se referem aos encontros (reuniões) de diferentes formas, mas sempre convergindo para a idéia de que a Ong Flores da Noite é um lugar significativo para elas. Segundo Rangel (2005), um local significativo é aquele que permite uma interação reflexiva entre os que nele estão, propiciando assim, uma comunicação efetiva. Neste tipo de interação o que se comunica não são somente informações sobre o que pode ou não pode ser feito em relação à saúde, mas principalmente é comunicado que estes sujeitos conseguem se entender porque compartilham de uma mesma cultura que funciona não somente como codificador de sentidos e significados, mas também como um elo de coesão grupal.

Para esta autora, espaços significativos são aqueles que garantem aos pares se falarem e se ouvirem, horizontalizando relações de poder, alternando os lugares de dominação da fala, e assegurando que a ação entre os diversos pares comunicantes possa ser efetivada, num jogo de perguntas e respostas e de co-construção da realidade que pode propiciar encontros significantes e uma relação de comunicação aberta em que os atores se reconheçam uns aos outros, com seus signos e significados, sua linguagem e suas formas de expressão.

O encontro é então, uma conversação, um diálogo. A conversação que é travada em um encontro é resultado de um encadeamento de atividades comunicativas verbais e não-verbais, desenvolvida por indivíduos que interagem entre si e que constroem, pouco a pouco, o sentido de suas ações tendo como base uma bagagem cultural comum e uma disponibilidade à comunicação igualmente compartilhada.

O encontro significativo se estabelece mais do que nos simples episódios comunicativos, no processo de interação entre os interlocutores, o qual não pode omitir as atitudes dos

protagonistas, suas crenças, finalidade e motivações individuais que, ao mesmo tempo, tornam único o seu desenvolvimento. Há necessidade de conhecer as motivações que trazem os sujeitos para o encontro. O que acontece nestes encontros pode servir como uma pista.

Freire (1980) afirma que são nos encontros que temáticas significativas são discutidas. Nestas temáticas estão contidas, aspirações, motivos e objetivos humanos. Para o autor, os temas são significantes porque geram reflexões sobre os sujeitos, suas vidas, percepções e comunidade de pertença. Nos encontros significativos se desenvolve não somente um trabalho terapêutico, mas também práticas de reflexivas que contribuem para a elevação da auto-estima de todos os participantes deste encontro.

Para Moreno (*apud* BUSTOS, 1982), o encontro acontece quando nos colocamos no lugar do outro, sentindo com o outro as suas dores, alegrias e medos. Seu principal lema era:

Um encontro entre dois: olho a olho, cara a cara. E quando estiveres perto, arrancarei teus olhos e os colocarei no lugar dos meus e tu arrancarás meus olhos e os colocarás no lugar dos teus. Então te olharei com teus olhos e tu me olharás com os teus. (MORENO *apud* BUSTOS, 1982, p. 14).

Moreno com esse lema reflete sobre o sentido de entrega que está subjacente a um verdadeiro encontro. O encontro significativo depende então do compromisso emocional de participação, interação e mútuo reconhecimento de pertença grupal. Os encontros são oportunidades para o diálogo. É pelo diálogo que os sujeitos se aproximam uns dos outros, desarmados de qualquer preconceito ou atitude de ostentação. No diálogo, as pessoas são livres para desejar, cultivar e estabelecer novos encontros.

Os temas discutidos nos encontros e a possibilidade de falar, sem ou com poucas restrições contribuem para que a instituição seja vista como *espaço de igualdade e sociabilidade* entre as travestis. Esta necessidade de “se encontrar” é referida por uma das informantes como muito importante, pois muitas delas “batalham” em lugares distantes e se vêem muito pouco o que contribui para a falta de coesão grupal e sentimento de pertença tão necessários a um grupo considerado como “de difícil acesso” (GÓIS, 2003).

Eu acho que elas têm que se encontrar semanalmente porque elas têm pontos diferentes. Elas têm de se comunicar. Elas têm que se encontrar. A reunião é um bom lugar pra elas conversarem e botar os pontos nos is (Margarida).

A instituição então, é vista como integrante de uma rede de apoio social que pode abranger a casa das amigas, de alguns familiares mais íntimos e outros locais de suporte social que são construídos nos “pontos de batalha”, tais como os bares e boates que funcionam a noite inteira. São nestes locais que algumas travestis, finalizam sua jornada e trocam as roupas de trabalho por outras do cotidiano antes de retornarem para casa. Ver a instituição como espaço de coesão grupal é importante porque,

Quando os sujeitos, mesmo informados, não se sentem apoiados, procuram outros espaços onde serão colocadas outras oportunidades de apoio, pois, na medida em que os sujeitos se sentem apoiados, ficam mais seguros para se lançar no mundo, para falar e escrever sua própria história (OLIVEIRA, 2003, p. 37).

As demais, além de concordarem com o relato anterior, concebem as reuniões como *espaços de lazer, amizade e formação identitária*;

Uma conhece a outra. A gente busca amizade nova (Rosa).

A gente gosta da reunião porque vai ver outras (Hortênsia).

O que eu gosto mais é aquela coisa de interagir ali com o grupo, com todo mundo (Violeta).

Quando eu passei a ir pras reuniões, eu passei a conhecer gente nova muito interessante (Camélia).

O que eu gosto é que a gente discute sobre a nossa realidade e desabafa os problemas (Orquídea).

As falas das informantes deixam antever que são nos espaços reconhecidos como de suporte social que a subjetividade se desenvolve. Entretanto essa subjetividade somente pode ser vivida em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dêem significado à experiência que o sujeito tem de si mesmo e no qual ele adota uma identidade, neste caso, uma identidade sexual e de gênero. Para Louro (2004, p. 16), “*existe um trabalho pedagógico contínuo, repetitivo e intermitente que é posto em ação pelos aparelhos coercitivos da sociedade para inscrever nos corpos o gênero e a sexualidade considerados legítimos*”. Aqui a instituição funciona como espaço de construção identitária, fortalecendo a identidade travesti e indo a uma posição contrária às pedagogias sexuais fundadas na perspectiva essencialista de explicação da sexualidade.

Outras travestis percebem a instituição como *espaços educativos onde informações sobre prevenção, direitos humanos e cidadania* trans são discutidos. Os temas mais recorrentes que foram discutidos durante o período observado foram: o cuidado no uso de silicone e hormônio, violência urbana, discriminação e preconceito contra as travestis, relações amorosas e familiares, mercado de trabalho e continuidade dos estudos, etc.

As inquietações e dúvidas das travestis são expressas no pedido recorrente da repetição destes temas. O uso do silicone e hormônio é indispensável na construção das travestis enquanto sujeito e, principalmente para aquelas que são profissionais do sexo. Ter atributos caracteristicamente

femininos lhes garante maiores demandas de clientes. Por isso, informações sobre o melhor tipo de silicone, onde adquirir, onde encontrar uma boa bombadeira, quais os cuidados necessários na hora da bombagem são bem-vindas, pois em cada encontro, novas travestis estão chegando. Outro tema que era discutido em todas as reuniões acompanhadas foi a violência policial. Isto porque no cotidiano da prostituição travesti, a violência policial é uma constante. Espancamentos, prisões desnecessárias, violência sexual, chantagens, roubos, todo tipo de agressão é empregada por muitos policiais. As reuniões sempre começavam com uma rodada de depoimentos pessoas sobre como foi a semana nos territórios de prostituição.

O que eu gosto mais é saber que tá todo mundo ali discutindo seus erros, seus acertos. A gente vai sabendo que existe uma diversidade de pensamentos e idéias e sabendo respeitar os outros (Violeta).

É um momento que é só pra falar dos nossos direitos, nossos deveres (Orquídea).

Também Oliveira (2003) concorda sobre a necessidade da existência de espaços para que os diferentes segmentos da sociedade possam expressar suas idéias, obter informações que sejam do seu interesse e fortalecerem a sua cidadania. Para a autora,

a sociedade está sempre constituindo normas que buscam enquadramento dos indivíduos. No entanto, existem condições que permitem a autonomia de pensamento e, correlativamente, condições sociais, culturais e históricas de possibilidades de inovação e evolução do domínio do conhecimento e da ação. As possibilidades de enfraquecimento ou atenuações das normas são diretamente proporcionais à possibilidade de existência de uma vida cultural dialógica, dinamizada pelo calor cultural, em que haja possibilidade de expressão das diferenças. Tais condições só surgem em ambientes que permitem o encontro, a comunicação e o debate de idéias (OLIVEIRA, 2003, p. 41).

Entretanto nem todo tipo de espaços pode ser visto como “seguro” para a exposição de pensamentos e idéias que divergem das normas sociais vigentes. Giddens (2002) explica que

somente quando há confiança é que práticas educativas são compartilhadas e incorporadas. A confiança funcionaria então como um dispositivo de triagem em relação a riscos e perigos que cercam a ação e a interação. Para o autor, a confiança é o principal suporte emocional de uma carapaça defensiva ou casulo protetor que todos os indivíduos carregam como meio de lidar com os assuntos cotidianos tendo a consciência de que a manutenção da vida, nos sentido corporal e da saúde psicológica, está inerentemente sujeita ao risco.

Outra concepção corrente entre as travestis é a de que as *reuniões são momentos de compartilhamento de experiências e aprendizado* sobre a dinâmica do universo trans;

A gente fala dos problemas, do perigo que a gente passa. Elas dão informações, conselhos. A gente fica sabendo das coisas. Fica mais atenta (Orquídea).

Eu tô aprendendo muita coisa lá. Tem coisas boas pra saber, sei lá, sobre as doenças, sobre os direitos da gente (Margarida).

As reuniões ajuda porque me lembra sempre de usar o preservativo e ensina sobre as doenças (Rosa).

A vida é feita de pequenas coisas e a gente tá sempre aprendendo; a gente nunca sabe tudo. A travesti, ela se espelha pelo espelho da outra (Hortênsia).

A gente vai aprendendo vendo o que cada uma já passou e o que a gente pode passar e ir se espelhando naquilo (Camélia).

As falas de Hortênsia e Camélia refletem a idéia de que não é somente através de discursos – palestras, depoimentos – que a cultura preventiva é ou não incorporada, mas prioritariamente através do comportamento, dos gestos, da corporificação das ações. Entre o ouvir, o aceitar, o apreender e o fazer, existem múltiplas razões/situações que impedem ou fortalecem a adoção de práticas sexuais mais protegidas - protetoras entre as trans que se prostituem. Relações harmônicas com familiares e demais redes de apóio, constituem-se como fatores de proteção,

porém, a desvinculação com estes suportes sociais associada às condições precárias de moradia e alimentação faz com que, muitas travestis se submetam às situações de risco na tentativa de assegurar a sobrevivência imediata, situação já constatada nos relatos das travestis entrevistadas por mim em uma pesquisa anterior (SANTOS, 2002).

Elas também chamam atenção para um importante aspecto a ser considerado no processo de aprendizagem: *o caráter e a liberdade de escolha* de cada uma em relação a incorporar ou não as informações que lhes chegam, independente das condições objetivas em que vive. Sobre este aspecto da prática educativa, Fernandes (1994) concorda que é fundamental reconhecer clara e explicitamente a responsabilidade e livre arbítrio dos cidadãos em definir a conduta que lhes convém relação aos riscos de contaminação pelo HIV/AIDS.

Em relação ao compartilhamento de experiências vividas como forma de aprendizagem de estratégias de prevenção do HIV entre as trans profissionais do sexo, Violeta diz:

A gente lida com vários tipos de pessoas, umas que acreditam, outras que não. Eu acho que cabe de cada uma; isto é uma coisa de caráter de cada pessoa, isto vem de dentro da pessoa. Eu acho que cada qual vai agir de sua forma, agora sempre lembrando que o que tá passando ali são coisas boas que a gente quer pra cada pessoa.

Dália e Acácia apontam para algumas mudanças na dinâmica de funcionamento da ONG que, segundo a opinião delas, melhorariam as atividades da instituição e trariam mais participantes:

As brigas e confusões são bastante ruins. Às vezes alguma tá falando e a outra interrompe, não pede licença. Ela poderia levantar a mão e esperar a sua vez (Acácia).

Eu queria que aparecessem mais travestis. Que fizesse um trabalho nos locais de prostituição, que levasse folhetos e preservativos lá, avisando que tem a reunião, que é um espaço delas prá conversar, trocar idéias e conhecer seus direitos e deveres; porque a gente também tem deveres e não só direitos (Dália).

Os relatos acima destacam componentes considerados indispensáveis à prática educativa. As práticas de educação em saúde necessitam de um ambiente amigável aliado ao reconhecimento de que este espaço educativo deve ser legitimado como pertencente às travestis contribuindo assim para a constituição delas enquanto sujeitos ativos na construção e fortalecimento da sua cidadania e saúde. Para Oliveira (2003), locais como estes, seriam ambientes de produção de informações, constituído pela relação de uma diversidade de conhecimentos e conhecedores tendo como base o respeito à diferença. Nestes locais, o processo de construção do conhecimento vai-se constituindo a partir da inserção em um dado espaço cultural onde os problemas a serem resolvidos, vão emergindo na convivência, efetiva e afetiva, com os pares comunicantes em um processo de interação contínua.

5.4 Condutoras de Reunião ou Trans Educadoras?

Durante o trabalho de campo, a liderança das reuniões e demais atividades da instituição se alternaram entre suas “condutoras de atividades educativas”. Anteriormente estas reuniões eram conduzidas pela presidente da instituição que faleceu no decorrer desta pesquisa. Além dela, outras travestis que estavam “se capacitando” eram chamadas a conduzir algumas reuniões como forma de testar seus novos conhecimentos.

Através deste processo e, com a morte da presidente anterior, a vice-presidente assumiu e iniciou a sua aprendizagem de como administrar a instituição e conduzir as atividades educativas que esta realiza e, dentre elas, as reuniões com as travestis. Neste período ainda inicial de aprendizagem, a nova presidente passa por um processo de “liderança tutelada”, ou seja, duas outras trans que são líderes de Ong ajudam-na a aprender o seu novo ofício: ser uma trans

educadora. Os registros etnográficos aqui apresentados referem-se às entrevistas e observações da performance pedagógica realizada com as trans que tutelam a aprendiz de educadora no universo trans.

Neste momento procurou-se conhecer a trajetória de formação delas como líderes e como são pensadas as atividades de prevenção, pontuando possibilidades e limites desta ação a partir dos olhares e relatos das informantes.

Na trajetória de formação política das trans educadoras entrevistadas, a Ong Z aparece como um ponto de partida de um processo evolutivo que se constrói diariamente.

Quando eu vim pro Z, não vim pela minha própria vontade; eu vim indicada por liderança trans. O presidente do Z começou a me mandar fazer cursos fora do Estado e, nesses cursos eu aprendi a ministrar palestras. Cada dia eu aprendo mais. Cada evento que eu vou, cada participação que eu faço, eu tô aprendendo (Gardênia).

Através do Z eu aprendi muitas coisas. Eu não tinha muita experiência como militante, mas já tinha com a área de teatro. Militância eu aprendi na escola Z; liderança eu aprendi no dia a dia (Jasmim).

Apesar de participar de vários eventos promovidos por Organizações governamentais e não-governamentais nacionais e até mesmo, internacionais – relatos feitos nas reuniões observadas e conversas informais -, Jasmim não relaciona estas atividades como parte do seu processo de formação.

Em relação à seleção dos temas abordados nas reuniões que conduzem, as entrevistadas se diferenciam em suas formas de ação, variando de uma postura mais condutivista e, na concepção pedagógica freiriana vista como “bancária” até uma postura mais democrática e participativa. A postura condutivista se refere a uma tendência ainda marcante nas práticas de educação em saúde que parte da premissa de que alguém que sabe (condutor) deve transmitir seu conhecimento a

alguém que não sabe (conduzido) para que, com base nestes novos conhecimentos, modifique seu modo de andar na vida. Vale a ressaltar que, “as práticas educativas pautadas nesta perspectiva condutivista e normativa, demoraram, mas mostraram que aquisição de saber instituído não resulta, necessariamente, em mudança de comportamento” (GAZZINELLI, 2005, p.27). A fala de Jasmim denuncia o seu entendimento de que a escolha do tema a ser discutido e, portanto, a sua condução é um direito privativo às condutoras de atividades.

O primeiro passo que a gente faz enquanto militante para atuar numa reunião é escolher um tema que leve de acordo a necessidade da população (Jasmim).

Mas se a população – neste caso as travestis – não é consultada antes da escolha desses temas, como saber se os mesmos atendem as necessidades informativo-educativa delas?

Gardênia atua com uma postura que indica maior possibilidade de compartilhamento de idéias;

A gente tem optado por perguntar as trans o que elas querem que a gente fale. A gente aborda em cima do que elas querem ouvir. Eu acho que isso está fazendo um efeito legal porque têm aparecido novas trans que querem trabalhar com a gente.

O ato de liderar as trans no momento das reuniões é relatado como mágico-espiritual: “*eu acredito que, quando a gente tá liderando aquele momento, esteja com o espírito da liderança fazendo com que uma por vez possa falar enquanto a outra espera*” (Jasmim)⁸, ou habilidade construída a partir da referência positiva da trans educadora com as travestis que participam das reuniões da instituição;

⁸ Jasmim é “filha de santo” de um dos terreiros de candomblé da Bahia. Daí a clara influência da sua doutrina religiosa nos seus discursos e práticas.

É difícil quando se trabalha com trans, centrar-se em alguma coisa. Mas eu tenho um trâmite legal com elas e procuro fazer com que o máximo delas preste atenção (Gardênia).

A fala de Gardênia nos remete ao conceito de *líder carismático* desenvolvido por Weber (2002). Este modelo de liderança baseia-se na relação amigável e íntima do líder com os seus liderados que o segue dada a postura carinhosa e cuidadosa do mesmo para com eles, além da identificação dos seguidores para com o líder por compartilharem, a mesma fé e, no caso das travestis profissionais do sexo, a mesma cultura e contexto social.

Quando questionadas sobre as formas de utilização ou confecção dos materiais educativos produzidos pela instituição ou pela Coordenação Estadual de DST e AIDS mais uma vez as opiniões delas se dividem:

A gente tá lendo textos pedagógicos. O essencial é a gente tá lendo o material da coordenação estadual que atinja aquela população enriquecendo o nosso produto naquele momento (Jasmim).

Quando a gente vai produzir o material próprio da associação, a gente imagina que ele tem que ser lúdico porque as trans não gostam muito de ler. A gente tem material sobre DST/AIDS e cidadania. A gente usa esses para as trans e outros que a gente tem (Gardênia).

Em uma breve análise comparativa podem-se constatar alguns pontos que novamente caracterizam diferentes tendências pedagógicas servindo como base às práticas educativas destas trans educadoras. A fala de Jasmim evidencia uma aceitação plena de materiais produzidos pela Coordenação Estadual de DST/AIDS e a adoção da leitura de textos, o que parece estar distanciado da realidade escolar das trans que, na maioria das vezes, abandonam seus estudos muito cedo.

Esta falta de explicitação da base pedagógica e do modelo de prevenção adotado também é constatada por Camargo Jr. (2003) em relação às outras ONG: “o material educativo produzido por diversas ONG com – mais freqüentemente – ou sem suporte do governo federal possuem ênfase orientada à ação, sem maior elaboração teórica que explique o modelo adotado ou o porquê dessa adoção” (CAMARGO JR, 2003, p.72).

Uma vez que a aprendizagem destas trans educadoras se dá na interface dos encontros entre pares e as atividades promovidas pela Coordenação de DST/AIDS nas suas diferentes esferas, o que é aprendido nestes momentos muitas vezes se distancia do universo cultural das travestis e isso traz prejuízos à prática educativa, já que

Uma das conseqüências da adoção de um modelo teórico autoritário nas práticas educativas é a sua transposição mecânica a contextos diferenciados, já que não considera, na prática, a participação das pessoas na sua elaboração e desenvolvimento (FERNANDES, 1994, p. 174).

Gardênia demonstra uma preocupação de que a Ong Flores da Noite construa seus próprios materiais informativos - educativos e que eles sejam, de preferência, lúdicos, isto é: “*não colocar muito texto, colocar mais imagem*”, justificando esta decisão no fato de que “*as trans não gostam muito de ler*”.

O reconhecimento da necessidade e da importância em se planejar as práticas educativas novamente aproxima as entrevistadas:

Quando a gente vai falar em público, seja qual for o tipo de público, nós temos que primeiro planejar a nossa fala. Temos que ter e saber os pontos planejados da nossa fala para não nos perder. Quando a gente planeja, as perguntas que elas vão fazer, a gente vai saber por que a gente planejou (Jasmim).

Eu sempre planejo. Eu procuro em casa pesquisando alguma coisa a cerca do tema que a gente vai abordar, da ação que a gente vai fazer (Gardênia).

Esse “planejamento” nem sempre é sistematizado. Muitas vezes, não está “no papel”, o que não indica falta de preocupação ou desinteresse com o ato de planejar. Mas uma das entrevistadas adverte que o planejamento está cada vez mais longe do fazer cotidiano das militantes: *“o que eu vejo é que hoje em dia, tem muitas pessoas que perderam esse espírito de planejar”* (Jasmim).

Ao relatarem sobre a eficácia das ações de prevenção, baseadas unicamente na distribuição de folhetos e preservativos, as afirmações das entrevistadas afirmaram a crença na necessidade de interação/contato face a face com as trans e no compromisso delas em ter práticas sexuais protegidas – protetoras, demonstrando que apesar de considerarem os materiais educativos – informativos necessários, eles não bastam por si só. Ao contrário, elas consideram que a distribuição de materiais educativos não deve se constituir como a única base para as práticas preventivas.

O folheto é um complemento. Não adianta só distribuir o material se a gente não dinamiza com aquelas pessoas. O material prá nossa população não é muito forte. Não serve de base forte para aprendizado. Prá mim, somente 5% é utilizado por essa população (Jasmim).

Não são suficientes porque se a gente não tivesse o comprometimento das trans com a prevenção das DST e AIDS durante todo o ano, durante todos os dias, o folheto e a camisinha por si só não daria resultado. Se não, a gente não estaria reunida nas instituições (Gardênia).

O reconhecimento das entrevistadas sobre o limitado impacto causado pela distribuição de folhetos e preservativos também foi constatado por Fernandes (1994, p. 175) para o qual “as atividades educativas instantâneas como debates, campanhas, distribuições eventuais de preservativos, podem ser também de utilidade, desde que reconhecidos seus limites e, portanto,

assumidas suas possibilidades de impacto”. Segundo este autor é necessário a integração de atividades educativas massivas, grupais e individuais. A importância dessa diversificação de abordagens relaciona-se à própria natureza e complexidade do processo educativo e visa, em última análise, discutir e buscar a mudança das condições de vulnerabilidade que colocam as pessoas em situações de risco e, por outro lado, favorecer a reflexão e decisão individuais (FERNANDES, 1994).

Nestes relatos, as entrevistadas sustentam suas afirmações em dois pontos: se por um lado existe a necessidade de “dinamizar com as trans”; - dinamizar aqui entendido no sentido de movimento, ação, interação – pois “os materiais não são fortes”, ou seja, os folhetos e cartazes não são elaborados (conteúdo, linguagem e ilustração) de uma forma culturalmente sensível e inteligível às trans, afirmação também compartilhada por Fernandes (1994, p. 178), para o qual “a mudança de atitude em relação à epidemia do HIV não se processa de forma linear, através de estágios, mas antes através de um dinâmico e instável processo de aprofundamento progressivo destes diversos movimentos no decorrer do tempo”.

Por outro lado, é preciso se reunir e estar desenvolvendo uma pedagogia identitária, utilizando a citacionalidade (Butler, 1999) a favor das trans em prol de uma prevenção dialogada e conectada com a situação de vulnerabilidade a que elas estão sujeitas, pois é a partir da constatação da reunião como espaço de prevenção que as entrevistadas defendem a necessidade e a importância desta atividade como estratégia de aprendizagem e de acompanhamento do desenvolvimento de cada trans em relação à proteção da sua saúde.

Quando se fala sobre prevenção pra um grupo de pessoas, tem alguma que não tem muito discernimento, mas quando se chega ao final desta reunião, estas pessoas têm um despertar. Dentro desse período de tempo

que eu tenho trabalhado, eu tenho visto que elas têm esse discernimento que tem que usar camisinha e tá negociando com o seu cliente (Jasmim).

Quando nós trazemos as travestis pras reuniões prá estar participando de um convívio social com as outras é prá gente ver como está atuando e quais são as outras ações que a gente deve tomar para que elas possam ampliar mais essa proteção (Gardênia).

Apesar das reuniões serem consideradas espaços *odara* para as trans se encontrarem, algumas inovações são referidas pelas entrevistadas como necessárias para torná-las mais interessantes.

A gente faz sempre conversas ou então faz debate de grupo. As pessoas gostam muito de dinâmicas, gostam de brincar. Eu acho que essas coisas são muito importantes. A gente faz a dinâmica; tem que perceber e avaliar a dinâmica (Gardênia).

Tem uma coisa muito importante que eu sempre achei que precisa mudar: nós sempre estamos fazendo planejamento, mas é importante que quem sente a dor é quem sabe falar. Tem várias coisas que elas falam: hormônios, agressão física e verbal, são temas que a gente tem que priorizar (Jasmim).

Aqui se esboça uma pré-modelação de uma *pedagogia preventiva* que, segundo as entrevistadas, seria mais efetiva com as trans. Uma abordagem lúdica através de dinâmicas de grupo e planejada a partir dos temas suscitados pelas próprias trans. Mostra também, uma mudança na postura de Jasmim que, neste relato, demonstra ter refletido sobre a sua fala anterior a respeito da escolha de temas e, compactuando com Gardênia, passa a reconhecer a necessidade de ouvir e acolher os temas e idéias sugeridas pelas travestis antes de pensar as atividades educativas.

Esta constatação desvela a percepção das entrevistadas de que as ações executadas ainda não causam o impacto esperado como afirma uma delas;

O nosso trabalho é basicamente preventivo. A gente se resume a falar de prevenção com o material que nos é fornecido. O nosso recurso vem da coordenação estadual de DST e AIDS e a gente se contenta com o que tem e tenta fazer o que pode, mas a gente ainda faz uma coisa muito

superficial, precisa fazer uma coisa mais profunda, mais direta e mais decisiva (Gardênia).

Uma das grandes dificuldades na sustentabilidade das estratégias de prevenção referidas pelas entrevistadas é que instituição desenvolve suas ações preventivas através de projetos que são financiados pelo PN-DST/AIDS desdobrados nas esferas estadual e municipal. Os seguintes relatos referem-se aos projetos já realizados e aqueles que estão planejados e a relação difícil com estas diferentes esferas.

Os nossos projetos, como a gente trabalha com o Ministério da Saúde é sempre voltado na prevenção. Nos projetos sociais a Flores da Noite teve somente três: dois de cabeleireiros e um de corte e costura (Gardênia).

Quando os projetos não são aprovados nas seleções públicas, as ações restringem-se à distribuição dos folhetos já existentes e a dos preservativos assegurados pelo Ministério da Saúde, além do comprometimento das trans que conduzem a Associação e daquelas que participam das reuniões promovidas e “dão vida” ao espaço preventivo.

A gente tá desde fevereiro [2006] sem nenhum projeto e estamos constantemente aqui, atendendo trans, recebendo denúncias, levando preservativos, levando informação (Gardênia).

A descentralização do [recurso financeiro] federal para o Estado tornou a gente um pouco limitada em algumas ações. Se não tivermos recursos financeiros, nós não vamos conseguir dar continuidade aos nossos trabalhos (Jasmim).

A relação com a Coordenação Estadual do Programa de DST/AIDS é relatada como difícil porque “*o Estado tem uma burocracia muito maior do que a esfera federal*” (Gardênia), ao contrário do governo federal que “*tem boa vontade de tá atingindo a população GLBT que é vista como vulnerável*” (Jasmim).

Entretanto, quando se refere às ações preventivas voltadas especificamente ao segmento trans, admitem: *“parece que a base do governo federal tem ‘empacado’ quanto às políticas de prevenção e direitos humanos voltados para a população de travestis”* (Jasmim).

Este relato é confirmado por Gardênia que afirma categoricamente: *“Porque você nunca viu uma campanha veiculada pelo governo, pelo menos aqui no Estado [da Bahia] para as trans”* (Gardênia).

O novo governo⁹ parece despertar certa esperança nas trans educadoras em negociar uma melhor relação, estreitando laços e podendo traçar conjuntamente estratégias de prevenção das DST/AIDS e fortalecimento da cidadania das trans vivendo ou não da prostituição.

Nós militantes vamos discutir no novo governo muito e ‘puxando essa coisa’ de que queremos políticas prá travesti e transexual (Jasmim).

A avaliação dos projetos e práticas educativas divide as posições das entrevistadas que vão de uma extremidade a outra. Avaliar somente a partir do olhar dos técnicos do projeto ou a partir da opinião das travestis que participam das ações propostas nos projetos são estratégias avaliativas que mais uma vez denotam diferentes princípios que variam de uma gestão mais centralizadora a uma mais democrática.

Todos os projetos que nós fazemos, nós temos reuniões técnicas. De dois em dois meses, temos uma reunião prá que cada uma dessas pessoas fale sobre as ações desenvolvidas. Quando chega ao final do projeto; temos um conteúdo muito bom prá podermos ter mais eficiência (Jasmim).

⁹ O “novo governo” refere-se à eleição de Jacques Wagner como governador da Bahia e à segunda edição do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Este novo contexto político é singular, pois faz a conexão partidária (PT) entre a presidência da República e o governo do Estado da Bahia. Tal conexão é vista como favorável às negociações e lutas pelos direitos humanos e sociais do segmento GLBTT já que as bases do PT sempre se mostraram mais comprometidas com o respeito à diversidade sexual (conversas informais com as entrevistadas).

Hoje a gente tem por meta que, qualquer coisa que a gente vá fazer para as travestis, a gente tem que ouvi-las sobre isso. Quando finaliza o trabalho a gente faz uma reunião e avalia o trabalho; se foi legal, se foi impactante, o que faltou, o que melhorou. Eu acredito que todos os trabalhos que a gente faz, a gente tem que dar uma avaliada (Gardênia).

Note-se que nestes relatos, as entrevistadas não se referem ao uso de indicadores previamente estabelecidos para a avaliação dos projetos desenvolvidos nem tão pouco das estratégias para monitoramento destas ações com vistas ao resgate de alguma perda de direção em relação às metas estabelecidas.

Também a falta de definição do modelo preventivo adotado pode prejudicar o processo de avaliação, afirmação que compartilho com Camargo Jr. (2003, p. 72) quando diz: “uma vez que os modelos de referência teórica das intervenções não são explicitados, torna-se ainda mais difícil estabelecer processos de avaliação”.

Ressalto ainda que, são poucas as avaliações qualitativas em relação à atuação das Ong que trabalham com prevenção das DST/AIDS, isto porque, a tendência economicista que é vigente no PN-DST/AIDS centra a sua avaliação no binômio custo-benefício sempre em uma perspectiva quantitativa, não se preocupando em saber como estas práticas preventivas são vistas por aqueles que mais deviam importar ao programa: os segmentos mais vulneráveis e que são alvo de tais ações.

Esta situação nos indica que a complexidade da interação entre as abordagens quantitativas e qualitativas, ainda não parece bem resolvida entre aqueles que planejam as formas de avaliação das iniciativas locais na prevenção das DST/AIDS. Tal situação contribui para a expansão de práticas preventivas fragmentadas e descontextualizadas, uma vez que somente são “avaliadas”

as planilhas de custos de tais projetos e não o processo integral de realização destas práticas, considerando principalmente a ótica dos participantes das mesmas.

Compactuo então com a proposta sugerida por Minayo, Assis e Souza (2005) para as quais a avaliação dos projetos sociais - e as práticas preventivas são práticas sociais – deve se dá na integração das estruturas, dos processos e dos resultados, tendo a consciência de que a compreensão das relações envolvidas na implementação das ações e a visão que os atores diferenciados constroem sobre todo o projeto; seu desenvolvimento, as relações hierárquicas e técnicas, fazem dele um todo integrado, sendo impossível a sua fragmentação para avaliação sem perder de vista aspectos singulares e importantes à eficácia a que se propõe tal projeto.

VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desejo de nadar na corrente de suas experiências, e a ilusão posterior de que, de alguma forma, o fizemos (GEERTZ, 1997, p. 89).

O avanço tecnológico da indústria farmacêutica a respeito da produção e reprodução de medicamentos voltados à assistência terapêutica para pacientes de AIDS tem assegurado maior sobrevida aos mesmos, acompanhada de uma melhor qualidade de vida. Este avanço tem exercido na vida de alguns segmentos da população brasileira, a exemplo das travestis, a sensação de tranqüilidade e naturalidade frente à presença da AIDS, tendo-a, em muitos casos (DESLANDES et al, 2002; FERREIRA, 2003; PELÚCIO, 2006), como “*destino*”, em vista do seu “estilo de vida”. Em face disso, ao longo destes vinte e cinco anos da presença da AIDS no Brasil, diversos autores (GOIS, 2003; FERNANDES, 1994; AYRES, 2002; CAMARGO JR., 2000), apontam para um crescente relaxamento das medidas de prevenção em alguns grupos sociais.

Este relaxamento, entre outras causas, está associado à pobreza. Camargo Jr. e Parker (2000) afirmam que as desigualdades de gênero, interagindo com a pobreza colocam travestis em situações de vulnerabilidade acentuada à infecção do HIV. Para eles, se por um lado, a AIDS entre homens gays de classe média tem diminuído a sua incidência; o mesmo não é verdade em relação à travesti negra da periferia suburbana (CAMARGO JR. & PARKER, 2000; CAMARGO JR., 2003).

Ao explicar a travesti como um sujeito que desafia as normas regulatórias que reforçam as concepções vigentes sobre sexo, sexualidade, gênero e desejo, a teoria Queer abre espaço para o

reconhecimento da posição de maior vulnerabilidade à contração do HIV/AIDS que estes sujeitos apresentam é consequência da denúncia que os seus corpos e a forma como expressam a sua identidade sexual e de gênero faz aos pressupostos da perspectiva essencialista, sobre os quais as linhas divisórias entre o binômio masculino/feminino se sustentam no modelo de definição sexual vigente.

Instituições sociais iniciam então a exercer uma pressão sobre este grupo tentando enquadrá-lo de alguma forma em um dos pólos nos quais se assenta o pensamento ocidental sobre os agentes da sexualidade (homem/mulher). Como as travestis não se enquadram e nem permitem serem enquadradas nestes pólos a sua trajetória na sociedade brasileira, então, é permeada de violência, discriminação e marginalidade.

A necessidade de se prostituir, imposta pelas dificuldades em se inserir no mercado de trabalho formal ou informal socialmente aceito, acentua ainda mais o processo de abjeção impellido pela sociedade. Por conta das práticas de medicalização da sexualidade e do prazer imposta pela sociedade contemporânea, as travestis acusam esta sociedade de *transfóbica*, isto é, uma sociedade que tem ódio delas.

As travestis acompanhadas nesta investigação não fogem a esta lógica. São, em sua grande maioria, negras, vivendo em bairros periféricos, com pouca escolaridade e, algumas, sem nem sequer referência familiar. Quase todas habitam em quartos alugados por cafetinas ou pequenos apartamentos, sozinhas ou em grupos de cinco ou seis. Tais elementos agregam-se formando uma rede de pobreza e exclusão social que expressa a sua pior face na necessidade de se prostituir ou de roubar para sobreviver.

As ações de prevenção voltadas para este segmento são, quase totalmente, financiadas pelo Programa Nacional de DST-AIDS, sempre seguindo as normas regulatórias exigidas pelo mesmo: redução de parceiros; uso de preservativos e ações de educação e comunicação em saúde (GÓIS, 2003).

É exatamente para dar conta da interface entre governo e sociedade civil no diz respeito à saúde coletiva que são desenvolvidas práticas de educação em saúde comunitária cuja ênfase recai na utilização de multiplicadores ou *peer educators*, direcionamento do material para audiências específicas e valorização do discurso nativo dos segmentos populacionais que são alvo destas ações (GOIS, 2003; CAMARGO JR., 2003).

Tais ações são então intermediadas pelas ONG que assumiram o desafio de tentar deter o processo devastador da AIDS entre os diversos segmentos para os quais se voltam, uma vez que historicamente, o Estado brasileiro tem ao longo de várias décadas, repassado para a sociedade civil muitas das suas responsabilidades em relação às estratégias de conquista e manutenção da saúde coletiva.

Entretanto, se considerarmos que a AIDS nestes vinte e cinco anos, tem se direcionado para os sujeitos que vivem nos bolsões de pobreza, sem poder de vocalização nem representação política, poderemos constatar que as práticas educativas voltadas para o segmento travesti com o discurso institucional de prevenção, ao mesmo tempo em que tentam protegê-las, tentam dominá-las, ou seja, tentam fazer com que estas pessoas se protejam para proteger também os “corpos que importam”, ou seja, homens casados cuja orientação sexual não é auto definida como homossexual e, não porque as travestis também são cidadãs, não porque as considerem portadoras de direitos e merecimentos.

A ONG investigada sofre as conseqüências da relação ambígua entre as esferas do governo (estadual e municipal) e a sociedade civil. A descontinuidade das ações educativas é uma delas. Os projetos financiados têm uma duração máxima de um ano. Quando o processo de vinculação e reconhecimento social do projeto se inicia, acaba o financiamento e o mesmo encerra as suas atividades. As únicas atividades que não sofreram descontinuidade, durante o período observado, foram a distribuição de preservativos e a realização das reuniões nas tardes dos dias de quinta-feira.

Estas atividades mais duradouras fazem parte do “pacote da prevenção” do PN-DST/AIDS. Isto porque o grande incentivo deste programa é sempre voltado aos projetos de prevenção da AIDS; assim, os projetos de promoção da saúde - campo do qual a prevenção é apenas um componente estrutural (BUSS, 2003) - não são tão estimulados, mesmo tendo-se a consciência de que a mudança de comportamento, objetivo último dos projetos de prevenção, é fruto de múltiplas determinações, sendo as condições objetivas nas quais as pessoas vivem, se reproduzem e trabalham uma das mais importantes a serem modificadas quando se pretende incorporar novas formas de “andar na vida”, quiçá mais saudáveis.

Os processos educativos que são desenvolvidos pela Ong Flores da Noite fazem parte de uma rede de apóio social e educativo que tenta agregar as travestis que se prostituem tendo em vista a construção de um projeto político, social e pedagógico de fortalecimento da saúde, direito e cidadania trans. Essas atividades são viabilizadas mediante as chamadas práticas de educação em saúde. O nosso entendimento é que, enquanto campo de saber, a educação em saúde agrega conhecimentos provenientes das ciências sociais, das ciências da saúde e das ciências da informação. Apropriando-se destas contribuições, integra estes diferentes saberes com o objetivo

de desenvolver um processo de ensino – aprendizagem, voltado à aquisição e manutenção da saúde através da incorporação de hábitos considerados saudáveis.

Educação em saúde seria então um processo contínuo de compartilhamento de saberes baseados na participação real dos sujeitos envolvidos na cena educativa com vistas à troca de conhecimentos reconhecidos e aceitos como necessários a uma melhor qualidade de vida. Existe, porém, um descompasso entre o discurso e a prática educativa em saúde. Enquanto a prática educativa continua centrada na transmissão de conhecimentos visando à mudança de comportamento, o discurso da educação em saúde “passa a apropriar-se de novos referenciais teóricos que ultrapassam a noção determinística entre o saber instituído e a prática em saúde” (GAZZINELLI et al. 2005, p.202).

Trata-se de compreender que as práticas educativas em saúde que têm como ponto de partida o conceito ampliado de saúde não devem centrar-se unicamente na construção de estratégias de como não adoecer (prevenção de doenças/agravs), mas refletir sobre ou outros componentes que compõe este conceito, dando ênfase as necessidades bio-psico-sociais e espirituais dos sujeitos envolvidos na cena educativa (MERCHÁN-HAMANN, 1999).

As práticas educativas desenvolvidas na Ong Flores da Noite obedece ao pressuposto já colocado por Villa (2006) de que a prática educativa em saúde pode ser exercida em qualquer espaço social, uma vez que os horizontes da saúde são muito mais amplos do que os da doença. Acompanhando essas práticas, pude perceber que elas se estruturam de forma complementar, sendo *preventivas* quando se voltam para a distribuição de preservativos, gel lubrificante e materiais educativos nas reuniões; *emancipadoras* quando são direcionadas a defesa dos direitos

humanos e fortalecimento da cidadania das travestis através de ações como a retirada dos documentos de identificação das travestis vindas do interior, disponibilização de serviço de assistência jurídica e a prestação de queixa contra a violência sofrida por alguma travesti e, *assistenciais* ao acompanhar travestis que adoecem nos postos de saúde, no providenciamento de alimento e medicamento para alguma travesti desabrigada que pede ajuda na instituição.

O conjunto destas práticas demonstra a quebra com a visão dicotômica operacional, curativo – preventiva, permitindo a intervenção em diferentes momentos e necessidades da vida das travestis. Neste sentido, o fato de tais práticas serem desenvolvidas por travestis que mantém com as demais uma proximidade/intimidade dada ao compartilhamento do mesmo contexto cultural (*peer education*) faz com que estas ações possam se traduzir em estratégias de incorporação de novas práticas de autocuidado e como espaço para a elevação da sociabilidade e auto – estimas das travestis que delas participam.

Considerando ainda a complexidade do sujeito em questão e das práticas preventivas cabe pensar a educação em saúde não como estratégia de aliciamento a um modelo que permanece cognitivo-racional ou como recurso para uma “aprendizagem sanitária” satisfatória, mas como eixo orientador de escolhas político-pedagógicas significativas para este grupo neste contexto.

Em relação ao olhar das travestis entrevistadas, sobre a instituição e sobre as práticas educativas que esta desenvolve, identifiquei então que, as travestis percebem as reuniões como momentos de trocas de informação e desenvolvimento da sociabilidade; que é na Ong Jardim das Flores que são depositadas e acolhidas suas queixas, angústias e desapontamentos em relação ao desrespeito aos seus direitos e da violência policial constante a que são expostas nos territórios

prostitucionais e que as reuniões são referenciadas como espaço de aprendizagem em questões que fazem parte do dia a dia delas, incluindo nestas, a prevenção do HIV e o manejo de outros riscos da prostituição de rua.

No que diz respeito à percepção que as travestis têm sobre o risco de contrair HIV/AIDS, constatei que as condições de vida extremamente pobre e, em alguns casos, miserável de muitas delas, associadas à violência constante nos territórios de prostituição, dificulta uma percepção clara do risco de contrair HIV entre as mesmas. O risco de contrair HIV, ainda que “percebido” como possibilidade próxima nas práticas sexuais realizadas nos programas, não é considerado o mais importante na hierarquia dos cuidados necessários à manutenção da vida das travestis investigadas. Neste caso, as providências e cuidados voltados à sobrevivência imediata são aquelas que ocupam a mente e o corpo das travestis no seu cotidiano; o risco de contrair/transmitir HIV emergiu com pouquíssima frequência nos discursos destas travestis e nem mesmo nas entrevistas foi mencionado como “o risco mais sério da prostituição”, sendo a violência policial a mais apontada neste sentido.

Refletindo sobre as práticas educativas realizadas pela Ong investigada e a relação destas com os relatos das travestis entrevistadas creio ser um grande desafio que as Ong assumiram ao aceitar partilhar com a esfera pública a prevenção da AIDS entre os segmentos que representam e, por conta deste desafio, as mesmas vêm já há algum tempo procurando se desenvolver profissionalmente para dar uma resposta mais efetiva às questões sociais e culturais impostas pela AIDS. Resta, porém compreender o trabalho preventivo enquanto uma prática social que deve ser pensada, planejada cuidadosa e dialogalmente para ter eficácia.

Esta postura exige a democratização do saber e do poder que, neste caso, está centrado na posse de conhecimentos sobre como elaborar e executar projetos de prevenção que possam ser aprovados nas seleções públicas realizadas pelas esferas do governo que lidam com a prevenção do HIV/AIDS no Estado da Bahia. Este planejar a prevenção deveria, em uma gestão dialogal, estar sendo realizado coletivamente, consultando as travestis participantes da Ong sobre as ações que desejam para o novo projeto; deveria também envolver as voluntárias que colaboram cotidianamente nas atividades da Ong para que estas se sintam verdadeiramente inseridas no “direcionamento do barco”.

Apesar das discontinuidades dos projetos de prevenção – característica marcante do programa brasileiro de DST/AIDS – outras atividades podem ser realizadas de forma mais sistematizada e permanente. Os encontros com as travestis podem se dar em diferentes espaços e não somente na sede da Ong, possibilitando conhecer melhor a vida cotidiana das trans; ações interventivas podem ser realizadas nos cinemas de “pegação”, nas casas das cafetinas e nos territórios de prostituição. Tais práticas educativas – preventivas não deve se basear somente na distribuição de folhetos, preservativos e gel, mas, principalmente no encontro face a face e no diálogo simétrico, utilizando o mesmo repertório interpretativo e a leitura reflexiva de materiais informativos culturalmente sensíveis.

No plano político é necessário investir em ações mais firmes no sentido de que o SINAN – Sistema Nacional de Notificação de Agravos Notificáveis, insira na ficha de notificação que o alimenta, um campo a ser preenchido quanto à identidade de gênero *Travesti*, desagregando-a da categoria “guarda – chuva” *Homossexual* que não permite constatar qual o incremento da participação deste sujeito no aumento da incidência da transmissão sexual do vírus HIV.

Isto porque, no plano social, é a travesti o sujeito que continua a ser visto como o maior culpado pela transmissão da AIDS. A Transformação corporal que efetua – indispensável à sua constituição enquanto pessoa (BENEDETTI, 2005) – associada à prática da prostituição e da orientação homossexual; acentua ainda mais a força da violência urbana e, mais precisamente, da violência policial da qual é alvo, ofuscando-lhe o olhar crítico necessário à percepção do risco de contrair HIV como algo presente nas suas práticas sexuais.

Não serão projetos de prevenção de doenças que modificarão as condições objetivas em que estas pessoas vivem. Somente ações intersetoriais e interinstitucionais poderão desencadear mudanças nas dimensões sociais, culturais e econômicas em que estas pessoas estão inseridas, contribuindo assim, verdadeiramente para a diminuição dos índices de contração/transmissão do HIV/AIDS entre elas e a promoção de uma melhor qualidade de vida para as mesmas, pois, como afirma Castel (2003), a vida é um risco porque o incontrolável está inscrito no seu desenrolar.

Portanto, não se trata de *conscientizar, educar, despertar* ou *sensibilizar* a população, como pretendem os programas oficiais de educação em saúde. Não se trata, também, de apenas identificar carências, mas de valorizar os sujeitos naquilo que têm de melhor, sua história, seu tempo e sua capacidade de criação. O que nos faz agir no mundo não é só o que nos falta (carência), mas principalmente o que temos disponível (desejo, sonhos, projetos).

A Ong Flores da Noite se coloca na vida das travestis como espaço de sustentação e apoio, pois apenas a tomada de consciência dos problemas e riscos não é suficiente para motivar os sujeitos, uma vez que o limite de sua ação é dado pela sustentabilidade oferecida pelos grupos de convívio social e não apenas pela quantidade de informação acumulada. Assim, mesmo com a

preocupação marcante em todas as práticas de educação em saúde a cerca do entendimento das informações veiculadas, é no convívio constante com os sujeitos que se pode descobrir com quais meios racionais e emocionais podemos contar no enfrentamento dos riscos do mundo. A informação científica é apenas um dentre tantos outros suportes necessários para tal e não o único.

Por fim, a compreensão da educação em saúde como um caminho que busca articular as diferentes dimensões complementares da vida cotidiana, com vistas à construção de respostas sociais significativas torna-se possível quando entendemos que a educação não trata de definir comportamentos corretos para os demais, mas de criar oportunidades de reflexão crítica e interação dialógica entre sujeitos sociais.

Depreende-se da investigação realizada que, ser um espaço aonde as travestis podem se encontrar, se relacionar livremente e discutir sobre as suas vidas, problemas, alegrias e tristezas, acertos e erros e os riscos que permeiam o seu cotidiano, questionado como percebem e lidam com estes riscos sem precisar de disfarces ou das máscaras que usamos cotidianamente para nos proteger das normas sociais, certamente é a maior contribuição das práticas desenvolvidas pela Ong Flores da Noite para o campo de prevenção das DST/AIDS entre as travestis profissionais do sexo.

Considera-se que é através da reflexão constante sobre as vicissitudes da nossa existência que aprendemos mais sobre nós mesmos, sobre como a elevar a nossa auto – estima e a nos cuidar com mais carinho, amor e proteção. Quem gosta, cuida. Cuidar implica em agir junto. Nesse agir conjunto, a racionalidade técnica em estado bruto perde sentido: atuar junto exige ser respeitado

em seus desejos e projetos de vida, que é o que de fato é capaz de colocar nossos corpos em movimento.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICA:

ADAM, Philippe; HERZLICH, Claudine. **Sociologia da doença e da medicina**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

AYRES, José Ricardo de C.M. O Conceito de Vulnerabilidade e as Práticas de Saúde: novas perspectivas e desafio. In: CZERESNIA, Dina; FREITAS, Carlos Machado de. **Promoção da Saúde: Conceitos, Reflexões, Tendências**. Rio Janeiro: Fiocruz, 2003.

_____. Práticas educativas e prevenção de HIV/AIDS: Lições aprendidas e desafios atuais. **Interface Comunicação, saúde, educação**, v.6, n.1, p. 11-24, 2002.

ARARIPE, Max. **Linguagem sobre sexo no Brasil**. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um Manuel prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo II: a experiência vivida**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BECKER, Daniel et al. **Empowerment e Avaliação Participativa em um programa de desenvolvimento local e promoção da saúde**. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.9, n.3, 2004.

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamondo, 2005.

BOUFLEUER, José Pedro. **Pedagogia da ação comunicativa: uma leitura de Habermas**. Itajaí: Unijuí, 2001.

BUSS, Paulo Merchiori. Uma introdução ao conceito de promoção da Saúde. In: CZERESNIA, Dina (Org.) **Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendência**. RJ: Editora FIOCRUZ, 2003.

BUSTOS, Delmiro Manuel. **O psicodrama: aplicações da técnica psicodramática**. São Paulo: SUMMUS, 1982.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde, Programa Nacional de DST e AIDS. **Recomendações para diagnóstico, tratamento e acompanhamento da co-infecção Leishmania – HIV**. Brasília: Ministério da Saúde, 2003, p. 07.

CARDOSO, Ruth C. L. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, Ruth C.L. (Org). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. RJ: Paz e Terra, p. 95-105, 1986.

CAMARGO JR., Kenneth Rochel de. Prevenções de HIV/AIDS: desafios múltiplos. **Divulgação em Saúde para Debate**, n.27, p. 70-80, 2003.

CASTEL, Robert. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

CASTIEL, Luis David. **Moléculas, moléstias, metáforas: o senso dos humores**. São Paulo: Unimarco, 1996.

_____. Força e vontade: aspectos teórico-metodológicos do risco em epidemiologia e prevenção do HIV/AIDS. In: **Revista de Saúde Pública**, v. 30, n.1, fev. 1996.

COSTA, Ronaldo Pamplona da. **Os onze sexos: as múltiplas faces da sexualidade humana**. São Paulo: Gente, 1994.

CZERESNIA, Dina. O conceito de Saúde e a diferença entre Prevenção e Promoção. In: CZERESNIA, Dina (Org.) **Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendência**, RJ: Editora FIOCRUZ, 2003.

DANIEL Herbert; PARKER, Richard. **AIDS, a terceira epidemia: ensaios e tentativas**. São Paulo: Iglu, 1991, p. 31-52.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DESLANDES, Suely et al. As concepções de risco e de prevenção segundo a ótica dos usuários de drogas injetáveis. **Cadernos de Saúde Pública**, v.18, p. 141-151, 2002.

DOUGLAS, Mary. **La aceptabilidad del riesgo según las ciencias sociales**. Barcelona: Paidós Ibérica, 1996.

DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. **Risk and Culture**. California: Library of Congress, 1983.

FELICIANO, Kátia Virgínia de O.; KOVACS, Maria Helena, As necessidades comunicacionais das práticas educativas na prevenção da transmissão materno – fetal do HIV. **Revista brasileira de Saúde Materno Infantil**, v.3, p.393-400, out/dez., 2003.

FERREIRA, Rubens da Silva. Travestis em perigo ou o perigo das travestis? Notas sobre a insegurança nos territórios prostitucionais dos transgêneros em Belém. **Enfoques revista eletrônica**, v.2, n.1, 2003, disponível no site: www.enfoques.ifcs.br. Consultado em 22/12/2006.

FERNANDES, João Cláudio L. Práticas Educativas Para a Prevenção do HIV/AIDS: Aspectos Conceituais. **Cadernos de Saúde Pública**, v.10, p.171-180, abr/jun, 1994.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GAZZINELLI, Maria Flávia et al. Educação em saúde: conhecimentos, representações sociais e experiências da doença. **Cadernos de Saúde Pública**, v.21, p. 200-206, 2005.

_____. **Educação em saúde: teoria, método e imaginação**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC- Livros Técnicos e Científicos, 1989.

_____. **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GÓIS, João Bosco da Hora. A mudança no discurso educacional das ONGS/AIDS no Brasil: concepções e desdobramentos práticos (1985-1998). **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v.7, n.13, p. 27-44, 2003.

HEILBORN, Maria Luiza. **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

IÑIGUEZ, Lupicínio. **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

JAYME, Juliana Gonzaga. **Travestis, transformistas, Drag-queens, transexuais: identidade, corpo e gênero**. Disponível no site: www.fazendogenero7.ufsc.br, consultado em 09/10/2006.

KOVÁCS, Maria Júlia. **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

KULICK, Don. **Travesti: sex, Gender and Culture Among Brazilian Transgendered Prostitutes**. Chicago and London: University of Chicago Press, 1998.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

LEFEVRE, Fernando; LEVEFRE, Ana Maria C. **Promoção de Saúde: a negação da negação**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2004.

LOYOLA, Maria Andréa. A sexualidade como objeto de estudo das ciências sociais. In: HEILBORN, Maria Luiza. **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LOURO, Guacira Lopes (Org.), **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. Teoria Queer: Uma política pós-identitária para educação. **Revista de Estudos Feministas**, ano 9, 2º semestre, 2001, disponível em: www.ufmg.br. Consultado em 14-11-2005.

LOPES, Cláudia Rabelo. A epidemia mudou, e o mundo também. In: **RADIS, Reunião, análise e difusão de Informação sobre Saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005. p.10-18.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação**. Salvador: EDUFBA.

MALUF, Sônia Weidmer. Corporalidade e desejo: tudo sobre minha mãe e o gênero na margem. **Estudos feministas**, ano 10, 1º semestre, 2002.

MANN, Jonathan; TARANTOLA, Daniel J.M.; NETTER, Thomas W. (eds). **AIDS and World II**, Cambridge, Harvard University Press, 1996 p. 441-476.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: HUCITEC, Rio de Janeiro: ABRASCO, 2000, p. 105-196.

MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.) **Caminhos do Pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de S.; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de. **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

MONTEIRO, Simone. **Qual prevenção? Aids, sexualidade e gênero em uma favela carioca**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

MOTT, Luiz; CERQUEIRA, Marcelo Ferreira. **Os Travestis da Bahia e a AIDS: Prostituição, Silicone e Drogas**. Salvador: GGB, 1997.

MOTT, Luiz. Travestis. **Boletim do GGB**, Salvador, v.15, n.29, 1995.

NASCIMENTO, Evando (Org), **Jacques Derrida: pensar a desconstrução**. São Paulo: Estação da Liberdade, 2005.

OLIVEIRA, Neuza Maria de. **Damas de paus: o jogo aberto dos travestis no espelho da mulher**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994.

OLIVEIRA, Rosely Magalhães de. A construção do conhecimento nas práticas de educação em saúde: repensando a relação entre profissionais dos serviços e a população. **Revista Perspectivas em Ciências da Informação**, p. 22-45, jul/dez, 2003.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos Sentidos**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PARKER, Richard; CAMARGO JR., Kenneth Rochel de. Pobreza e HIV/AIDS: aspectos antropológicos e sociológicos. **Cadernos de Saúde Pública**, v.16, supl. 1, 2000.

PAULILO, Maria Ângela da Silva. **AIDS: os sentidos do risco**. São Paulo: Veras, 1999. p.77-186. (Série temas – 3).

PELÚCIO, Larissa. **Soropositividade, pressão e depressão: da vida nervosa das travestis vivendo com HIV/AIDS**. Disponível no site: www.fazendogenero7.ufsc.br, consultado em 09/10/2006.

PELÚCIO, Larissa. Na noite todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. **Cadernos Pagu**. v. 25, jul/dez, p. 217-248, 2005.

PEREIRA, Adriana Lenho de Figueiredo. As Tendências Pedagógicas e a prática educativa nas Ciências da Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v.19, p.1527-1534, set-out. 2003.

PICÁZIO, Cláudio. **Sexo secreto: temas polêmicos da sexualidade**. São Paulo: Summus, 1998.

PITTA, Áurea Maria da Rocha (Org.). **Saúde e Comunicação: visibilidades e silêncios**. São Paulo: editora HUCITEC/ABRASCO, 1995.

PERLONGHER, Nestor Osvaldo, **O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1987

POLLAK, Michel. **Os homossexuais e a AIDS: sociologia de uma epidemia**. São Paulo: Estação da Liberdade, 1990, p. 138-155.

PRETI, Vera. **Sexo, fábulas e perigos**: um ensaio médico-social. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Iglu, 1994, p. 84-102.

PRINCESA, **boletim da Associação de Travestis de Salvador**, ano 3, n. 6, maio –jun. 2002.

PUIG, Josep Maria. **Práticas morais: uma abordagem sociocultural da educação moral**. Tradução Cristina Antunes, São Paulo: Moderna, 2004.

RANGEL, Maria Lígia, **Competências e Performances Profissionais na atividade de Comunicação e Educação em Serviços de Saúde**. Salvador/BA, 2005. (mimeo)

_____. Saúde do Trabalhador: Identidade dos sujeitos e representações dos riscos a saúde na indústria petroquímica. **Cadernos de Saúde Pública**, v.9, n.3, jul/set, RJ, 1993.

SANTOS, Ailton da Silva. **Percepção do Risco de Contrair HIV/AIDS entre Travestis Profissionais do Sexo**: uma abordagem na perspectiva da Saúde do Trabalhador. Salvador-Bahia 2002 (Monografia de Final de Curso).

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2004.

SCHAL, Virgínia T; STRUCHINER, Mirian. Educação no Contexto da Epidemia de HIV/AIDS: Teorias e tendências Pedagógicas. In: CZERESNIA, Dina. **AIDS: Pesquisa Social e Educação**. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1995. p.84-105.

SMEKE, Elisabeth L. M; OLIVEIRA, Nayara L.S. Educação em saúde e concepções de sujeito. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão (Org). **A saúde nas palavras e nos gestos**: reflexões da rede de educação popular e saúde. São Paulo: HUCITEC, 2001.

SILVA, Hélio R.S. **Travesti**: a invenção do feminino. Rio de Janeiro: Relume -Dumará, 1993.

_____. **Certas cariocas**: travestis e vida de Rua no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1996.

SILVA, Hélio R.S.; FLORENTINO, Cristina de Oliveira. A sociedade dos travestis: espelhos, papéis e interpretações. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria. **Sexualidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume – Dumará: IMS/UERJ, 1996.

SILVA, Juremir Machado. **As tecnologias do imaginário**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. **Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SPINK, Mary Jane P. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Trópicos do discurso sobre risco: risco – aventura como metáfora na modernidade tardia. **Cadernos de Saúde Pública**, v.17, n.6, 2001.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

VANCE, Carole. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. **Physis**, v.5, p.7-31, 1995.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão, **O poder que brota da dor e da opressão: empowerment, sua história, teorias e estratégias**. São Paulo: PAULUS, 2003.

VICTORIA, Ceres. G. et. al. **Pesquisa Qualitativa em Saúde: uma introdução ao tema**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

VILELA, Wilza. A disseminação do vírus HIV entre as mulheres brasileiras. In: **Oficina da Capacitação Pedagógica: Refletindo processos educativos relacionados às DST/HIV/AIDS, BRASIL, SUS/MS – Programa Nacional de DST e AIDS**, 2004.

VOESE, Ingo. **Análise do discurso e o ensino da língua portuguesa**. São Paulo: Cortez, 2004.

WEBER, Max. **Conceitos básicos de sociologia**. São Paulo: Centauro, 2002.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte, Autêntica, 1999.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.